

Organizadora
Sileide Mendes da Silva

EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Entre a Tradição e a Inovação



EDITORA
UNION

Organizadora
Sileide Mendes da Silva

EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Entre a Tradição e a Inovação



EDITORA
UNION

© 2024 – Editora Union

www.editoraunion.com.br

editoraunion@gmail.com

Organizadora

Sileide Mendes da Silva

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Union

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586e Silva, Sileide Mendes da
Educação Contemporânea: Entre a Tradição e a Inovação / Sileide Mendes da Silva (organizadora). – Formiga (MG): Editora Union, 2024. 179 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-84885-46-2
DOI: 10.5281/zenodo.14502336

1. Educação, pesquisa e tópicos relacionados. 2. Ensino (comunicação - relação professor / aluno, professor / pais). I. Silva, Sileide Mendes da. II. Título.

CDD: 371.102
CDU: 37

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Union
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraunion.com.br
editoraunion@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraunion.com.br/2024/12/educacao-contemporanea-entre-tradicao-e.html>



AUTORES

**ADRIANA DA MATA SOUZA
AMANDA AMORIM OLIVEIRA
ANDRESSA DOS SANTOS SÁ
CALIL LACERDA FERREIRA CALISTO
CAMILA PEREIRA DOS SANTOS
CAROLINA ALVES COSTA PASSOS
CLEITON MOREIRA VIANA
CRIST ELLEN OLIVEIRA GOMES
DJANIRA PEREIRA LOPES
ELAINE DOS SANTOS LACERDA
FAGNER DA SILVA SOUZA
HUDMILLA DE SOUSA ARAGÃO
ILNE LAIANNE PEREIRA DOS SANTOS
IRIS SANTOS PASSOS
JAILZA RODRIGUES BORGES ARAÚJO
JOICE MARA PEREIRA DE ALENCAR
KELLY DO NASCIMENTO CASTRO
MAISA BARRETO DOS SANTOS SOUZA
MARCELA DO NASCIMENTO CABRAL
MARCELO DE JESUS DOS SANTOS
MARIA LUZA MOURA RIBEIRO
PAULINA DOS PASSOS JORDÃO SANTANA
PEDRINA PATROCÍNIO XAVIER
REJILZA CELESTINO LIMA
SABRINA FERREIRA DE VASCONCELOS
SAMILA RODRIGUES CARDOSO DOS SANTOS NASCIMENTO
SILEIDE MENDES DA SILVA
THIAGO DOS REIS DE FARIAS
VITÓRIA EVANGELISTA GONÇALVES**

APRESENTAÇÃO

A educação, enquanto fenômeno social e histórico, é simultaneamente palco e protagonista das transformações que moldam o destino das sociedades humanas. No contexto contemporâneo, atravessado por dinâmicas globais, avanços tecnológicos e desafios socioculturais, a reflexão sobre a educação torna-se uma exigência inadiável. Este livro, "**Educação Contemporânea: Entre a Tradição e a Inovação**", convida o leitor a adentrar esse complexo cenário, promovendo uma análise crítica e interdisciplinar das tensões, convergências e rupturas que caracterizam o campo educacional na atualidade.

Nos tempos em que vivemos, marcados por uma aceleração sem precedentes do progresso científico e tecnológico, convivemos com demandas paradoxais. De um lado, a preservação da herança cultural e dos saberes tradicionais, fundamentais para a constituição das identidades individuais e coletivas. De outro, a necessidade imperiosa de incorporar inovações pedagógicas e metodológicas que permitam preparar as novas gerações para um futuro em constante metamorfose.

Essa dicotomia, contudo, não deve ser vista como uma oposição irreconciliável, mas como uma oportunidade para repensar as bases epistemológicas e práticas da educação. Ao situar-se "entre a tradição e a inovação", este volume reconhece que o potencial transformador da educação reside justamente na habilidade de transitar por esses dois polos, construindo pontes que respeitem o passado enquanto projetam o futuro.

Os textos reunidos nesta obra são fruto do trabalho de estudiosos, pesquisadores e profissionais comprometidos com a compreensão profunda e ampla do fenômeno educacional. Partindo de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, os autores oferecem reflexões que abordam desde os fundamentos filosóficos e históricos da educação até as experiências práticas e as aplicações tecnológicas no contexto escolar. Além disso, os capítulos exploram questões cruciais, como a equidade no acesso ao ensino, a formação docente, as relações entre educação e cidadania, e o papel das tecnologias digitais como ferramentas de empoderamento e inclusão.

Ao longo desta leitura, será possível perceber que a educação não é um campo estanque, mas um organismo vivo, constantemente influenciado por fatores políticos,

econômicos, culturais e tecnológicos. A obra não se propõe a apresentar soluções definitivas, mas a fomentar o diálogo e a reflexão sobre os rumos da educação no século XXI.

Assim, convidamos o leitor a embarcar em uma jornada intelectual que, mais do que transmitir informações, busca instigar a construção de novos olhares sobre a educação. Que as ideias aqui apresentadas possam contribuir para o fortalecimento de uma prática educacional crítica, inclusiva e transformadora, capaz de responder às demandas do presente sem perder de vista as lições do passado e as potencialidades do futuro.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM <i>Iris Santos Passos; Kelly do Nascimento Castro; Sileide Mendes da Silva</i>	10
Capítulo 2 A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCACAO INFANTIL <i>Andressa dos Santos Sá; Sileide Mendes da Silva</i>	19
Capítulo 3 O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NA SOCIEDADE MODERNA <i>Calil Lacerda Ferreira Calisto; Joice Mara Pereira de Alencar; Sileide Mendes da Silva</i>	30
Capítulo 4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AVANÇOS E DESAFIOS <i>Camila Pereira dos Santos; Maria Luza Moura Ribeiro; Sileide Mendes da Silva</i>	44
Capítulo 5 A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA A FORMAÇÃO DA CRIANÇA <i>Jailza Rodrigues Borges Araújo; Djanira Pereira Lopes; Carolina Alves Costa Passos; Sileide Mendes da Silva</i>	55
Capítulo 6 DILEMAS E DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MATEMÁTICA <i>Adriana da Mata Souza; Thiago dos Reis de Farias; Rejilza Celestino Lima; Sileide Mendes da Silva</i>	68
Capítulo 7 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE CULTURAL <i>Elaine dos Santos Lacerda; Marcelo de Jesus dos Santos; Sileide Mendes da Silva</i>	80
Capítulo 8 O ENSINO DA MATEMÁTICA ATRAVÉS DO LÚDICO NOS ANOS INICIAIS <i>Cleiton Moreira Viana; Fagner da Silva Souza; Sileide Mendes da Silva</i>	93
Capítulo 9 A IMPORTÂNCIA DAS METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO <i>Amanda Amorim Oliveira; Ilne Lianne Pereira dos Santos; Samila Rodrigues Cardoso dos Santos Nascimento; Sileide Mendes da Silva</i>	102
Capítulo 10 A LUDICIDADE COMO ALIADA DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS- SRM <i>Paulina dos Passos Jordão Santana; Sileide Mendes da Silva</i>	115
Capítulo 11 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA FORMAÇÃO DO ALUNO <i>Pedrina Patrocínio Xavier; Maisa Barreto dos Santos Souza; Sileide Mendes da Silva</i>	122

Capítulo 12		
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL		133
<i>Sabrina Ferreira de Vasconcelos; Marcela do Nascimento Cabral; Sileide Mendes da Silva</i>		
<hr/>		
Capítulo 13		
ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA DA GAMIFICAÇÃO NO MARKETING DIGITAL		143
<i>Crist Ellen Oliveira Gomes; Hudmilla de Sousa Aragão</i>		
<hr/>		
Capítulo 14		
LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS: UMA ABORDAGEM LITERÁRIA SOBRE O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA		156
<i>Hudmilla de Sousa Aragão</i>		
<hr/>		
Capítulo 15		
COMUNICAÇÃO INTERNA E OS SEUS IMPACTOS NO ENGAJAMENTO DOS COLABORADORES		168
<i>Vitória Evangelista Gonçalves; Hudmilla de Sousa Aragão</i>		

Capítulo 1
A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA
PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Iris Santos Passos
Kelly do Nascimento Castro
Sileide Mendes da Silva

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Iris Santos Passos¹

Kelly do Nascimento Castro²

Sileide Mendes da Silva³

RESUMO

O presente trabalho foca na relação entre família e escola que desenvolvem um papel importante na educação dos alunos e filhos, e é essa parceria entre a escola e a família que é fundamental para o desenvolvimento dos mesmos, uma vez que a família participa do ambiente educacional dos filhos. Quando todos trabalham juntos em prol da educação, cria-se um ambiente saudável. Uma comunicação aberta, o apoio mútuo e o envolvimento ativo são essenciais para fortalecer essa parceria. O trabalho apresenta como problemática: Como a parceria entre família e escola pode ser facilitada, para gerir novos conceitos que venham contribuir significativamente. Diante disso, para alcançar à problemática traçou-se o seguinte objetivo geral: Fazer uma abordagem em torno do papel da família no processo de ensino e aprendizagem e as contribuições de parceria dentro do âmbito educacional. Apresenta como metodologia a de cunho bibliográfico onde oportunizou uma visão ampla de diversos autores sobre o tema em estudo. Diante aos fatores presentes, ficou evidenciado como as boas relações favorecem melhores possibilidades para os alunos e assim a construção de melhores vínculos.

Palavras-chaves: Família. Educação. Escola.

¹ Professora de Educação Infantil. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail: irispassossantos@gmail.com;

² Professora dos anos finais do Ensino Fundamental. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail: kellysc910@icloud.com;

³ Mestre em educação pela UPE (Petrolina). Professora da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre família e escola desenvolve um papel importante na educação dos alunos, e essa parceria entre a escola e a família é fundamental para o desenvolvimento dos mesmos, uma vez que a família participa do ambiente educacional dos filhos. Isso mostra o apoio e a valorização da educação e aumenta o vínculo entre os pais, alunos e professores, enriquecendo cada vez mais o aprendizado dos alunos.

A interação dos pais pode ajudar no acompanhamento do desempenho dos filhos, além de promover um ambiente escolar mais acolhedor, onde faz com que os alunos se sintam à vontade para explorar cada vez mais os seus conhecimentos.

Quando os pais ou responsáveis estão envolvidos na educação das crianças, contribuindo para um melhor desenvolvimento, as crianças têm mais motivos para aprender despertam mais o interesse na educação, se desempenham mais nas atividades, além de resolverem os desafios que a escola propõe mais rapidamente e contribuir também para promover um senso de comunidade e apoio para ambas as partes. Uma troca de informações e o envolvimento ativo dos pais na escola é essencial. Quando todos trabalham juntos em prol da educação, cria-se um ambiente saudável. Uma comunicação aberta, o apoio mútuo e o envolvimento ativo são essenciais para fortalecer essa parceria.

A escola deve criar um ambiente acolhedor e inclusivo para que todos se sintam bem, promovendo maneiras eficazes de comunicações com os pais e envolve-los nos no processo educacional dos seus filhos. Além disso, a escola deve promover um suporte e orientação para os pais, ajudando eles a entenderem o currículo, e quais são as expectativas para o ano, ao fazer isso a escola promove a parceria com a família, contribuindo para o sucesso dos alunos.

Logo, o tema mostra que o equilíbrio entre a escola e a família proporciona que o desenvolvimento da criança no processo de aprendizagem seja evoluído. Dessa maneira, o aluno tem a possibilidade de experimentar práticas educativas tanto no ambiente escolar quanto no convívio familiar. A cooperação entre a família e a escola é de suma importância essa, parceria faz com que fortaleça os vínculos de confiança nos principais ambientes educativos.

O trabalho apresenta como problemática: Como a parceria entre família e escola pode ser facilitada, para gerir novos conceitos que venham contribuir significativamente.

Diante disso, para alcançar à problemática traçou-se o seguinte objetivo geral: Fazer uma abordagem em torno do papel da família no processo de ensino e aprendizagem e as contribuições de parceria dentro do âmbito educacional. Tendo como objetivo específico: Identificar qual é o papel da família dentro do ambiente escolar e explicar o processo de ensino e aprendizagem pautado na troca entre família e escola.

FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

Papel da Família no Processo de Ensino Aprendizagem

A Família é fundamental em todos os aspectos de vida da criança, onde perpassa em todas as fases da vida dos mesmos, ao contemplar a importância da família para o indivíduo, é possível destacar que “independente da estruturação familiar, a todas elas são conferidas o papel de satisfazer as necessidades básicas e contribuir para o desenvolvimento social, a fim de que encontrem alicerce emocional e psíquico na construção de sua própria identidade” (Burgos *et.al*, 2021, p. 2).

E dentro dessa perspectiva acima citada, é visto como se fundamenta as relações familiares, e suas obrigações para com seus filhos, é importante destacar que a atribuição de educação é dada no âmbito familiar e a escola chega com o papel de escolarização, apesar dos encontros e necessidades que precisam ter.

É a família que é responsável pelo processo de socialização, os princípios instalados dentro do contexto de família, é que irão ser determinantes para o seu processo contínuo sendo considerada como primeira agência socializadora que está encarregada de educar; seu papel vai além de ensinar o que é certo ou errado, é partindo dessa nuance que vai se modelando. Essa instituição está também incumbida de dar afeto, carinho, amor e proporcionar lazer; que servirão para a vida toda e que contribuirão de forma significativa para o desenvolvimento da criança (Loureiro, 2017).

A família e a escola atuam como principais instituições de desenvolvimento humano uma estão diretamente ligadas à outra, onde sua relação quando bem ativa possuem uma alta probabilidade de situações positivas para a vida da criança, ambas têm o papel de socializar o indivíduo, sendo que mesmo atuando com funções distintas, cada um se atribui com suas responsabilidades específicas, seus elos são fortes (Araújo, 2010).

A primeira instrui com relação aos princípios morais e éticos, onde é feito o processo de formação de identidade dos mesmos, a segunda perpassa o conhecimento

sistematizado advindos da ciência. Estão ligadas as questões programáticas que são advindas do que requer o currículo. Entretanto, ambas têm o papel de formar sujeitos críticos para viver em sociedade (Oliveira; Marinho, 2010).

Dentro dessas atribuições postas, conforme acima citadas, é perceptível como às inter-relações fazem toda diferença para os processos contínuos na vida dos educandos, onde quando é realizado cada um com suas especificidades, não há grandes empecilhos para o desenvolvimento dos mesmos.

[...] a escola é uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificada como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem e o currículo, no seu sentido mais amplo, deve envolver todas as experiências realizadas nesse contexto. Isto significa considerar os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas interações e relações entre os diferentes segmentos (Dessen; Polonia, 2007, p.26).

O ensino aprendizagem é um processo que requer uma ampla adversidade e se constitui por várias maneiras, onde cada um possui suas particularidades e especificidades próprias.

A aprendizagem adentra a diversas situações que são presentes na vida de cada educando, por isso é importante que seja acompanhado todo o processo, desde a base à saída da educação básica. Importante destacar que os pais são as principais referências na vida dos filhos, onde é o primeiro âmbito da criança, pois são eles que servem de alicerce para estruturação da personalidade e do comportamento destes, contribuindo na construção e legitimação dos valores morais, éticos e sociais (Witter, 2011).

A imagem que costuma definir uma família, para a maioria das pessoas, envolve um pai, uma mãe e filhos, a família conjugal ou nuclear, embora tradicional, é apenas um modelo de estrutura dentre os muitos que se formaram nas últimas décadas, diante o contexto há vários núcleos familiares que estão inseridos e tange a cada família seu comprometimento para a mobilização é ação conjunta com a escola para o desempenho das devidas atribuições de cada um.

A estrutura familiar tem se modificado para atender as demandas da sociedade globalizada, tornando-se complexo encontrar uma definição para família, mas compreende-se que responsáveis vão até o âmbito escolar inserir os alunos se tornam responsáveis pelos mesmos. (Arcega, 2018, p.30)

Até aqui tem sido abordado à importância e as contribuições dessa intersecção família – escola. Dando as devidas ênfases que são necessárias em todo o processo. Porém, sabe-se que no dia a dia da escola, muitos são as razões que impedem esse estreitamento, pois cada um possui suas particularidades que são compreendidas e realizadas por diferentes pessoas, diante fatores é que o diálogo se torna um fator fundamental (Bourdieu, 2007).

Quando tange as realidades de cada família de menor posse de capital econômico, muitas vezes, tem uma rotina de trabalho cansativa, que até mesmo encontram-se em situações de analfabetismo, o que impossibilita de dar um suporte aos seus filhos, para a realização de uma atividade de casa por exemplo. Em algumas situações, é mãe a única responsável pelo sustento dos (as) filhos (as), tendo que, além de cuidar da casa, trabalhar em outros espaços. Logo, a mesma terá dificuldades de organizar o tempo para acompanhar as atividades da escola, além disso, é importante enfatizar que a escola deve buscar estratégias que possibilitem uma melhor comunicação e venha favorecer o melhor caminho para o aluno (Carvalho, 2000).

Diante disso, é importante destacar a realização de palestras e atividades formativas, tudo isso busca favorecimento em esclarecimento sobre o que cada um deve desempenhar para juntos alcançar objetivos traços. Trazer mães e pais para um diálogo sobre os espaços de participação é uma iniciativa que pode dar bons resultados, fazer com que eles se sintam pertencentes agrega positivamente e oportuniza possibilidades de maiores conhecimentos.

A escola pode ainda construir materiais formativos, buscando um caminho de instrumentalizar e assim organizar ações mediadas pelas tecnologias, que hoje muito aproxima as pessoas. Podendo exemplificar o uso de aplicativos, como *WhatsApp*, que busca a facilidade os diálogos e deixa os pais mais próximos da vida escolar. Até mesmo a realização de visita domiciliar é uma atividade importante, todos esses fatores agregam em novas construções de atitudes (Silva *et.al.* 2021).

Os Desafios da Escolarização e a Importância da Participação da Família

Quando se fala do processo dentro das escolas em promover uma real educação com equidade e que traga garantia de ensino, algumas questões são colocadas para averiguação.

A educação escolar para a cidadania só é possível através de práticas educativas democráticas que promovam os valores que organizam e regulam o contexto social em que se socializa e se é socializado, todo esse processo só acontece se realmente tiver uma parceria ajustada e que busque os mesmos objetivos em comum, pois dessa maneira será possível uma melhor e maior compreensão sobre o dia a dia e a realidade de cada aprendiz. A democracia é um fator que está sempre sendo bem visto, pois é por meio dessas ações que as possibilidades de novas possibilidades de realizações (Lima, 2002).

O contexto escolar possui uma série de dificuldades presentes, pois envolve fatores que são de níveis educacionais a nível nacional, como tem os problemas que são particulares. As problemáticas devem ser discutidas e feitas reflexões conforme o uso de cada uma. A educação é uma tarefa de formar o cidadão competente para o exercício de sua cidadania como a participação social e política, adotando a cultura da solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito, nesse sentido que estar presente a presença de família e escola (Rousseau, 2004).

Diante aos fatores citados acima, fica com clareza que a família desempenha importante papel no desenvolvimento dos filhos, sendo crucial e essencial, pois, é no convívio desta, que eles encontram todos os elementos necessários para seu desenvolvimento, podendo citar a afetividade, confiança, motivação, autonomia e respeito. Colocando-a na condição de alicerce, onde desperta a estruturação para o desenvolvimento humano e da aprendizagem, tendo em vista que é a família quem possibilita as primeiras aprendizagens dos filhos, para que ao chegar na escola esteja preparado para uma excelente escolarização, que é um processo contínuo e acontece gradativamente conforme as fases da educação básica (Prado, 2011).

A escolarização incide na configuração da escola para a formação ideológica de acordo com o discurso dominante, na qual as propostas educacionais são moldadas perante a intenção de tal discurso, geralmente o do Estado. É por meio desse processo de escolarização que acontece a inserção das questões curriculares onde adentra a sequência que deve ser realizada na aprendizagem e o saber escolar como forma de disseminação de um discurso ideológico. Neste sentido, seguindo as teorias de Foucault, a escolarização vai servir como dispositivo para atender as demandas sociais de cada contexto espaço-temporal, proporcionando uma maior reflexão sobre as possibilidades de ser crítico no espaço de sociedade (Veiga, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presente trabalho trouxe uma abordagem em torno da relação entre família e escola, momento de pontuar sobre a necessidade e importância de cada um, onde foi dado ênfase sobre as especificidades particulares e o papel que cada um desempenha.

O momento de pesquisa oportuniza ampliar os saberes sobre temas em estudos que são bem frequentes na realidade educacional, no sentido da relação família foi explorado as possibilidades que são presentes, além de pontuar fatores que são predominantes na realidade de cada família.

Escola e família, juntas têm o papel de fazer parte da história da criança, sendo que uma tem como papel educar e instalar costumes que é a família, e a escola preparar o aprendente para ser reflexivo crítica em sociedade. As boas relações facilitam e promovem bons resultados para os alunos, onde o ganho principal é alcançado, podendo criar novas possibilidades, e amplitude da reflexão das crianças.

Referências

ARCEGA, Patricia Faya Van Wilpe. Relação família e escola e sua influência na aprendizagem da criança: uma revisão de literatura integrativa. **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, v. 7, n. 1, p. 29 - 42, 2018. Disponível em <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/168>. Acesso em 16 de novembro de 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** (seleção, organização, introdução e notas: NOGUEIRA, Maria A. e CATANI, Afrânio M.). Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.

BURGOS, Marcella das Neves (et al). Suporte familiar como possível preditor das estratégias e da motivação para aprender. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pee/a/t4WjC7TrDdxP65BFCXdcq8v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 nov. 2024.

CARVALHO, Pessoa Eulina Maria. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de pesquisa**, n. 110, p. 143-155, julho/2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/HT5GHGQWRRjKW85grgV3vdd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2024.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLÔNIA, Ana Costa. **A família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, 2007, 17(36), p. 21-32. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/dQZLxXCSTNbWg8JNGRcV9pN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2024.

LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical**: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Marta Assis. Relação família-escola: educação dividida ou partilhada? **International Journal of Developmental and Educational Psychology**, v 3, n. 1, p. 103-113, 2017. Disponível em <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1162.pdf>. Acesso em: 27 out. 2024.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 27, p. 99-108, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2024.

PRADO, D. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, Ariana Patricia (et.al). A influência da família no processo de aprendizagem escolar. In: Flávio Aparecido de Almeida. (Org.). **Educação Infantil**: as contribuições da educação no processo de desenvolvimento da criança. 1ed. GUARUJÁ: científica digital, 2021, v. 1, p. 21-31. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210404119.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

WITTER, Geraldina Porto. **Família e aprendizagem**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

Capítulo 2
A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA CRIANÇA NA EDUCACAO INFANTIL

Andressa dos Santos Sá
Sileide Mendes da Silva

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCACAO INFANTIL

Andressa dos Santos Sá⁴

Sileide Mendes da Silva⁵

RESUMO

Este artigo aborda a importância da música para o desenvolvimento da criança na educação infantil, uma vez que a música sempre esteve presente nos mais diversos povos desde a antiguidade ligada à sociedade a religião aos costumes e culturas, e conforme a sociedade evoluía a música também evoluía. A mesma surge em um período através de um procedimento lento e gradual semelhante a cada evolução social e com as mudanças de mentalidade que define cada geração e cada época. O objetivo geral deste trabalho é analisar a função da música no ensino infantil e sua aplicação na aprendizagem, interação e autoestima da criança. Na atualidade é incontestável o comparecimento das composições na história dos indivíduos, constituindo uma linguagem musical reconhecida tanto no erudito quanto no popular, ainda é classificada como uma forma de expressão artística. Assim, ela permanece atual nas diferentes expressões religiosas, classes sociais, faixa etárias e ambientes de ensino. Nesta perspectiva, surge a questão problema: Quais os benefícios da música quando usada na educação infantil como recurso pedagógico? As atividades musicais possibilitam à criança um melhor conhecimento corporal proporcionam ainda várias oportunidades para o aprimoramento da habilidade motora, aprendendo a controlar os músculos e a movimentar-se de forma ágil. Os autores que mais contribuíram com esta pesquisa foram Brasil (1998), Brito (2003), Jeandot (1997), dentre outros.

Palavras chaves: Música. Educação infantil. Aprendizagem.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser (Remanso Bahia). Professora de Educação Infantil na Escola Girassol (Remanso Bahia)

⁵ Mestre em educação pela UPE (Petrolina). Professora da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se a importância de trabalhar música na educação infantil, pois, é o elemento mais presente na convivência de todo de todo ser, o que aponta uma relação muito íntima com as pessoas. Este trabalho tem como necessidade analisar a função da mesma no ensino e sua aplicação no acréscimo de uma melhor aprendizagem interação e autoestima através de pesquisas bibliográficas.

O motivo da escolha do tema é decorrente de buscar e discutir a excelência e conceitos que poderão ser utilizados na infância analisando as contribuições da mesma. De fato, trabalhando a musicalização de maneira adequada sua utilização indispensável na formação do ser humano para que ao se tornar adulta atinja a competência de pensar por conta própria, e possa exercer a eficiência de criar de maneira crítica e livre como um complemento na educação já que é um aliado na formação psicológica e cognitiva.

Percebe-se uma grande influência nas diferentes fases da infância como no aspecto motor, afetivo, físico, mental e cognitivo. As funções e atividades que são desenvolvidas de musicalização permite conhecer melhor a si mesmas, e também a comunicação com o outro. Portanto, torna-se relevante a pesquisa desse tema para buscar oportunidades para um desenvolvimento eficaz e colocar à tona o apoio e benefício que traz na educação, entre vários desafios em que necessitam ser enfrentados, para que possamos ter propostas conscientes de ensino.

A lei N. 11.769 foi sancionada em 18 de agosto de 2008, que possibilitou a utilização do ensino musical nos projetos pedagógicos das escolas estabelecendo a obrigatoriedade de aula de músicas nas escolas de educação básica, a aprovação da lei aumenta o valor de haver uma união, entre escola e professor, música e aluno.

Professores enfrentam situações adversas no ambiente escolar não é sempre que consegue proporcionar momentos para praticar a música durante a aula, e que as vezes isso acontece pela falta de materiais didáticos e falta de tempo para a preparação de aulas, pouco tempo para planejamento, indisciplina ou até mesmo a falta de apoio pedagógico e suporte da direção. Nesta perspectiva, surge a questão problema: Quais os benefícios da música quando usada na educação infantil como recurso pedagógico?

Para que haja relação entre o docente e a música é fundamental que enquanto educador desperte o interesse das crianças discutindo os gostos pela música, utilizando

diferentes situações do cotidiano para assim despertar o procedimento da musicalização de forma intuitiva.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a função da música no ensino infantil e sua aplicação na aprendizagem, interação e autoestima da criança. Especificamente, apresentar a origem da música, discutir como trabalhar a música na educação infantil através de diversos métodos, analisar a relação entre a BNCC e a Música e analisar a presença da música na educação infantil.

Este trabalho foi organizado em três tópicos e quatro subtópicos, inicialmente abordou a origem da música, como trabalhar a música na educação infantil através de diversos métodos, a relação entre a BNCC e a Música e a presença da música na educação infantil, atividades práticas envolvendo a música, posteriormente abordou a pesquisa de campo com a análise dos dados obtidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DA MÚSICA

A música sempre esteve presente nos mais diversos povos desde a antiguidade, e ligada à sociedade a religião aos costumes e culturas, e conforme a sociedade evoluía a música também evoluía. Surge um período através de um procedimento lento e gradual semelhante a cada evolução social e com as mudanças de mentalidade que define cada geração e cada época (Alencar, 2003).

Foi antes da idade média que a música começou a estrair presente na vida de muitas pessoas, nessa evolução, a música já se tornava um elemento muito importante para a vida social já estava presente em banquetes e diversões, e ainda em cerimônias estatais, como celebração de triunfo imperial. Já na Europa medieval a igreja considerava os instrumentos como algo pagão, mas tinha uma exceção que era o órgão que podia ser um pequeno instrumento portátil utilizados em procissões ou mesmo um enorme instrumento com grandes números de tubos. Já na música profana as variedades de instrumentos eram imensas, eram instrumentos populares da Europa como: flauta e gaita-de-foles (Alencar, 2003).

Com o início da Renascença aconteceu um desenvolvimento da história da música: o aparecimento de polifonia coral onde existe várias vozes a cantar cada parte ao mesmo tempo, em vez da polifonia solístico que domina até meados do século XV. Durante

essa época toda pessoa educada deveria saber música na teoria e na prática, para que fosse considerado (Alencar, 2003).

Foi na Renascença que a música ganhou um lugar central, construindo um elemento cultural na sociedade. Mesmo depois do período renascentista ainda houve diversos períodos que marcou a evolução da música (Alencar, 2003).

2.2 Relação entre a BNCC e a Música

O sistema educacional brasileiro é o grande responsável pela busca por desenvolver no aluno as habilidades cognitivas, sensórias e motoras, além de buscar à adequação as novas tecnologias existentes. De forma a possibilitar que o mesmo tenha qualidade de vida e mais produtividade nas atividades que necessite executar.

Pensando nisso, é possível recordar que recentemente no Brasil houve várias discussões, referentes a mudanças nesse sistema para alcançar o objetivo citado.

Assim, foram realizadas diversas audiências públicas que envolveram especialistas em educação, profissionais da educação, comunidade escolar e demais interessados na ideia de uma nova organização da educação básica do país, para dessa forma elaborar a BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017) que visa trazer informações para orientar nas decisões e escolhas tomadas pelas instituições de ensino brasileiras, em busca da otimização, aprimoramento e organização dos assuntos trabalhados no ambiente escolar dos dias atuais.

Prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014, a BNCC foi preparada por especialistas de cada área do conhecimento, com a valiosa participação crítica e propositiva de profissionais de ensino e da sociedade civil. Em abril de 2017, considerando as versões anteriores do documento, o Ministério da Educação (MEC) concluiu a sistematização e encaminhou a terceira e última versão ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC pôde então receber novas sugestões para seu aprimoramento, por meio das audiências públicas realizadas nas cinco regiões do País, com participação ampla da sociedade. (Brasil, 2017, p.5)

Portanto, a uma grande relevância nesse documento elaborado por grande parte da sociedade brasileira para reverenciar as precisões da educação básica, sedo que se tratava de um documento previsto em lei pelo poder público, desde a Constituição Federal do ano de 1998, citada também na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, e no PNE – Plano Nacional de Educação de 2014. Assim, o mesmo busca agrupar o unido

de conteúdos que os estudantes precisam aprender durante toda sua vida educacional como é apresentado no texto abaixo:

A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá (Brasil, 2017, p. 5)

Além dessas propostas, o documento ainda faz referências as obrigatoriedades do Estado Brasileiro, que é em primeiro lugar um dos grandes responsáveis por proporcionar a esperada educação de qualidade. Como esclarece Brasil (2017):

Expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno dos estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito. Assim, para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, este será um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros (Brasil, 2017, p. 5)

Neste sentido, fica evidente o compromisso que as instituições escolares como principal meio para construir um saber formal, deverão assumir nesse novo modelo de ensino escolhido. Assim, a BNCC (2017) aponta de forma clara, que no recente modelo de trabalho pedagógico a escola deve acolher, reconhecer e desenvolver de forma plena o educando.

No documento são apresentadas as dez competências gerais que o aluno com o auxílio das escolas e pares devem desenvolver durante toda educação básica:

Ao longo da Educação Básica – no Ensino infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver as dez competências gerais que pretendem assegurar, como resultado do seu procedimento para novas aprendizagens e desenvolvimento, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2017, p. 25)

A partir daí as dez competências gerais da BNCC (2017) estão divididas entre as três etapas da educação básica, tendo início nos anos iniciais, passando pelo ensino

fundamental até o ensino médio. Assim, a música como já era de se esperar faz parte dos conteúdos explorados na etapa inicial da escolarização do educando.

Segundo a BNCC (2017):

Na primeira etapa da Educação Básica, e para combinação entre os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, quais apresentem condições de aprender e se desenvolver (Brasil, 2017, p.25)

Os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento a que se refere a BNCC (2017) são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Todavia, com um bom planejamento pedagógico é possível proporcionar momentos que garantam esses direitos aos alunos da educação infantil, através de atividades lúdicas que envolvam a música, pois, ela possibilita a diversificação no jeito de aprender a conviver com o que existe em sua volta, garantindo assim o sucesso pessoal do aluno.

3 A PRESENÇA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A música no contexto da educação infantil vem sendo usada como apoio, na aprendizagem de diversos assuntos, como a números, letras do alfabeto, cores, entre outros, estes repassados através de músicas.

Conforme Brasil/MEC (1998, p. 47), “Essas músicas costumam ser acompanhadas por gestos corporais, imitados pelas crianças de maneira mecânica e divertida”.

Ainda Brasil/MEC (1998, p. 49),

[...] a música mantém vínculo estreito e direta com as demais linguagens expressivas (movimento, expressão cênica, artes visuais etc), e, por outro, torna possível a concretização de projetos integrados. [...] O trabalho com música deve levar em conta, portanto, que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês e crianças, inclusive aquelas que manifestam alguma deficiência.

Brasil/MEC (1998) compreende a música como uma linguagem e forma de conhecimento, que está presente em nosso dia a dia, surgindo por meio de brincadeiras, manifestações espontâneas, bem como através do convívio entre outras pessoas.

Sabe-se que desde o ventre materno, a criança já toma contato com a música, a qual abrange ritmo. Conforme vai crescendo ela aprende a cantarolar com seus pais um versinho, emite sons repetitivos balançando-se as duas pernas (movimentação bilateral),

balançando-as para frente e para trás, sendo essa a maneira de reproduzir os acalantos. Conforme Jeandot (1997),

As crianças gostam de acompanhar as músicas com movimentos do corpo, tais como palmas, sapateados, danças, volteios de cabeça, mas, inicialmente, é esse movimento bilateral que ela irá realizar. E é a partir dessa relação entre o gesto e o som que a criança – ouvindo, cantando, imitando, dançando – constrói seu conhecimento sobre música, percorrendo o mesmo caminho do homem primitivo na exploração e na descoberta dos sons (Jeandot, 1997, p. 19).

A autora enfatiza a influência que a música exerce sobre a criança, incentivando a utilização de jogos ritmados a serem colocados em prática na escola, sendo essa uma grande chance expressiva para a criança.

“A criança não é uma artista, nem um ser unicamente contemplativo, mas antes de tudo um ser “rítmico-mímico”, que usa de forma espontânea os gestos ao sabor da sensação que eles despertam” (Jeandot, 1997, p. 19).

A música é tida como linguagem. Jeandot (1997) aborda que da mesma maneira como a criança aprende a falar, é necessário colocar a criança frente a situações que envolvam a linguagem musical. Compete ao professor buscar o universo musical adequado à faixa etária da criança, ampliando seus conhecimentos sobre a música, estimulando-a a realizar atividades referentes à sua descoberta, com o objetivo de que ela possa ouvir, perceber, repetir sons, expressando-se por meio da música.

Para as crianças existem a possibilidade de se deleitar de brincadeiras rítmico-musicais, como as parlendas, que para Brito (2003, p. 101), “As parlendas são brincadeiras rítmicas com rima e sem música, envolvendo também o movimento corporal”.

Pode-se usar como exemplo de brincadeira rítmico-musical:

Corre cutia
Na casa da tia
Corre cipó
Na casa da avó
Lencinho na mão
Caiu no chão
Moça bonita
Do meu coração
Posso jogar?

Pode

(todas as crianças sentadas formam um círculo e uma criança fica de fora sendo a cutia)

Brito (2003, p.107), ainda enfatiza a importância de trabalhar a música com a finalidade de despertar o prazer, a linguagem oral e escrita:

UM, DOIS, FEIJÃO COM ARROZ

Um, dois,

feijão com arroz,

Três, quatro,

feijão no prato

Cinco, seis,

feijão inglês

Sete, oito,

comer biscoito

Nove, dez,

comer pastéis

Usando parlendas nas aulas a criança vai sendo estimulada a criar suas próprias canções. Conforme Brito (2003, p. 135), “a partir dos três ou quatro anos, as crianças costumam inventar canções. Na maior parte elas faz-de-conta, cantando e contando histórias, etc.”. Ao relacionar o som e movimento enriquecem as possibilidades para a expressão corporal da criança, ela mesma integra seus gestos ao ambiente com sons.

Assim, a música na Educação Infantil vai ao encontro a variados objetivos, alguns dos quais indiferentes às questões próprias dessa linguagem, sendo muitas vezes apoio para atender diversas finalidades, como a construção de hábitos, atitudes e comportamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi o momento que oportunizou o pensar e refletir sobre o tema abordado, sendo o mesmo muito complexo e abrangente por ter uma necessidade de ser trabalhado em sala, influenciando na aprendizagem das crianças, podendo ser investido como um suporte pedagógico para uma melhor compreensão.

Produzindo esta pesquisa foi possível perceber o quanto que a sua presença na vida das pessoas tem se tornado frequente e útil até mesmo para o estresse do dia a dia, por deixar o indivíduo mais concentrado e relaxado para suas atividades diárias além de controlar as emoções.

Neste trabalho foi abordado que musicalização só traz benefícios para os pequenos que estarão o tempo todo em constante movimento, dançando poderão utilizar mãos pés e várias partes do corpo.

Contudo, a partir das análises e discussões realizadas pode-se concluir que a música é algo bem presente e que não deve ser esquecida, é de fundamental importância para o conhecimento que será adquirido em toda vida. Fatores relacionados ao conjunto musical possibilitam a prática pedagógica com qualidade e conseqüentemente oportuniza a eficácia no processo de ensino aprendizagem. É notório perceber que quando é trabalhado de maneira contextualizada traz grandes resultados no que desrespeita a educação dos pequenos, segundo autores citado durante a pesquisa ela desenvolve a criatividade a imaginação ajudando na socialização no meio em que o indivíduo habita.

O trabalho realizado mostra que realizar esse tipo de trabalho ajuda a melhorar a sensibilidade das crianças, a capacidade de concentração e a memória, trazendo benefícios ao processo de alfabetização e ao raciocínio matemático. A música estimula áreas do cérebro não desenvolvidas por outras linguagens, como a escrita e a oral. É como se tornássemos o nosso 'hardware' mais poderoso". Sem música, a chance é desperdiçada. Quanto mais cedo a escola começar o trabalho, melhor. Essa linguagem, embora antes fosse mais comum, faz parte de cultura das crianças por causa das canções de ninar e das brincadeiras. O pouco que ainda resta abre um oportuno espaço para o trabalho na escola.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Teca de Brito. **Música na Educação Infantil**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

BERGÉ, Yvonne. **Viver o seu corpo**. Por uma pedagogia do movimento. Trad. Estela de Santos Abreu e Maria Eugênia de Freitas Costa. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC – Base Nacional Comum Curricular**. Publicado em 20 de dezembro de 2017.

BRÉSCIA, Vera Lucia Pessagno. **Educação Musical:** bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil.** São Paulo: Peirópolis, 2003.

CAVICCHIA, D. **O cotidiano da creche:** um projeto pedagógico. São Paulo: Loyola., 1993.

GAINZA, V. **Estudos de Psicopedagogia Musical.**3. ed. São Paulo: Summus, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JEANDOT, Nicole. **Explorando o Universo da Música.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

LIMA, S. & RUGER, A. **O trabalho corporal nos processos de sensibilização musical.** Opus, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 97-118, junho de 2007.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **O ensino de música na escola fundamental.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

NOGUEIRA, M.A. **A música e o desenvolvimento da criança.** Revista da UFG, Vol. 5, No. 2, dez 2003.

MORIN, E. **Complexidade e transdisciplinaridade:** a Complexidade e transdisciplinaridade, reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: Editora da UFRN, 2006.

ROSA, Nereide Schilaro Santa. **Educação musical para a pré-escola.** São Paulo: Ática, 1990.

SOUZA, Jussara (Org.). **Música, cotidiano e educação.** Porto. Alegre: Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS, 2000.

Capítulo 3
O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NA SOCIEDADE
MODERNA

Calil Lacerda Ferreira Calisto
Joice Mara Pereira de Alencar
Sileide Mendes da Silva

O PROTAGONISMO ESTUDANTIL NA SOCIEDADE MODERNA

Calil Lacerda Ferreira Calisto⁶

Joice Mara Pereira de Alencar⁷

Sileide Mendes da Silva⁸

RESUMO

A pesquisa aborda a ideia de protagonismo dos estudantes enfatizando o envolvimento ativo deles no seu processo de aprendizagem, fomentando autonomia, responsabilidade e raciocínio crítico. Com base em teorias de educadores como John Dewey e Paulo Freire, o protagonismo coloca o aluno no centro do processo de aprendizagem. O texto aborda a função do educador como facilitador, as metodologias ativas como a sala de aula invertida e o aprendizado baseado em projetos, além dos resultados positivos na autoestima, rendimento escolar e competências socioemocionais. O protagonismo também é considerado uma estratégia para preparar os estudantes para o mercado de trabalho, fomentar a consciência social e ambiental, além de incluí-los em processos decisivos, consolidando a cidadania e a liderança. Os resultados apontam que o protagonismo dos estudantes é crucial para a formação de cidadãos críticos e aptos para os desafios da sociedade contemporânea, mesmo diante de obstáculos institucionais e culturais.

Palavras-chaves: Protagonismo estudantil. Metodologias ativas. Autonomia na aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O protagonismo infantil coloca a criança no centro do processo educativo, valorizando suas opiniões, ideias e interesses. Quando os estudantes participam, deixam de ser apenas receptores de informações e passam a construir seu conhecimento de maneira mais autônoma e crítica. Essa abordagem ajuda a desenvolver habilidades como

⁶ Professor dos anos finais do Ensino Fundamental. Graduando em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail: clfcalisto@gmail.com;

⁷ Professora de Educação Infantil. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail: joycemaraalenaca.123@gmail.com;

⁸ Mestre em educação pela UPE (Petrópolis). Professora da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

a comunicação, a empatia, o pensamento crítico e a responsabilidade, além de promover o engajamento e a motivação pelo aprendizado. É uma metodologia que respeita o ritmo e a individualidade de cada aluno, tornando o processo de ensino mais inclusivo.

As novas metodologias de ensino, como a aprendizagem baseada em projetos, o ensino híbrido e a sala de aula invertida, promovem uma maior autonomia dos estudantes. Nesses modelos, o aluno é incentivado a participar ativamente do processo de aprendizagem, buscando o conhecimento de forma autônoma e utilizando uma variedade de fontes, como vídeos, materiais online e atividades práticas.

Isso fortalece habilidades como a autogestão, o pensamento crítico e a criatividade, que são essenciais no mundo atual. Além disso, o papel do professor evolui para ser mais de um mediador e orientador, ajudando os estudantes a explorar mais. Com o protagonismo no processo educacional, o estudante assume um papel ativo em sua aprendizagem, o que incentiva a autonomia, o pensamento crítico e a responsabilidade pelo próprio desenvolvimento. Em vez de apenas receber passivamente o conteúdo, ele se torna o centro do processo, interagindo, questionando e aplicando o conhecimento. Esse modelo de ensino estimula habilidades essenciais como resolução de problemas, colaboração e criatividade, que são fundamentais não apenas para o sucesso escolar, mas também para sua vida pessoal e carreira profissional.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral:

- Compreender a definição, origem e evolução do conceito de protagonismo estudantil, destacando suas bases teóricas e a relevância para a educação moderna.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Identificar as principais influências teóricas e filosóficas, como as de Paulo Freire e John Dewey, que desenvolvem para a formulação do conceito de protagonismo estudantil.
- Analisar como o protagonismo estudantil desafiar práticas tradicionais de ensino, promovendo uma abordagem centrada no aluno e no desenvolvimento de autonomia, responsabilidade e pensamento crítico.

- Investigar as características comportamentais e competências essenciais do estudante, relacionando-as às práticas educacionais contemporâneas que fomentam essa postura.

1.2 Problemática

- Quais são os desafios enfrentados na implementação do protagonismo estudantil nas práticas pedagógicas contemporâneas?
- Como as escolas podem adotar ativas para fortalecer o protagonismo estudantil e superar os desafios do ensino convencional?

2 DEFINIÇÃO E ORIGEM DO CONCEITO DE PROTAGONISMO

O conceito de protagonismo do aluno destaca a participação ativa do aluno no seu processo de aprendizagem, incentivando o crescimento de autonomia, responsabilidade e pensamento crítico. Este protagonismo coloca o aluno em um papel central, estimulando-o a ser o protagonista de sua educação, ao invés de ser um mero receptor de informações. Portanto, o protagonismo dos estudantes destaca o papel do estudante como peça fundamental na formação do saber, onde suas atitudes, interesses e decisões são essenciais para o processo de aprendizagem e crescimento pessoal (Paulo Freire, 1996).

Paulo Freire (1996) modifica o conceito de "educação libertadora", onde o estudante é incentivado a ter consciência de sua realidade e a se envolver na busca pelo saber. Freire defendeu que o processo de aprendizagem deveria ser realizado através do diálogo e da reflexão crítica, possibilitando que o estudante entendesse e questionasse o mundo que o cerca. Segundo Freire, o protagonismo dos estudantes é uma via para a emancipação, uma vez que possibilita ao aluno ser o "criador" do seu próprio aprendizado, adquirindo assim maior domínio sobre sua própria formação e sobre o impacto que pretende gerar em sua comunidade (Paulo Freire, 1996).

Esta perspectiva centrada no protagonismo do aluno simboliza uma alteração em relação às práticas de ensino convencionais, que geralmente se fundamentavam na transmissão passiva de conhecimento do docente para o discente. Ao assumir o protagonismo na educação, o aluno deixa de ser apenas um espectador e passa a ser o "criador" de sua própria trajetória de aprendizado (Paulo Freire, 1996).

2.1 Protagonismo como Pilar da Educação Moderna

A educação contemporânea ao abraçar o protagonismo dos estudantes, fundamenta-se em métodos de ensino ativos e focados no estudante, possibilitando o desenvolvimento de competências essenciais como a solução de problemas, a comunicação, o pensamento crítico e a empatia. As escolas e educadores implementam estratégias que incentivam a participação dos alunos em projetos, debates e decisões. Essas estratégias envolvem dar voz aos alunos e estimulá-los a se adaptarem ao ambiente escolar. Métodos como o aprendizado baseado em projetos (ABP), metodologias ativas e ensino colaborativo são exemplos de estratégias que estimulam o protagonismo e buscam engajar o aluno em atividades que vão além do aprendizado teórico e alcançam a prática (John Dewey, 2007).

O protagonismo como pilar da educação contemporânea tem suas raízes filosóficas e teóricas em teóricos como Paulo Freire, Lev Vygotsky e John Dewey que defendem a educação como um processo interativo e cooperativo. Por exemplo, Dewey defende que a vivência prática é crucial para o aprendizado, e que a escola deve ser um local de experimentação e envolvimento ativo do estudante, preparando-o para a convivência comunitária. Por outro lado, Freire considerava a educação como um meio para a emancipação, argumentando que o estudante deve participar ativamente de seu aprendizado, debatendo e questionando para adquirir conhecimento e modificar sua realidade (John Dewey, 2007).

2.2 Características do Estudante Protagonista

O aluno protagonista é aquele que adota uma atitude ativa e independente no seu processo de aprendizagem, exibindo um conjunto de atributos fundamentais para a construção de uma educação focada no estudante. Este tipo de aluno é caracterizado pela habilidade de fazer escolhas conscientes e de se engajar diretamente no seu aprendizado, evidenciando características como independência, pensamento crítico, responsabilidade e habilidades de liderança. Portanto, o protagonismo dos estudantes não é apenas uma posição de destaque, mas um conjunto de comportamentos que possibilitam ao estudante não apenas aprender, mas também contribuir para a formação do seu próprio saber (Paulo Freire, 1996).

Para Paulo Freire (1996), a autonomia é uma das características mais marcantes do estudante. Ele tem a habilidade de orientar seu aprendizado, tomando a iniciativa de procurar informações e solucionar problemas por si mesmo. Esta autonomia requer um alto nível de autogestão, no qual o aluno é capaz de estabelecer prioridades, gerenciar seu tempo e definir objetivos. Isso se distingue da metodologia convencional, na qual o aluno recebe orientações pré-definidas e é orientado passivamente pelos docentes; o aluno protagonista, por outro lado, é ativo, participando de maneira consciente e organizada do seu progresso educacional.

3. O PAPEL DOS EDUCADORES E DA ESCOLA

3.1 Educador como Facilitador e Mentor

Na educação contemporânea, a função de professor vai além de ser apenas um transmissor de conhecimento, assumindo funções que estimulam o protagonismo dos alunos. Nesta visão, o professor desempenha o papel de facilitador e orientador, auxiliando os estudantes a aprimorar suas competências críticas, independência e responsabilidade durante o processo de aprendizagem. Este papel é crucial para converter uma sala de aula em um ambiente de aprendizado ativo, no qual o aluno é o foco das atividades e o professor atua como suporte e guia (Freire, 1996).

Como facilitador, o professor estabelece um ambiente de aprendizagem onde os alunos se sentem confortáveis para expressar suas opiniões, perguntas e procurar respostas de maneira autônoma. Esta metodologia exige que o professor sugira atividades que promovam o raciocínio crítico e a solução de problemas, possibilitando que os estudantes descubram suas respostas e adquiram conhecimento de forma colaborativa. A facilitação não é um processo passivo; ao contrário, requer do educador um planejamento meticuloso de metodologias que coloquem o aluno em contextos desafiadores e motivadores (Freire, 1996).

3.2 O papel da Liderança Escolar

Libâneo (2004), afirma que a liderança escolar tem um papel fundamental na promoção do protagonismo dos estudantes na educação contemporânea, impactando diretamente o ambiente, a cultura e as práticas institucionais que incentivam o

envolvimento ativo dos estudantes. A liderança escolar, composta por dirigentes como diretores, coordenadores e supervisores, funciona como uma ponte entre a perspectiva pedagógica da instituição de ensino e a implementação efetiva de estratégias que promovem o crescimento holístico dos estudantes. Esses líderes não só gerenciam o dia a dia escolar, como também motivam e direcionam professores e alunos, estabelecendo um ambiente que promove a independência, a responsabilidade e o envolvimento dos alunos.

A liderança escolar também desempenha um papel crucial ao estabelecer uma comunicação franca e respeitosa com os estudantes, fomentando um ambiente de confiança e transparência. Líderes que incentivam diálogos frequentes com os alunos possibilitam que eles compartilhem suas vivências, dificuldades e propostas, auxiliando na construção de uma administração participativa. Este tipo de gestão não apenas aprecia as contribuições dos estudantes, mas também intensifica o sentimento de pertença e a percepção de que a escola é um ambiente para o crescimento pessoal e social (Libâneo, 2004).

4. METODOLOGIAS ATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROTAGONISMO

4.1 Sala de Aula Invertida

A metodologia da sala de aula invertida também conhecida como sala de aula invertida, é uma das mais eficazes para estimular o protagonismo dos alunos na educação contemporânea. Este método de ensino altera o método convencional ao mover a parte expositiva do conteúdo para fora da sala de aula, possibilitando que o estudante se familiarize previamente com os conceitos a serem abordados, normalmente através de leituras, vídeos e outros recursos disponibilizados na internet. Assim, o tempo na sala de aula é destinado a atividades práticas, debates, discussão e solução de problemas, promovendo um aprendizado mais participativo e em equipe (Bergmann, 2012).

Uma sala de aula invertida possibilita um ensino mais individualizado, já que o docente é capaz de reconhecer as incertezas e desafios dos estudantes durante as tarefas em classe, ajustando a orientação conforme as demandas individuais e coletivas. Este modelo permite estabelecer um ambiente de ensino inclusivo e dinâmico, no qual todos podem se envolver e contribuir. Os alunos se tornam mais envolvidos e motivados, pois o conteúdo abordado em sala de aula tem relevância e aplicabilidade prática, reforçando a conexão entre teoria e prática (Bergmann, 2012).

Uma outra vantagem da sala de aula invertida é o aprimoramento de habilidades para o ambiente acadêmico e profissional, tais como autogestão, comunicação e trabalho em equipe. Essas competências são essenciais no cenário contemporâneo, que enfatiza a habilidade de adaptação e a iniciativa. Portanto, a metodologia auxilia na formação de alunos mais autônomos, seguros e aptos a lidar com desafios, seja no contexto escolar ou fora dele.

Portanto, ao possibilitar que os estudantes sejam os primeiros a ter contato com o conteúdo e usem o tempo em sala para a prática, a sala de aula invertida se apresenta como uma estratégia eficaz para estimular o protagonismo dos estudantes, fazendo-os protagonistas de seu próprio processo de aprendizado (Bergmann, 2012).

5. DESAFIOS E LIMITAÇÕES PARA O PROTAGONISMO ESTUDANTIL

5.1 Resistência Cultural e Social

A resistência cultural é um movimento poderoso que utiliza a arte, a educação e a produção cultural para questionar estruturas de poder, promover a justiça social e fortalecer a democracia. Artistas, professores, intelectuais e produtores culturais desempenham um papel essencial ao denunciar injustiças, destacar temas relevantes e dar-lhe voz às comunidades marginalizadas, muitas vezes invisibilizadas pelas narrativas predominantes. Por meio de expressões criativas, como literatura, música, teatro e cinema, essas iniciativas desafiam preconceitos, promovem a inclusão e criam espaços para o diálogo e a reflexão. Além disso, a resistência cultural contribui para a preservação de identidades culturais e para o fortalecimento de laços comunitários, atualmente como uma ferramenta transformadora na construção de sociedades mais equitativas e conscientes de sua diversidade (Warnier, 2003).

A escola, como espaço de aprendizado e convivência, tem o potencial de se tornar um local de resignificação e produção cultural, promovendo diálogos entre diversas culturas e oferecendo mediação entre diferentes perspectivas. Para atingir esse objetivo, é fundamental que a escola examine criticamente o repertório artístico e cultural que oferece aos alunos, procurando incluir uma variedade de tradições, expressões artísticas e conhecimentos que representam a diversidade cultural presente na sociedade. Esse processo envolve a valorização de identidades plurais e a abertura para o diálogo entre diferentes formas de saber (Candau, 2008).

5.2 Problemas com Falta de Recursos

Segundo Trindade e Oliveira (2019), a evasão escolar está fortemente ligada à falta de incentivo familiar, que muitas vezes é influenciada por questões socioeconômicas. Famílias em situação de pobreza extrema enfrentam grandes desafios para manter os filhos na escola, o que contribui para o abandono escolar. Esse aspecto é refletido nos censos escolares e demográficos, que mostram como fatores como insegurança financeira, necessidade de trabalho infantil e falta de acesso a recursos básicos relacionados à permanência dos alunos no ambiente escolar.

A evasão escolar é um problema complexo, influenciado por múltiplos fatores que variam entre condições socioeconômicas, contextos familiares e dificuldades pessoais dos estudantes (Trindade; Oliveira, 2019)

1. Dificuldades de aprendizagem: Problemas como transtornos de aprendizagem e falta de apoio.

2. Deficiência no transporte escolar

3. Falta de incentivo dos pais: Em alguns casos.

4. Mudança de endereço

Esses fatores destacam a necessidade de uma abordagem integrada e intersetorial para combater a evasão escolar, englobando políticas que garantam o acesso à educação, ofereçam apoio econômico e social às famílias e criem ambientes escolares acolhedores e motivadores para todos os alunos.

6 CASOS PRÁTICOS E EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO

6.1 Estudos de Casos de Escolas Protagonistas

De acordo com a legislação brasileira, é obrigatório frequentar a escola até o fim do Ensino Fundamental, o que pode incentivar famílias – especialmente as de baixa renda – a considerar encerrado o ciclo de estudos antes do início do Ensino Médio e a exigir que os alunos passem a contribuir para o orçamento doméstico (Libâneo, 1992).

Essa realidade reflete uma tensão entre as exigências legais e as necessidades econômicas das famílias de baixa renda, que, muitas vezes, não sustentam a permanência dos filhos na escola. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que não apenas garantam o acesso à educação, mas também promovam a permanência e o sucesso escolar, oferecendo suporte econômico.

6.2 Impacto Positivo do Protagonismo nas Escolas

O protagonismo do aluno na educação, ao estimular a participação ativa e o envolvimento nas decisões e processos de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida pessoal e profissional. Ao se engajar em soluções coletivas, os estudantes aprendem a trabalhar em grupo, a respeitar opiniões divergentes e a colaborar de maneira construtiva. Esse processo de aprendizagem, que valoriza o pensamento coletivo, é fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva (Freire, 1996).

Uma escola que estimula o protagonismo estudantil cria um ambiente onde os alunos se tornam agentes ativos de seu próprio aprendizado, incentivando-os a buscar soluções criativas para os desafios que surgem. Esse tipo de abordagem favorece o desenvolvimento da criatividade, pois exige que os estudantes pensem de maneira crítica e inovadora (Freire, 1996).

Ao enfrentar problemas reais, os alunos são desafiados a aplicar seu conhecimento, a colaborar com os colegas e a explorar diferentes perspectivas, ou a expandir suas habilidades cognitivas e sociais.

6.3 Relatório de Estudantes

Monument Mountain Regional High School ilustra uma abordagem inovadora para o ensino, focada no protagonismo dos estudantes. Ao perceberem que estavam "perdendo" horas em atividades que não os motivam, os alunos. O modelo adotado valoriza a autonomia dos alunos, permitindo que eles escolham o que estudar, o que promova maior engajamento facilitadores ou orientadores, é "aprender a aprender" preparando o estudante.

6.4 Exemplos Internacionais de Protagonismo Estudantil

A escola situada em Tilcara, no estado de Jujuy na Argentina, adota princípios fundamentais que promovem uma educação co-construída, onde os estudantes não são apenas receptores passivos de informações, mas participantes ativos no processo de aprendizagem. Ao valorizar a interpretação livre do mundo, a escola estimula os alunos a

desenvolverem seu pensamento crítico, com base do companheirismo, família, docentes e comunidade.

Estudantes desestimulados, desinteressados e sem ver sentido na escola. Os desafios enfrentados pela Escola Estadual Professor Antônio Alves Cruz eram comuns a outras instituições de ensino médio. A partir de um chamado da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, a escola decidiu repensar seu funcionamento e implementar uma proposta de ensino de tempo integral, baseada na metodologia do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

7. POLÍTICAS PÚBLICAS E O INCENTIVO AO PROTAGONISMO

7.1 Políticas Educacionais para a Autonomia Estudantil

A definição do MEC sobre gestão escolar conforme apresentado, enfatiza a organização e o funcionamento da escola pública em uma variedade de aspectos incluindo os políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos. Essa gestão deve ser pautada pela transparência e pelo objetivo de permitir que a comunidade escolar tenha acesso ao desenvolvimento de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos (Dourado, 2006).

O processo descrito busca ser dinâmico e colaborativo, envolvendo a aprendizagem, a inovação, a criação, o diálogo, a construção, a transformação e o ensino, de modo a formar cidadãos críticos e conscientes. Esse modelo de gestão escolar reflete uma visão holística da educação (Dourado, 2006).

7.2 Parcerias entre Governo e Escolas

A ampliação dos serviços prestados nas Unidades Socioeducativas (USEs), com a inclusão de assistentes sociais e psicólogos, representa um avanço significativo na construção de uma parceria entre a escola e a comunidade. Essas equipes têm um papel articulador importante, pois não apenas colaboram com os professores e coordenadores no acompanhamento dos alunos, famílias, especialmente. Além de atuar junto às famílias, esses profissionais também organizam palestras e atividades educativas para os pais, sexualidade, prevenção ao uso de drogas e outros (Lovato; Yirula; Prestes, 2017).

"O papel da equipe é articulador. Implementamos o programa Escola de Portas Abertas, do governo do estado, e atuamos em conjunto com as organizações, os movimentos sociais e os líderes comunitários", diz Trindade Ramos (2009).

7.3 Incentivo ao Protagonismo nas Escolas Públicas

"Os caminhos para que o Brasil se estabeleça como um país progressista, que de fato respeita e valoriza a diversidade que o constitui; demanda escuta e acesso aos espaços onde são tomadas as decisões que podem mudar o rumo dos livros de geografia, história e sociologia que temos nas escolas. É preciso abrir caminhos para que as juventudes do interior, da periferia e da floresta, entre tantos outros que nosso país exalta em discursos sobre a história, tenham espaço e para participar da busca por um futuro melhor que a realidade brasileira, apática aos sonhos das juventudes." – (Vitor Zanelatto, 2019).

8. Ferramentas e Recursos para Fomentar o Protagonismo

8.1 Uso de Tecnologia e Plataformas Digitais

À medida que avançamos no século XXI, a tecnologia se torna cada vez mais integrada à nossa vida cotidiana e ao ambiente de trabalho. A digitalização dos processos, a conectividade e o avanço de tecnologias como a inteligência artificial e a automação estão evoluindo a maneira como vivemos, nos comunicamos é, portanto, os profissionais precisam se adaptar, desenvolvendo habilidades que os tornem capazes de trabalhar lado a lado com tecnologias avançadas e, muitas vezes, até mesmo de gerencia-las.

No ambiente de trabalho, a tecnologia permite maior eficiência e produtividade, além de criar novas oportunidades e formas de atuação. Ferramentas digitais facilitam a colaboração à distância, a análise de dados em tempo real e a automação de tarefas rotineiras, liberando os profissionais para focarem em atividades mais estratégicas e criativas. No entanto, essa transformação também exige novas habilidades e competências, como a capacidade de lidar com inovações, resolver problemas complexos e se adaptar rapidamente às mudanças tecnológicas (Kirby; Davenport, 2016).

8.2 Clubes, Grêmios e Atividades Extracurriculares

Clubes estudantis são grupos formados por estudante com interesse comum e se reúnem para praticar, discutir, aprender e organizar atividades relacionadas música, teatro, jornalismo, matemática, esportes, entre outros, e prevenir um espaço valioso (Dayrell, 2007).

Em algumas instituições, como o Colégio Militar do Recife, os grêmios estudantis são atividades extracurriculares que dependem da participação voluntária dos alunos. Os grêmios funcionam como uma forma de organização. A participação em grêmios oferece uma experiência prática de cidadania e responsabilidade coletiva, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades de liderança, comunicação e organização. Engajamento escolar e consciência social, promovendo um ambiente de colaboração (Broh, 2002).

As atividades extracurriculares são aquelas que os alunos realizam fora do horário regulares, esportes, trabalhos voluntários, ações comunitárias, e muito mais. Elas oferecem oportunidades para que os estudantes explorem interesses diversos e desenvolvimento. Essas atividades podem abordar temas e conteúdos que reforçam a rotina escolar, ao mesmo tempo em que agregam conhecimentos essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos. Participar de atividades extracurriculares contribui trabalho em equipe, comunicação, liderança, criatividade e responsabilidade social (Broh, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo dos estudantes é fundamental para a educação contemporânea, incentivando a independência, o raciocínio crítico e a responsabilidade dos estudantes. Ele converte o aluno protagonista em seu próprio aprendizado, equipando-o para enfrentar obstáculos acadêmicos, profissionais e sociais. Técnicas ativas, como a sala de aula invertida, e a aplicação de tecnologias digitais tornam o processo mais inclusivo e cooperativo, gerando um efeito positivo nas competências socioemocionais e no rendimento.

Apesar dos desafios, como resistências culturais e falta de recursos, escolas que adotam o protagonismo observam resultados significativos no engajamento e no

desenvolvimento integral dos estudantes. Investir nessa prática é preparar cidadãos críticos, criativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

REFERÊNCIAS

BERGMANN, Jonathan. **Flip Your Classroom: Alcance Cada Aluno em Cada Classe Todos os Dias**. Sociedade Internacional para Tecnologia na Educação, 2012.

BROH, B. A. Linking extracurricular programming to academic achievement: Who benefits and why?. **Sociology of education**, v. 75, n. 1, p. 69-95, 2002.

CANDAU, Virgínia. **Educação e diversidade cultural**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. Nova York: Macmillan, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KIRBY, J.; DAVENPORT, T. The knowledge jobs most likely to be automated. **Harvard Business Review**, [artigo online], 2016. Disponível em: <https://hbr.org/2016/06/the-knowledge-jobs-most-likely-to-be-automated>. Acesso em: 11 set. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOVATO, Antonio; YIRULA, Carolina Prestes; FRANZIM, Raquel (org.). **Protagonismo a potência de ação da comunidade escolar**. 1ª ed. São Paulo São: Ashoka/Alana, 2017.

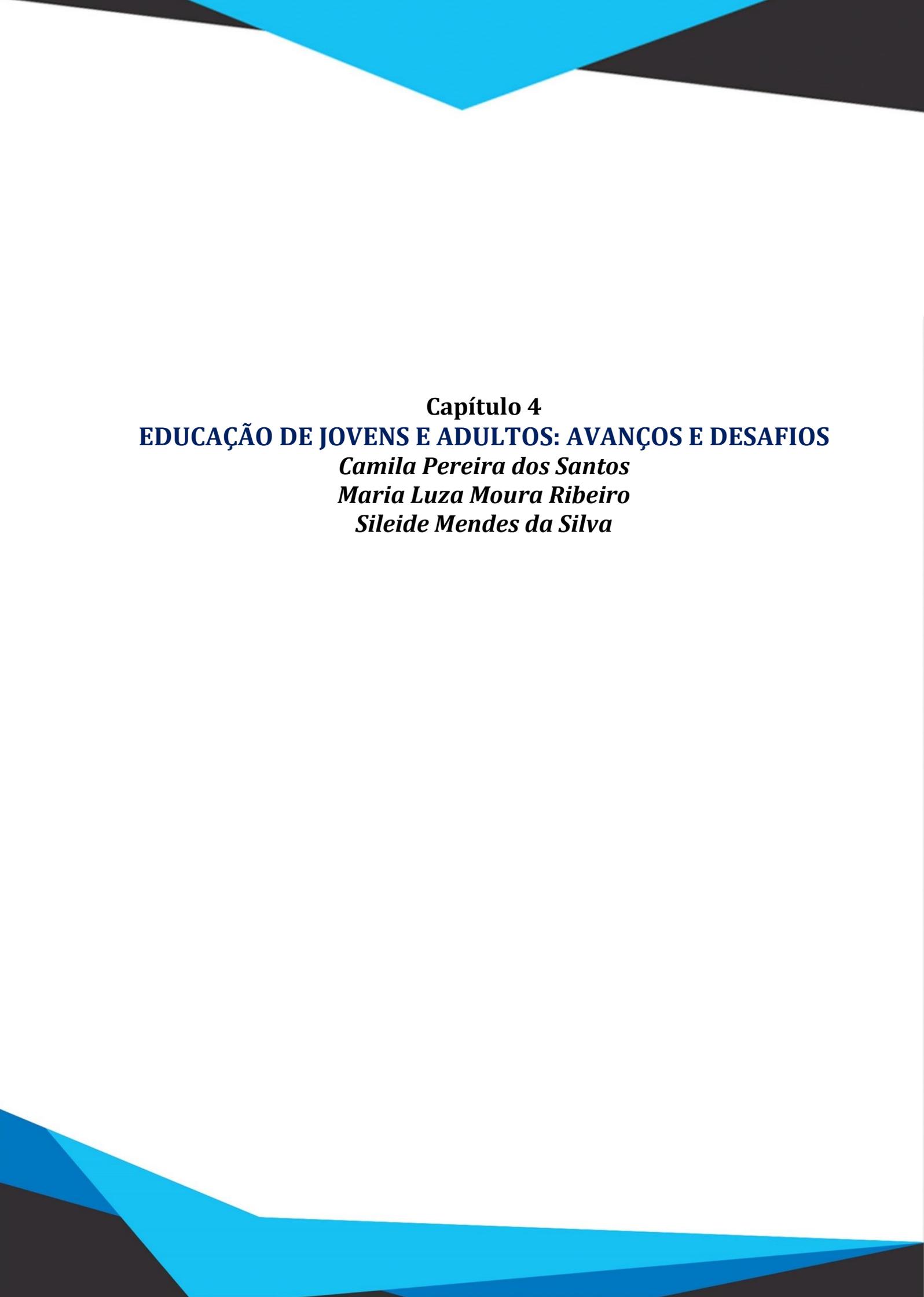
TRINDADE, MFB e Oliveira, ABS (2019). **A evasão escolar e seus determinantes sociais**.

Revista Brasileira de Educação, 24(76), 234-249, 2019.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZANELATTO, Vitor. *et al.* **Caminhos para o protagonismo estudantil**, 2019. Disponível em: <https://porvir.org/protagonismo-juvenil-por-mais-espacos-de-escuta-investimento-e-incentivo-a-participacao/>. Acesso em: 20 set. 2024

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: Edusc, 2003.



Capítulo 4
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AVANÇOS E DESAFIOS
Camila Pereira dos Santos
Maria Luza Moura Ribeiro
Sileide Mendes da Silva

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AVANÇOS E DESAFIOS

*Camila Pereira dos Santos*⁹

*Maria Luza Moura Ribeiro*¹⁰

*Sileide Mendes da Silva*¹¹

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade essencial para promover a inclusão social e educacional, atendendo a uma população que não teve acesso ou continuidade nos estudos durante a idade regular. Este artigo analisa os avanços e desafios da EJA no contexto atual, com foco nas políticas públicas, práticas pedagógicas e os impactos sociais da modalidade. A pesquisa bibliográfica mostrou que entre os avanços, destacam-se a ampliação do acesso, iniciativas inclusivas e metodologias diferenciadas voltadas às especificidades do público-alvo. Portanto, existem desafios significativos, sendo a evasão escolar, falta de recursos, precarização do trabalho docente e a necessidade de maior junção entre educação formal e inserção no mercado de trabalho. A EJA requer políticas mais sérias e sustentáveis assegurando o direito de todos à educação, com isso, garantindo a transformação social e cidadania plena para todos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Inclusão educacional. Desafios pedagógicos. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A EJA (educação de jovens e adultos) é uma modalidade de ensino oferecida para pessoas de diferentes idades cujas necessitam regularizar sua situação de escolaridade,

⁹ Professora de Educação Multisseriada. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail:

¹⁰ Professora auxiliar na Educação Infantil. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail:

¹¹ Mestre em educação pela UPE (Petrolina). Professora da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

onde muitos precisam trabalhar durante o dia, portanto a EJA oferta essa oportunidade de ensino noturno, sendo ele para proporcionar o direito a educação igualitária.

De acordo com estudos e pesquisas fica explícito que a EJA é de suma importância para o desenvolvimento educacional para que não haja grande número de evasão escolar por falta de oportunidades, sendo assim ambo vem se destacando desde a época dos jesuítas, onde eram catequizados não só as crianças como também os adultos afim de propagar o ensino educativo por meio da fé católica, entretanto somente a partir da década de 1930 é que a educação de jovens e adultos efetivamente começa a se destacar no cenário educacional do país.

Passando-se quatro anos, foi que o governo criou o Plano Nacional de Educação de 1962 onde estabeleceu como dever do estado o ensino primário integral obrigatório e extensivo para os jovens e adultos analfabetos como direito constitucional, mas em meio a seu desenvolvimento houveram muitas críticas sendo elas entre a população, que enfatizam a discriminabilidade mediante a idade e suas condições sociais. No entanto a luta com garra e dedicação por uma educação de qualidade para todos, fez com que a educação de jovens e adultos ganhasse destaque na sociedade. A partir daí, a educação de jovens e adultos assumida através da campanha nacional do povo começou a mostrar seu valor. Através da campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947.

A partir dessas conquistas a EJA foi destacando-se cada vez mais perante ao meio educacional por sua visão voltada para as necessidades da população, agregando o ensino noturno para que os mesmos alcancem suas metas e objetivos para melhor desenvolvimento e entendimento entre o convívio social, como também para se próprio, dessa forma o país tem intensificado recursos para assegurar e evitar a evasão escolar.

O referente tema foi trazido em pesquisa por meio de artigos por ser pouco visto entre o meio social, enfatizando a falta de seu reconhecimento e sua importância, cujo traz consigo o papel de disponibilizar a educação igualitária para jovens e adultos oportunizando-os a iniciarem ou concluírem seus estudos em idade escolar, no Ensino Fundamental ou Ensino Médio, sendo assim formando cidadãos críticos, questionadores e conhecedores de seus direitos e deveres, além de um sujeito pleno e apto para exercer seu papel na sociedade com autonomia e liberdade de expressão.

Diante do exposto, o trabalho traz o seguinte questionamento: Quais os desafios encontrados na EJA? São inúmeros desafios presentes nessa modalidade educacional, começando pela evasão escolar, diversidade cultural, diferença de idades entre outros.

Mas o que leva a uma maior preocupação é a questão da evasão, onde as instituições junto ao governo precisam buscar maneiras para evitar que isso aconteça dessa maneira os professores educadores precisam ter uma percepção voltada para as didáticas, conteúdos, como também a maneira de se posicionar perante a turma e sua realidade vivenciada.

Traz como objetivo geral investigar e analisar as práticas pedagógicas e metodológicas no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando identificar os principais desafios e estratégias para a promoção de uma educação inclusiva e eficaz, que atenda às necessidades específicas desse público e contribua para o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos estudantes. Especificamente, identificar os principais fatores que levam jovens e adultos a retornarem ao ambiente escolar na EJA; analisar as metodologias de ensino aplicadas na EJA e sua eficácia no processo de aprendizagem dos estudantes; investigar os desafios enfrentados pelos educadores na promoção de uma educação inclusiva e motivadora para os alunos da EJA e avaliar o impacto da EJA na vida social e profissional dos alunos, destacando o papel da educação como ferramenta de transformação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2 PRINCIPAIS FATORES QUE LEVAM JOVENS E ADULTOS A RETORNAREM AO AMBIENTE ESCOLAR NA EJA

Moacir Gadotti (2008) ressalta em sua fala que os jovens e adultos retornam ao ambiente escolar para melhorar suas condições de vida, como também no engajamento para o mercado de trabalho e para melhor aceitação no meio social.

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adultos analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego (Gadotti, 2008, p.31)

Quando um adulto retorna à escola, muitas vezes ele se sente oprimido, sentindo-se como alguém mais velho que não teve oportunidades. Nesse caso, é papel do professor motivá-lo a participar no desenvolvimento das atividades e fazendo com que ele se sinta confortável em seu ambiente de estudo (Amaral; Costa, 2005). Oliveira e Eiterer (2008) destacam que dentre um dos motivos dos jovens e adultos faltarem na Educação de Jovens

e Adultos (EJA), há uma contradição entre o que eles dizem e a realidade em que vivem. Embora muitos afirmem que estudar é importante, na prática, muitos não cumprem seu papel quando estão matriculados em programas de EJA. Isso na maioria dos casos ocorre porque os educadores não buscam maneiras e didáticas que assegurem esses alunos na permanência escolar como por exemplo durante o desenvolvimento das atividades propostas em sala de aula e dessa forma acaba afetando e desmotivando-os a darem continuidade ao processo contínuo de aprendizagem.

A EJA traz consigo a oportunidade de liberdade para aqueles que por muitos empecilhos não puderam concluir os estudos de forma regular, sendo eles a responsabilidade de começar a trabalhar desde cedo para garantir seu próprio sustento, mulheres que tiveram filhos ainda muito jovens e pessoas de mais idade que não tinham oportunidades e condições para terem acesso ao ambiente escolar, esses são uns dos diversos motivos que ocorrem entre esse público levando-os a retomar seus estudos.

Paulo Freire (1979) por sua vez sugere que a educação é um processo contínuo no qual estamos sempre nos educando, visto que somos seres em formação contínua, sempre em transformação social e cultural. Esse processo é parcialmente mediado pelo profissional da educação, que carrega uma grande responsabilidade frente à sociedade nesse desenvolvimento.

Nos dias atuais é visto que para o desenvolvimento de um cidadão pleno, apto a atuar na sociedade, considera-se a educação um dos setores fundamentais para tal realização, isso fortalecendo também sua liberdade entre os padrões expostos pela sociedade, sendo assim necessário uma percepção visual de modo geral, formulando propostas juntamente com ideias e métodos a serem realizados para que assim metas sejam alcançadas com grande sucesso dentre esse público como Freire (1979) propõe alguns conceitos que são essenciais à formação do educando, dentre eles destacamos: a valorização do “saber da experiência feito”, “saída da consciência ingênua para a consciência epistêmica”, “prática dialógica”, “amorosidade”, “leitura do mundo, leitura da palavra”, etc., conceitos que serão trabalhados no decorrer dessa escrita.

Nesse contexto, é trazido a valorização dos conhecimentos e experiências vivenciadas pelos alunos da EJA, sendo ambos vindos de seu cotidiano onde são expostos por meio de diálogos e debates que acontecem entre professores e alunos, e dessa forma o professor tem uma conexão de linguagens por meio dessas realidades, trazendo uma aula de forma mais acolhedora e participativa, obtendo um bom desempenho no

desenvolvimento dos mesmos, tornando-se um grande requisito em combate ao grande número de evasão que ainda é constantemente visto dentro o histórico da modalidade de ensino de jovens e adultos inseridos na EJA, isso acontece justamente devido a falta de recursos e uma boa didática dentro da sala de aula ministrada por regentes dessa modalidade.

2.2 Metodologias de ensino aplicadas na EJA e sua eficácia no processo de aprendizagem dos estudantes

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta desafios específicos devido à diversidade de idades, experiências e níveis de escolaridade dos alunos. Assim, uma metodologia de ensino aplicada na EJA precisa ser diferenciada, flexível e contextualizada buscando atender às necessidades e realidades dos estudantes.

Trazendo esse contexto, é visto que para garantir o cumprimento dessa modalidade é indispensável a implementação de políticas públicas que proporcionem uma Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a infraestrutura adequada, professores devidamente capacitados e materiais didáticos adaptados às necessidades desse público. Jovens e adultos trazem consigo experiências de vida que, quando bem aproveitadas, podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Lira, Verçosa e Pires (2020) destacam que a atuação do poder público é fundamental nas políticas voltadas à EJA, devendo responder às demandas da comunidade e ao seu contexto social.

As instituições de ensino devem garantir as oportunidades educacionais apropriadas de acordo com a modalidade ofertada. Segundo Gadotti e Brandão (2018), é essencial que os professores realizem um diagnóstico histórico e econômico dos alunos ou da comunidade criando métodos entre o saber técnico e o saber popular. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a realização de um diagnóstico dos conhecimentos prévios e do perfil dos estudantes é uma estratégia fundamental para que essa modalidade cumpra o seu papel conforme estabelecido nas diretrizes curriculares.

Trazendo dentro do contexto abordado é visto o uso das metodologias ativas que são de suma importância para o desenvolvimento, pois estimula a capacidade dos alunos em resolver problemas, levantar hipóteses, organizar esquemas e trabalhar em grupo, desenvolvendo habilidades práticas e postura emocional. Dessa forma, o aluno não precisará mais assimilar os conteúdos de forma mecânica e decorada, o processo ocorrerá

de forma a permitir ao estudante desenvolver a capacidade de aplicar o conhecimento aprendido em suas atividades diárias, tornando o mesmo significativo (Ferreira; Morosini, 2019).

2.3 Os desafios enfrentados pelos educadores na promoção de uma educação inclusiva e motivadora para os alunos da EJA

Diante de um diálogo entre os educadores da EJA foi visto os inúmeros desafios que ambos enfrentam em sala de aula sendo eles, o cansaço do dia a dia dos alunos, a responsabilidade familiar, sobrecarga de trabalho, questões de saúde entre outros. Diante da afirmação de Di Pierro (2010, p. 35)

[...] os jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade não acorrem com maior frequência às escolas públicas porque a busca cotidiana dos meios de subsistência absorve todo seu tempo e energia; seus arranjos de vida são de tal forma precários e instáveis que não se coadunam com a frequência contínua e metódica à escola; a organização da educação escolar é demasiadamente rígida para ser compatibilizada com os modos de vida dos jovens e adultos das camadas populares; os conteúdos veiculados são pouco relevantes e significativos para tornar a frequência escolar atrativa e motivadora para pessoas cuja vida cotidiana já está preenchida por compromissos imperiosos e múltiplas exigências sociais (Di Pierro, 2010, p. 35)

Outro aspecto desafiador é a aceitação de alunos assistidos que o juiz decreta que tem que estudar devido a obrigação de frequentar escolas e muitos não querem, vão praticamente obrigados pela justiça e isso afeta em muito o psicológico dos educadores que os recebem e dos demais colegas de turma que presenciam situações sendo elas expostas verbalmente pelos alunos que chegam em determinada situação e com isso e em outros casos até agressões físicas, como argumenta Scarfó (2009):

O esquema de valores que as pessoas privadas de liberdade possuem costuma ser “diferente” do que pode trazer qualquer educador (a), e isso conduz a um processo dialético entre a prática e a teoria, entre o que está bem e o que está mal, entre o dever ser e o que se é, entre o aqui e agora e o futuro. Esse enfrentamento de esquema de valores culturais contribui também para aquela especificidade da educação nas prisões. O impacto na subjetividade do que foi apontado acima, somado ao encarceramento, tem consequências no plano psicológico das pessoas privadas de liberdade. A baixa autoestima, a pouca motivação, a retração emocional, o isolamento, as atitudes e expectativas reduzidas no presente e marcadas pelo passado, geram nas pessoas presas um alto grau de vulnerabilidade psicológica que, somada à vulnerabilidade social e à cultural, torna-a uma

personalidade que precisa de uma abordagem sofisticada e interdisciplinar, na hora de pensar e levar adiante processos formativos nesse âmbito (Scarfó, 2009, p. 121).

Um dos desafios vistos também dentro da sala de EJA é a aceitação na questão da faixa etária de idades entre os alunos ocasionando dificuldades de estabelecerem boas relações, sendo assim fazendo com que os alunos se sintam desconfortáveis e desmotivados para a permanência na sala de aula, outro aspecto que leva a desmotivação das pessoas de mais idade é a falta de limites, a rebeldia, a agressividade e a falta de respeito dos jovens que estão em grande número ocupando as salas de EJA, como Brunel (2004) traz em sua fala:

[...] os jovens, quando chegam nesta modalidade, em geral, estão desmotivados, desencantados com a escola regular, com histórico de repetência de um, dois, três anos ou mais. Muitos deles sentem-se perdidos no contexto atual, principalmente em relação ao emprego e à importância do estudo para sua vida e inserção no mercado de trabalho...este novo panorama, pouco a pouco, foi modificando o ambiente escolar, exigindo dos professores uma nova postura e um jeito novo de conviver com estes alunos, cada dia mais jovens (Brunel, 2004, p. 9-10).

As metodologias utilizadas pelos educadores contam também como um fator primordial no que diz respeito a educação de jovens e adultos, pois é preciso que ambos busquem métodos que proporcionem um espaço de aprendizagem, dando autonomia de expressão ao estudante criando situações de pertencimento, levando os discentes a construir um aprendizado significativo para sua vida.

De acordo Freire (2015, p.25) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas sim criar possibilidades para a sua produção ou construção”, fica explícito que para que se concretize essa produção e construção deve haver a interação entre professor e aluno, pois esses alunos trazem consigo uma bagagem de aprendizado, de experiência de vida que só precisam ser aprimorados no processo de ensino e aprendizagem, dando lhes autonomia para serem contribuintes em seu aprendizado pois os mesmos são donos de conhecimentos riquíssimos, como ressalta Rocha em sua fala:

Que a educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as consequências de sua escolha. Mas isso não será possível se continuarmos bitolando os alfabetizando com desenhos pré-formulados para colorir, com textos criados por outros para copiarem, com caminhos pontilhados para seguir,

com histórias que alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende (Rocha *et al*, 2002).

A fala de Rocha traz uma visão crítica sobre o papel da educação como um processo transformador, no qual o aluno, ao adquirir conhecimento e desenvolver suas habilidades, deve ser capaz de tomar a história em suas próprias mãos e influenciar seu próprio destino. A ideia central é que, para que isso aconteça, é fundamental acreditar em seu potencial, sua capacidade de aprender ativamente, criar, propor mudanças, fazer escolhas conscientes e lidar com as consequências dessas escolhas.

2.4 O impacto da EJA na vida social e profissional dos alunos: O papel da educação como ferramenta de transformação

Ao falar sobre os impactos da EJA na vida social e profissional dos alunos podemos conceituar o preconceito como um dos pontos negativos visto pela sociedade causando um grande impacto no desenvolvimento educacional, pois o mesmo faz com que esses alunos sejam vistos como pessoas que não conseguem aprender, marginalizadas, incapacitadas para voltar a estudar, pessoas que já passaram da idade de aprender, repetentes, descompromissados, mas que, na verdade tiveram apenas o direito aos estudos negado. Portanto a educação em seu papel deve trazer formação profissional, social, é preciso quebrar as barreiras que levam a sociedade enxergar essas pessoas de tal maneira em que até mesmo não querem gerar oportunidades de inclusão no mercado de trabalho devido a uma visão de incapacitação voltada para esse público, portanto:

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção (Freire, 2006, p. 22).

De acordo com a colocação de Freire ensinar é fazer com que cada ser tenha possibilidades de desenvolver seu próprio conhecimento, com isso criando sempre uma produção de cada etapa sendo de forma igualitária e viabilizando o desenvolvimento dos mesmos, e entendendo que ali não foi somente transferido conhecimento mais sim feita uma construção no todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos (EJA) é um campo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Embora os desafios sejam significativos, como a evasão escolar, a falta de recursos e a necessidade de adaptar metodologias às realidades desses estudantes, os avanços demonstram que é possível transformar vidas por meio da educação.

Iniciativas que promovem o respeito às trajetórias de vida dos alunos, a valorização de suas experiências e a criação de políticas públicas direcionadas têm contribuído para ampliar o acesso e a qualidade da EJA. No entanto, é fundamental que sociedade civil, gestores públicos e educadores mantenham o compromisso com a superação das desigualdades históricas que afetam essa população.

Por fim, a EJA deve ser vista não apenas como um instrumento de alfabetização, mas como uma oportunidade de desenvolvimento pessoal, profissional e social capaz de empoderar os indivíduos e fortalecer a democracia. Que possamos continuar avançando nesse caminho, garantindo que cada jovem e adultos tenha seu direito à educação plenamente assegurado.

REFERÊNCIAS

BRUNEL, Carmen. *Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DI PIERRO, Maria Clara. Balanço e desafios das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. In: SOARES, Leôncio et al. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. ENDIPE, 15. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
FERREIRA, R.; MOROSINI, M. Metodologias ativas. **Revista Docência do Ensino Superior**. Belo Horizonte, v. 9, p. 1-19, 2019.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, M.; BRANDÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos - teoria, pratica e proposta**, 12ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LIRA, L. F.; VERÇOSA, P. S.; PIRES, P. A. G. Educação de jovens e adultos: algumas conquistas e desafios na rede municipal de ensino de Rio Branco. **Educação & Linguagem**, v.7, n. 3, p. 12-25, 2020.

ROCHA, Halline Fialho da; KARL, Helena de Azevedo; VEIGA, Marise Schmidt; GUIMARÃES, Michele. As Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos. In: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Petrópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01.html#resul>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Capítulo 5
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA A FORMAÇÃO DA
CRIANÇA

Jailza Rodrigues Borges Araújo

Djanira Pereira Lopes

Carolina Alves Costa Passos

Sileide Mendes da Silva

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA A FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Jailza Rodrigues Borges Araújo¹²

Djanira Pereira Lopes¹³

Carolina Alves Costa Passos¹⁴

Sileide Mendes da Silva¹⁵

RESUMO

O presente artigo apresenta discussões por meio bibliográfico sobre a pesquisa da importância do brincar na educação infantil como ferramenta principal o desenvolvimento infantil da criança. Tem por objetivo analisar a importância do brincar no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico da criança, destacando seu papel como ferramenta essencial para a aprendizagem e formação integral. Ela aprende a socializar, pesquisar, negociar... São relações importantes para a vida. Através da brincadeira a criança se apropria da realidade, criando um espaço de aprendizagem em que possam expressar, de modo simbólico, suas fantasias, desejos, medos, sentimentos, sexualidade e agressividade. Estabelece relações sociais, constrói conhecimentos, desenvolvendo-se integralmente, e ainda, os benefícios que o brincar proporciona no ensino-aprendizagem infantil. Ainda este estudo traz algumas considerações sobre os jogos, brincadeiras e brinquedos e como influenciam na socialização das crianças.

Palavras-chave: Brincadeiras. Potencialidades. Ensino. Aprendizagem.

¹² Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail: iza-coracao@hotmail.com

¹³ Auxiliar de Classe. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. Email: djanirapereira.lopes@gmail.com

¹⁴ Auxiliar de Classe. Carolina Alves Costa Passos. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail: carolalvescostapassos@gmail.com

¹⁵ Mestre em educação pela UPE (Petrolina). Professora da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Desde sempre, as brincadeiras direta ou indiretamente fizeram parte do universo infantil. O brincar é inerente à criança uma vez que é nesse processo que todas as possibilidades para o desenvolvimento socioafetivo surgem, além de criar oportunidades de aprendizagens, já que diversas aprendizagens podem acontecer durante uma brincadeira.

A criança é inserida no mundo do brinquedo não só no âmbito da família, mas também nas relações comunitárias e muito consideravelmente no ambiente escolar. Na escola, a brincadeira se torna ainda mais intensa, já que são as crianças, com suas peculiaridades, que transformam o mundo do brinquedo em momentos muitas vezes complexos e difíceis de serem compreendidos para quem as assiste. Dessa forma, é necessário que uma instituição de ensino reconheça a importância do brincar dentro da educação infantil, uma vez que o brincar é um ato de desenvolvimento infantil e a oportunidade que a criança tem de fazer o que aprende sob a ótica da diversão. São horas e horas de ricos aprendizados que proporcionam o esquadramento dos elementos já citados.

No entanto, é preciso considerar as relações sociais que se estabelecem e são desenvolvidas através das brincadeiras. A criança não brinca sem companhias; ao brincar com outras crianças, a amizade, cooperação, respeito e solidariedade podem ser construídos. Dessa forma, a brincadeira não pode nem deve ser enxergada somente como uma mera distração, mas como um momento essencial no desenvolvimento de uma criança.

Diante disso, discutiremos todas essas problemáticas e outras relacionadas ao brincar no ambiente da Educação Infantil, percebendo que são as oportunidades de aprendizagens e as brincadeiras que uma criança tem para aprender.

A análise da pesquisadora sobre "A Importância do Brincar para a Formação da Criança" merece uma reflexão profunda, pois na verdade, o brincar é uma parte necessária do desenvolvimento integral das crianças, que cobre todas as áreas do conhecimento – cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Este tema abre a possibilidade de analisar em que medida todo tipo de brincadeira afeta o crescimento dos pequenos e ajuda a desenvolver habilidades essenciais, como criatividade, empatia, cooperação e resolução de problemas.

O tema é de grande relevância, pois conclusões sobre a importância do brincar podem auxiliar cientistas, educadores e pais a criar ambientes de aprendizagem mais atraentes e eficazes. Por exemplo, o estudo permite concluir que atividades lúdicas estruturadas devem ser incorporadas ao currículo. A literatura também oferece insights sobre o papel do brincar como uma atividade educacional e se há evidências científicas que comprovem essa função. Dessa forma, o tema escolhido não apenas explora como o brincar influencia o desenvolvimento infantil, mas também promove práticas empíricas baseadas em evidências, que impactam positivamente o crescimento da criança.

Apesar de ser reconhecido que o brincar é importante para o desenvolvimento da criança, essa atividade ainda é pouco valorizada nas escolas, onde o foco costuma ser nos resultados acadêmicos. Como podemos equilibrar a promoção do brincar como parte do aprendizado e desenvolvimento, sem prejudicar o conteúdo escolar tradicional, em um ambiente que prioriza o desempenho dos alunos?

O trabalho apresenta como objetivo geral analisar a importância do brincar no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico da criança, destacando seu papel como ferramenta essencial para a aprendizagem e formação integral. Especificamente, explicar como o brincar contribui para o desenvolvimento cognitivo e a capacidade de resolução de problemas das crianças; analisar o impacto das atividades lúdicas no desenvolvimento social como a interação com pares e a construção de habilidades de comunicação; explorar a importância do brincar para o desenvolvimento físico, como a coordenação motora e a saúde geral da criança e identificar práticas educativas que integram o brincar como ferramenta pedagógica e seus resultados no processo de aprendizagem.

A presente pesquisa foi conduzida por meio de pesquisas bibliográficas, utilizando as contribuições de diversos autores que abordam a importância do brincar no desenvolvimento infantil. Cada autor apresentou sua perspectiva sobre o tema enriquecendo o debate e proporcionando um embasamento teórico sólido. Essa abordagem ampliou a fundamentação do trabalho, oferecendo suporte e validação aos argumentos e ideias propostos. A integração dessas diferentes visões contribuiu para elevar a qualidade, originalidade e credibilidade do estudo, garantindo uma análise mais profunda e abrangente sobre o papel do brincar na formação da criança.

Bastos e Keller (1995, p. 53) definem: “[...] A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Brincar na Educação Infantil

As brincadeiras são ótimas oportunidades para estimular o desenvolvimento da linguagem verbal, tornando-a mais fluente e despertando o interesse por novas palavras. A diversidade de situações proporcionadas pelos brinquedos contribui para o desenvolvimento integral da criança. Através do brincar, ela expande sua imaginação, confiança, controle, criatividade, cidadania, aprende a lidar com frustrações, a cooperar e a melhorar seus relacionamentos interpessoais. O brinquedo pode ser visto como um suporte essencial para a brincadeira.

Segundo Leontiev (1998b, p. 126), o brinquedo é a atividade central da criança, sendo a base para as mudanças mais significativas no seu desenvolvimento psíquico. É por meio do brincar que se promovem os processos psicológicos que facilitam a transição da criança para um novo e mais avançado nível de desenvolvimento.

Nas brincadeiras são realizadas ações coordenadas e organizadas, voltadas para um objetivo o que as torna antecipatórias e favorece um funcionamento intelectual que contribui para a consolidação do pensamento abstrato. A força motriz da ludicidade, que a torna tão crucial no complexo processo de apropriação de conhecimentos, reside na combinação paradoxal de liberdade e controle. Enquanto os horizontes se ampliam conforme a imaginação, o cenário lúdico é moldado por limites que os próprios jogadores estabelecem, subordinando-se mutuamente às regras que orientam a atividade lúdica.

A primeira infância é um período em que é fundamental apoiar o desenvolvimento natural da criança, já que seu crescimento físico acontece rapidamente, concomitantemente com a formação das atividades psíquicas e sensoriais (Angotti, 2007, p. 105).

O brincar é uma parte essencial do desenvolvimento infantil, pois é nas brincadeiras que as crianças conseguem traduzir e expressar suas vivências e sentimentos. A brincadeira deve ser vista como uma atividade séria, fundamental para o

crescimento infantil. É uma das maneiras pelas quais a criança exterioriza medos, problemas e angústias que já vivenciou.

Nas concepções de Winnicott, a criança que brinca tende a ser mais saudável e a favorecer seu próprio crescimento. O autor afirma isso ao mencionar que

Brincar facilita o crescimento e, em consequência, promove a saúde. O não-brincar em uma criança pode significar que ela esteja com algum problema, o que pode prejudicar seu desenvolvimento. O mesmo pode-se dizer de adultos quando não brincam ou quando proíbem ou inibem a brincadeira nas crianças, privando-as de momentos que são importantes em suas vidas, e nas dos adultos também (Winnicott, 1982, p. 176).

Na educação infantil é fundamental que as crianças tenham a oportunidade de conviver em ambientes onde possam manipular objetos e brinquedos, interagir com seus pares e, principalmente, aprender. O brincar é uma forma essencial de comunicação. A ludicidade contribui para a aprendizagem ao facilitar a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade.

De acordo com o RCNEI (Brasil, 1998), brincar é uma das atividades essenciais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia.

Assim, fica evidente que para a criança, brincar não se resume apenas à diversão, mas também envolve educação, construção, socialização e o desenvolvimento de suas potencialidades.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990). A criança se prepara para o futuro ao explorar o mundo ao seu redor, nutrindo sua vida e descobrindo sua vocação por meio do brincar. No entanto, nem sempre ela tem oportunidades para isso, pois existem dois fatores que impedem esse direito de brincar.

Um desses fatores é o trabalho infantil, considerado um problema social que resulta na evasão escolar e na violação dos direitos das crianças. Muitas vezes, o trabalho infantil ocorre por necessidade, quando as crianças precisam contribuir financeiramente para ajudar suas famílias.

As brincadeiras sempre fizeram parte direta e indiretamente, do universo infantil ao longo dos tempos. O ato de brincar se constitui como algo intrínseco da criança, uma vez que por meio desse processo, há um potencial de possibilidades no que concerne o desenvolvimento socioafetivo desse indivíduo como também no tocante ao

desenvolvimento das diversas aprendizagens que podem ser proporcionadas durante as brincadeiras. A criança pode ser inserida no universo das brincadeiras nas relações familiares, na convivência em comunidade, como também, no contexto escolar.

Por meio das brincadeiras, a criança se insere num mundo de descobertas e imaginação. Para Sommerhalder e Alves (2011, p. 13) “através da brincadeira a criança testa seus limites e seus medos, é assim que ela satisfaz seus desejos”. Ainda para as autoras, “é por meio da brincadeira que a criança aprende e constrói conhecimentos, explorando, experimentando, inventando, criando”.

Sem dúvidas, esses são momentos riquíssimos que possibilitam as crianças todos esses aspectos mencionados, contudo, não podemos também deixar de levar em consideração as relações interpessoais que são criadas e consolidadas durante as brincadeiras. A criança nem sempre brinca sozinha, ao brincar com outras crianças, ela cria vínculos de amizade, de cooperação, de respeito e de solidariedade. Sendo assim, não podemos ver a brincadeira apenas como um simples passatempo, mas, como momentos cruciais ao desenvolvimento da criança.

É evidente o papel importante que as diversas brincadeiras têm na formação da criança, no que se referem os aspectos sociais, afetivos e cognitivos. Leal e Silva (2011, p. 54) debatem sobre esse tema e completam “que tanto as brincadeiras livres ou espontâneas quanto aquelas apoiadas pelos adultos podem ter um efeito positivo no desenvolvimento infantil e devem estar presentes na educação de crianças pequenas”. Portanto, não podemos afastar ou tirar-lhes o direito do brincar, uma vez que está vinculado ao seu processo de desenvolvimento.

Dessa forma, percebemos o papel que as professoras têm diante da elaboração e desenvolvimento das brincadeiras nas salas de Educação Infantil. Cabe a estas como mediadoras desses momentos: propiciar espaço, tempo e materiais adequados para que as crianças realizem as brincadeiras; planeje brincadeiras de acordo com o perfil da sua turma; proponha regras que estimulem os valores morais e brincadeiras inclusivas que possibilitem a participação de todas as crianças, dentre outras posturas que devem ser assumidas pela professora.

É importante que a professora seja uma mediadora desses momentos lúdicos, não apenas no desenvolvimento, mas principalmente na seleção de brincadeiras que sejam potenciais para o desenvolvimento da criança, pois atualmente, com o advento da tecnologia, a forma como muitas crianças brincam vem sofrendo alterações. O correr, o

pular, o gritar, ou seja, a atividade da criança em seus momentos de divertimento está dando lugar a passividade que os recursos midiáticos e tecnológicos, os jogos eletrônicos especialmente, vídeos e no youtube e o famoso tiktok.

Segundo Rosa (2010, p. 66), “[...] o brincar é uma atividade a que o indivíduo se entrega, deixando-se levar pela própria incerteza da brincadeira, que se encontra entre a magia e a realidade”. Por meio do ato de brincar, a criança vivencia novas experiências e aprende a distinguir o real da fantasia. Isso ocorre, por exemplo, nas brincadeiras de faz de conta, em que as crianças conseguem separar a realidade da imaginação.

A experiência do brincar proporciona à criança um maior conhecimento de si mesma e facilita seu processo de socialização, pois envolve interações com outras crianças. Assim, o brincar se configura como uma atividade lúdica, prazerosa e espontânea, brincar para a infância é fruto de uma construção histórica. Ao brincar, a criança vivencia novas sensações e se insere no universo adulto, reproduzindo, de forma lúdica e livre, as ações dos adultos. Nesse processo, as crianças interpretam o mundo à sua maneira, sem se prender às exigências da realidade.

De acordo com Wajskop (2012), a brincadeira na infância é uma atividade que pode ser realizada tanto individualmente quanto em grupo, seguindo alguns critérios específicos:

- A criança pode assumir diferentes personalidades, representando papéis variados, como o de um adulto, um animal, um objeto ou outra criança;
- Objetos podem ganhar novos significados, diferentes daqueles que têm em seu uso cotidiano;
- A brincadeira sempre envolve uma situação imaginária;
- As regras que estruturam a brincadeira devem ser respeitadas;
- As ações realizadas pelas crianças refletem as interações, sentimentos e conhecimentos da sociedade em que vivem.

O brincar deve ser parte constante do cotidiano infantil, pois é a principal atividade dessa fase da vida. Os espaços destinados às crianças precisam atender às suas necessidades e respeitar as diferentes faixas etárias, seja em casa, na escola ou na brinquedoteca. O mais importante é que, ao brincar, a criança experimente liberdade, autonomia e confiança no ambiente em que está inserida.

Os jogos e brinquedos são essenciais para o desenvolvimento infantil, pois contribuem para o crescimento motor e cognitivo da criança.

Alguns autores fazem distinções entre jogos e brinquedos. Brougère (2010, p. 13) aponta algumas dessas diferenças: "O brinquedo é um objeto infantil, e falar sobre brinquedo para um adulto costuma ser motivo de zombaria, associando-o à infância. Já o jogo, por outro lado, pode ser destinado tanto a crianças quanto a adultos, sem restrição de faixa etária". Em outras palavras, o brinquedo é utilizado de maneira espontânea pela criança, sendo manuseado livremente e sem regras específicas. Já o jogo, por sua vez, segue regras claras e tem uma função determinada. Embora o jogo esteja relacionado ao brinquedo, é uma atividade mais estruturada guiada por um conjunto de normas explícitas. Exemplos de jogos incluem dominó, cartas, jogo da velha, e tabuleiro. Enquanto o jogo pode ser praticado tanto por crianças quanto por adultos, o brinquedo está mais fortemente associado ao universo infantil.

Como ressalta Kishimoto (2007, p. 18):

Diferindo do jogo, o brinquedo supõe uma relação com a criança e uma abertura, uma indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regras que organizam sua utilização. O brinquedo está em relação direta com uma imagem que se evoca de um aspecto da realidade e que o jogador pode manipular. Ao contrário, jogos, como xadrez, construção, implicam, de modo explícito ou implícito, o desempenho de certas habilidades definidas por uma estrutura preexistente no próprio objeto e suas regras.

Toda criança que brinca experimenta uma infância feliz e tem maiores chances de se tornar um adulto equilibrado, tanto física quanto emocionalmente, enfrentando os desafios do dia a dia com mais facilidade.

Brincar é fundamental para o desenvolvimento da criança e para sua interação com o mundo ao seu redor. Desde os primeiros meses de vida, somos estimulados a sorrir, falar, ouvir, gritar e imaginar coisas ou objetos ao nosso redor. Em outras palavras, aprendemos a interagir com as pessoas e o ambiente, explorando e descobrindo o mundo exterior.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/96), as políticas e discussões relacionadas à educação ganharam impulso, culminando nas propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Nesse contexto, os debates sobre os métodos pedagógicos anteriormente utilizados foram reavaliados, levando à conclusão de que a atividade lúdica é uma estratégia eficaz para a construção do conhecimento. No entanto, nem todos os educadores possuem as habilidades necessárias para trabalhar com abordagens lúdicas,

tornando essencial que cada profissional se reorganize e busque se qualificar para desenvolver atividades com seus alunos.

Como menciona Santos (1997, p. 11): “a formação lúdica possibilita ao educador conhecer-se como pessoa, entender suas possibilidades e limitações, e reconhecer a importância do jogo e do brinquedo na vida da criança”.

É fundamental que o lúdico seja encarado não apenas como um passatempo, mas como um recurso pedagógico eficaz quando utilizado de forma adequada. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), a ludicidade está intimamente relacionada ao educar, cuidar e brincar.

Nesse contexto, é essencial reconhecer a importância da atividade lúdica no processo de aprendizagem dos educandos. Um olhar atento ao mundo infantil permite compreender melhor o lúdico como uma ferramenta de aprendizagem e a ação de brincar da criança.

As atividades lúdicas devem estar alinhadas aos objetivos da formação integral do indivíduo, respeitando o estágio de desenvolvimento de cada criança. O lúdico é um recurso fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e moral da criança sendo, portanto, indispensável.

Dessa forma, jogos e brincadeiras contribuem para a construção do conhecimento, desenvolvendo diversas habilidades e atitudes no processo educacional infantil.

De acordo com Adriana Friedmann (1996), o jogo representa para a criança mais do que um mero ato de brincar. Através do jogo, ela se comunica com o mundo e expressa suas emoções e ideias.

Outro aspecto importante a ser considerado durante as brincadeiras é o desenvolvimento das diferentes formas de linguagem. É nesse momento que a criança pode expressar a aprendizagem que está acontecendo por meio da música, dança, entre outras atividades. Além disso, a brincadeira desempenha um papel crucial na redução da agressividade. Por meio das brincadeiras e dos brinquedos, a criança compreende as limitações do uso da força, aprende a se defender, convive em grupo e adquire segurança.

O papel do professor é proporcionar momentos de brincar, tanto gratuitos quanto direcionados, atendendo às necessidades de aprendizagem das crianças. Ele deve atuar como mediador e observador, diagnosticando o que a criança aprendeu e estimulando a continuidade desse aprendizado, que deve incluir aspectos intelectuais, emocionais, sociais, físicos, estéticos e morais.

As atividades devem ser organizadas com as mais interessantes para os alunos, e cabe ao educador criar condições desenvolvidas ao desenvolvimento do trabalho. O professor é responsável por planejar, avaliar e executar suas ações, respeitando o brincar infantil e inovando para evitar a repetitividade nas aulas. Para Santos (2016, p.08)

As crianças assumem diferentes papéis enquanto brincam e agem frente à realidade de maneira prazerosa e divertida. Ao brincar as crianças constroem conhecimentos, interagem, aprendem a conviver em grupo, escolhem os tipos de brincadeiras que gostam a alegria que demonstram quando estão brincando. Portanto, para brincar é preciso que as crianças tenham certa independência para escolher seus companheiros e os papéis que irão assumir no interior de um determinado tema e enredo, cujos desenvolvimentos dependem unicamente da vontade de quem brinca.

Quando a criança brinca e joga, ela transcende sua imaginação, cria fantasias e muitas vezes se inspira em um personagem ou desenho favorito, promovendo sua interação. No entanto, muitos professores não proporcionam essa oportunidade aos alunos, impondo o que devem brincar e jogar, sem permitir que escolham suas próprias atividades. Vivemos em um contexto de tradicionalismo, onde o professor determina o que é melhor para a criança, sem considerar suas necessidades imediatas, seu espaço, suas atitudes e sua liberdade. Isso é fundamental para que no futuro, ela se torne um adulto capaz de fazer escolhas, ter opiniões e ser crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o brincar é essencial para o desenvolvimento integral da criança, oferecendo oportunidades únicas para explorar, aprender, expressar e desenvolver habilidades fundamentais. Através das brincadeiras, as crianças não apenas absorvem e reproduzem elementos do mundo ao seu redor, mas também desenvolvem sua própria compreensão de conceitos como cooperação, empatia, respeito e autocontrole, imprescindíveis para o convívio social.

As brincadeiras representam uma prática que ultrapassa o simples entretenimento, servindo como uma ferramenta educacional poderosa que potencializa o desenvolvimento cognitivo, social, físico e emocional das crianças. Elas contribuem para a construção de habilidades psicomotoras, estimulam a criatividade, e promovem o fortalecimento dos laços afetivos. Além disso, ao brincar, as crianças se envolvem em

experiências de resolução de problemas, testando limites e aprendendo a lidar com frustrações e desafios.

Reconhecer o brincar como parte integral da educação infantil é um passo fundamental para que as instituições de ensino proporcionem ambientes ricos em estímulos, que promovam o crescimento saudável e integral das crianças. A ludicidade deve ser incorporada como prática pedagógica, auxiliando não apenas no desenvolvimento, mas também na aprendizagem e no prazer de estar em um espaço de construção do saber.

Por fim, este estudo reforça que o brincar é um direito da criança e deve ser garantido em todos os contextos de sua vida. É responsabilidade de educadores, familiares e da sociedade assegurar que essa prática não seja negligenciada, mas sim valorizada, reconhecida e estimulada, contribuindo para a formação de indivíduos mais criativos, colaborativos e emocionalmente saudáveis.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela. **Maria Montessori: uma mulher que ousou viver transgressões.** In: *Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro*/Júlia Oliveira-Formosinho, Tizuko Morchida Kishimoto, Mônica Appezzato Pinazza, organizadoras. – Porto Alegre: Artemed, 2007.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL.** Referencial curricular nacional para a educação infantil: formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, v.01 e 02.1998. 85p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** <Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L8069.htm>> Acesso em 26 set. 2024.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura.** 8.ed. São Paulo. Cortez, 2010.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional 9394/96.** Brasília: 1996.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil.** São Paulo: Moderna, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 10. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

LEAL, Telma Ferraz; SILVA, Alexsandro. Brincando, as crianças aprendem a falar e a pensar. In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa. **Ler e**

escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2011.

LEONTIEV, Aléxis N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKY, L. S; LURIA, A. R; LEONTIEV, Alekse i N. *et al.* **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone – EDUSP, 1998b.

ROSA, Sanny. **Brincar, conhecer, ensinar.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedoteca:** O lúdico em diferentes contextos.

Petrópolis: 1997.

SOMMERHALDER, Aline; ALVES, Fernando Donizete. **Jogo e a educação na infância:** muito prazer em aprender. 1.ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2011.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na educação infantil:** uma história que se repete. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, M.F.M. **Jogos e brincadeiras na educação infantil.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação, Rio Grande do Norte, Currais Novos - RN, p.6-20,2016

Capítulo 6
DILEMAS E DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM
MATEMÁTICA

Adriana da Mata Souza
Thiago dos Reis de Farias
Rejilza Celestino Lima
Sileide Mendes da Silva

DILEMAS E DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MATEMÁTICA

*Adriana da Mata Souza*¹⁶

*Thiago dos Reis de Farias*¹⁷

*Rejilza Celestino Lima*¹⁸

*Sileide Mendes da Silva*¹⁹

RESUMO

O presente artigo buscou investigar os desafios enfrentados pelos licenciandos do curso de matemática durante o período de estágio. A formação dos professores abrange várias discussões principalmente a respeito do estágio e como o mesmo impacta na vida profissional dos mesmos. Para tal pesquisa, foram analisados vários artigos de pesquisadores da área configurando uma pesquisa bibliográfica. O material apresenta discussões a respeito da relação entre a teoria e a prática durante o estágio e as experiências educacionais adquiridas pelos graduandos durante esse tempo. Conforme os achados, o estágio supervisionado tem uma grande relevância no processo de formação do futuro professor, pois dessa maneira, o estagiário experimenta os conhecimentos construídos no processo de sua formação e na prática, como demanda o ser professor. Diante disso, percebe-se que o cumprimento do estágio supervisionado é essencial para que licenciando possa vincular a teoria e a prática de forma que consiga ministrar aula encarando os desafios e didatizando os conteúdos de modo que os estudantes compreendam e possam aprender.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Matemática. Desafios.

¹⁶ Graduanda em Matemática pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail: adrianasouza0979@gmail.com

¹⁷ Graduando em Matemática pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail: thiagoreisrso@gmail.com

¹⁸ Graduanda em Matemática pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. E-mail: celestinorejilza@gmail.com

¹⁹ Professora mestre da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido durante o período de estágio supervisionado. A escolha desse tema justifica-se pelo relato do grande número de graduandos enfrentando os mesmos dilemas, como por exemplo, falta de tempo, pois muitos precisam conciliar trabalho e estágio, a falta de experiência com a sala de aula, entre outros. Dessa maneira, registrar e relatar a experiência em início a sala de aula é primordial nesse seguimento, uma vez que esse período é marcado por novos desafios que estão presentes na prática do licenciando.

O estágio deve ser compreendido como algo fundamental dentro do curso de licenciatura, pois essa atividade faz com que o indivíduo associe diretamente a teoria juntamente com a prática. Desse modo, o estágio tem como finalidade propor aos futuros professores um olhar mais crítico dentro da realidade da sala de aula.

A finalidade desse trabalho foi refletir sobre alguns problemas que geralmente são citados pelos estagiários durante seus períodos de regência, assim com as dificuldades encontradas como o excesso de aulas, conciliação de trabalho, aula na faculdade e estágio, elaboração de aulas, de atividades e relação com o professor regente.

Como objetivo o trabalho problematiza os dilemas e desafios enfrentados pelos graduandos de licenciatura em Matemática durante o período de estágio.

A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico, que permitiu entendermos a visão de outros autores no que se refere ao estágio supervisionado. Segundo Almeida (2011) a pesquisa bibliográfica procura ligações entre conceitos, personalidades e ideias. De acordo com Severino (2007), esse tipo de pesquisa aproveita do registro disponível, se desenrolando a partir de pesquisas já realizadas em artigos, livros e outros.

Alves (2007, p. 55) diz que:

Pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida exclusivamente a partir de fontes já elaboradas – livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas fontes de “papel”. Tem como vantagem cobrir uma ampla gama de fenômeno que o pesquisador não poderia contemplar diretamente.

Para a pesquisa foram utilizados os descritores Estágio supervisionado, dilemas e desafios no estágio em licenciaturas e estágio supervisionado em matemática. Com isso, após o estudo de muitos artigos científicos, foram eleitos alguns desses que destacaram a

importância do estágio supervisionado e os desafios enfrentados pelos discentes nesse período.

DILEMAS E DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MATEMÁTICA

Durante o estágio, os graduandos associam o mesmo como uma ocasião de grande importância para despertar um olhar mais apurado e reflexivo sobre o ambiente onde futuramente será seu local de trabalho.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2015), o estágio curricular supervisionado é uma atividade específica intimamente vinculada com a prática e com os demais afazeres de trabalho acadêmico. Dessa forma, é um momento que o estagiário vai além de colocar em prática os conhecimentos adquiridos no decorrer da licenciatura, é um momento de ampliar os conhecimentos, ressignificar, debater, experimentar, aprender (Felcher; Ferreira, 2021). Pimenta (2009) ressalta sobre a importância do estágio para graduandos:

O estágio supervisionado para os alunos que ainda não exercem o magistério pode ser um espaço de convergência das experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer do curso e, principalmente, ser uma contingência de aprendizagem da profissão docente, mediada pelas relações historicamente situadas. [...] O profissional do magistério que se vê diante do estágio supervisionado em um curso de formação docente precisa, em primeiro lugar, compreender o sentido e os princípios dessa disciplina, que, nesse caso, assume o caráter de formação contínua, tendo como base a ideias de emancipação humana (Pimenta, 2004, p. 102- 126).

Desse modo, a autora enaltece a grande relevância do estágio supervisionado na formação do docente, e o leva a formação não somente no sentido profissional, mas também que o homem é um eterno aprendiz.

No decorrer do processo de estágio, desafios são encontrados do início ao fim, um dos primeiros a serem vistos pelo estagiário é conquistar a confiança do professor regente da sala e mostrar-se ser competente para assumir a sala de aula e suas divergências (Brasil, 2015).

As limitações e as barreiras enfrentadas pelos estágios são diversas, uma das comuns encarados por esse público é conciliar trabalho com o momento da prática do estágio, pois se preparar para esse momento exige do estagiário uma dedicação maior, e isso é complicado, pois muitas pessoas que trabalham o dia todo que tem a ir a faculdade

à noite, isso torna a vida do acadêmico um tanto complicada. Quando realmente é chegada a hora de ir para sala de aula como docente, é o momento mais pesado e complicado, pois arranjar um horário no qual possa conciliar trabalho e estágio é quase impossível (Barreto; Oliveira; Araújo, 2013).

Inforsato (1995), detalha duas dimensões que leva o acadêmico/estagiário a sentir um certo desconforto na inserção de sala de aula, no contexto escolar: o 1º refere-se ao espaço da sala de aula e organização escolar. O estagiário geralmente vem de um ambiente onde é tudo mais individualizado, heterogêneo, e sala de aula é um local onde praticamente todos são amigos, as atividades geralmente são realizadas em grupos, ou seja, algo oposto ao que acontece na faculdade. Outro ponto é a adoção de regras, o ponto de vista do autor é bem formidável é rever exatamente o que estagiário pensa durante esse período, adotar regras e estabelecê-las é complicado.

Na 2ª dimensão Inforsato (1995) fala sobre a organização escolar. O mesmo entende que há uma certa burocracia por parte da escola para acolhida desses profissionais em formação como: ausência de comandos, falta de instrução do professor regente, e muita das vezes o excesso de aulas para o estagiário.

A Lei nº. 11.788/2008 estabelece a todos os órgãos de trabalho que estabeleça a compreensão e a liberação do seu colaborador para realização de estágios referente a sua área de curso, isso sem interferência em seu salário, ou a algo que leve ao desligamento da empresa.

Ao ver a lei sendo específica e clara, parece ser algo simples e bem regulamentado, mas a realidade é bem diferente, em primeiro caso a grande maioria das empresas não aceita o seu colaborador sair em horário de expediente para realizar o estágio obrigatório, o que acontece é o colaborador da empresa para não correr o risco de ser desligado tem de se desdobrar de maneiras quase impossíveis, como muitas das vezes utilizar o pouco tempo do horário de almoço para aos poucos cumprir as extensas horas de estágio, isso é extremamente difícil, e caso o patrão aceite os termos de sair em horário de expediente para o cumprimento dessa carga é bem provável que um valor será descontado do seu salário. Mesmo com a lei sendo clara e objetiva, o descumprimento da mesma acontece a todo instante, se o indivíduo for questionar e levar adiante sobre seu direito, há uma grande chance de seus questionamentos serem praticamente nulos.

Desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino

regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008).

De acordo com Araújo e Souza (2009), é bem comum os acadêmicos de licenciatura enfrentarem dificuldades presentes nas realidades das escolas, como exemplo, superlotação das salas de aula, a falta de experiência na área, a grande falta de interesse dos alunos, também não ter autônima de lidar com certas situações por medo de gerar desavenças durante esse período entre outros. Sobre isso, Giovanni (2000, p.48).

Ser professor, assim como ser aluno, implica uma relação de cumplicidade no que se refere ao compromisso com o ato de buscar conhecimentos a respeito do conteúdo a ser ensinado, a respeito dos seres humanos envolvidos nessa relação, seu espaço e momento histórico e a respeito de como realizar e aperfeiçoar, teórica e tecnicamente, tanto o trabalho de ensinar, quanto o trabalho de aprender.

Ser professor é antes de tudo uma pessoa que sabe alguma coisa e cuja função compreende em transmitir esse saber para outras pessoas, o que parece ser frequente, mas não é, pois entre o saber e o ensinar diversas interrogações, debates e reflexões necessitam ser tramadas.

Assim, é importante realçar que diante dos desafios aqui analisados, visto que é necessário um maior acompanhamento de ambas as instituições de ensino, no decorrer desse processo de Estágio Supervisionado, ao tempo de auxílio relativo à formação do futuro docente.

O estágio supervisionado é de grande importância durante o processo de formação do professor, pois é através dele que os graduandos podem vivenciar aquilo que foi aprendido teoricamente. Nesse contexto, Pimenta (2006) destaca a importância desse processo na vida do acadêmico:

[...] A profissão de professor é também prática. E se o curso tem por função preparar o futuro profissional para praticar, é adequado que tenha a preocupação com prática. Como não é possível que o curso assume o lugar da prática profissional (que o aluno exercera quando for profissional), o seu alcance será tão somente possibilitar uma noção prática, tomando a como preocupação sistemática no currículo do curso (Pimenta, 2006, p.28)

Diante desse cenário, a autora frisa que o estágio prepara o futuro profissional para encarar os desafios que surgem no cotidiano.

De acordo com Lima, Kegler e Broch (2019) é durante o estágio supervisionado que se é notado o perfil do professor/graduando em sala de aula, ou seja, é nesse período que o graduando tem contato direto com seu ambiente de trabalho e pode presenciar situações as quais o mesmo vai estar exposto futuramente e partindo daí aprendendo a lidar com as mesmas. Também é nesse período o qual os mesmos adquirem experiências para lidar com seus alunos, aprendendo o perfil de cada um e quais metodologias pretende usar, quais os desafios enfrentados em determinada turma ou em determinados conteúdos. É nesse momento também que o licenciando pode trocar ideias com os demais professores, permitindo-os adquirir mais conhecimentos sobre sua futura profissão.

O estágio supervisionado tem como foco uma ação continuada de formação profissional, que fornece ao discente uma chance de aprimorar suas habilidades e atributos que são construídos ao longo do curso.

De acordo com Bianchi (2005), o estágio supervisionado é uma oportunidade para que o graduando mostre sua forma de trabalho, sua capacidade criativa e sua autonomia, dando-o a oportunidade de perceber se sua escolha profissional está satisfazendo as suas expectativas.

O estágio se estabelece como campo do conhecimento e designa conceder uma teoria do conhecimento (Pimenta; Lima, 2005). Conforme os autores, a prática pode se constituir em atividades de pesquisa na qual se desenvolvem as práticas educacionais.

Segundo Lima (2009), a sociedade tem exigido com o passar dos anos, que os professores tenham um bom desempenho para conviver com as discrepâncias e os problemas sociais.

Com isso, o propósito do estágio é conduzir o discente a uma análise da realidade na qual serão inseridos e ser uma experiência concreta para a aprendizagem desse aluno.

O período do estágio nos traz muitas surpresas, alguns desafios e dificuldades. Nessa circunstância, os discentes enfrentam alguns impasses, como a falta de vínculo que existe entre a teoria e a prática.

Nesse período, vemos a necessidade de equilibrar teoria e prática e notamos a importância de que as duas andem juntas, colocando em prática o que vimos na academia e nos surpreendendo com o que de fato acontece em sala de aula.

As resoluções da CNE/CP nº 1 e 2/2002, determinam que a prática não deve estar presente somente durante o período do estágio, mas durante toda a graduação e deve ser vivenciada em todas as disciplinas do curso, estando presente do início ao fim do mesmo.

Essas normas nos mostraram um novo entendimento para o estágio. Ele não pode e não deve ser vivenciado apenas no último semestre do curso, e sim, no início da segunda metade, totalizando assim 400 horas de prática.

Durante algum tempo, acreditou-se que somente a teoria era suficiente para formar um bom professor. Segundo Feldkercher (2010), não se cria um bom profissional apenas estudando teorias ou executando algumas atividades. É essencial que teoria e prática andem de mãos dadas.

[...] A parceria teoria/prática é capaz de formar cidadãos e profissionais competentes, aptos para um trabalho digno do papel que desempenharão na sociedade (Bianchi, Alvarenga; Bianchi, 2009, p. 10).

Pimenta (2006), cita o estágio supervisionado como a realização contínua para a percepção da realidade, ou ainda como uma proximidade a profissão e aos já formados professores, no que futuramente será o seu local de trabalho.

No estágio, é viável que o acadêmico reveja toda a sua graduação e observe em qual sentido necessita aprimorar os seus saberes e assim melhorar a sua atuação como professor. Feldkercher (2010) diz que o estágio não deve ser algo rápido, não deve se configurar apenas pela observação ou prática, mas de forma que o estagiário tenha uma visão crítica sobre suas ações e das dimensões do ambiente escolar.

[...] desenvolver a docência, preparando-se para efetivar as práticas de ser/estar professor, na dinâmica complexa da realidade de sala de aula. O estágio deve oferecer ao aluno de licenciatura condições para que perceba que o professor é um profissional, inserido em determinado espaço e tempo históricos, capaz de questionar e refletir sobre a sua prática, assim como sobre o contexto político e social no qual está se desenvolve. (Leite; Ghedin; Almeida 2008, p. 35-36)

Ou seja, estagiar é se colocar no ambiente escolar e conhecer o espaço em que está inserido, conhecer os dilemas e problemáticas, ajudar nas decisões democráticas e além de ensinar, estimular a aprendizagem de todos os alunos por meio de metodologias de ensino.

Contudo, o professor orientador de estágio também tem suma importância nesse período. Ser orientador exige muito desses professores. É um trabalho vasto, exige empenho e horas de dedicação. O papel do professor orientador, é saber conduzir, analisar (se possível, pessoalmente) e se preciso, corrigir o orientando.

Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2009, p. 08) dizem que inspecionar o estagiário é encargo da instituição de ensino, representada pelo professor orientador. Mas, é obrigação do aluno está “ligado”, mostrando o seu discernimento em relação a teoria, realizando o seu trabalho com honra, competência e compromisso e estando sempre atento ao que acontece ao seu redor.

Para além disso, os estagiários também podem contar com o auxílio e a orientação dos professores, do diretor e coordenador na escola que escolheu para ser o seu local de estágio (Bianchi; Alvarenga; Bianchi, 2005).

De acordo com Pimenta (2004), o estágio é o momento para sermos autênticos e espontâneos, e não para “imitar modelos”. É um momento de buscas, ponderações sobre o ambiente escolar, é o ensejo para a pesquisa. E nesse sentido, a pesquisa é um elemento impulsor para o docente, pois será o diferencial a mais desse educador. A experiência com os alunos, as adversidades enfrentadas na escola e os impasses vividos por esses estudantes, todo esse experimento pode ser objeto de pesquisa.

Diante disso, a autora Selma Pimenta (2004) diz que:

Nessa perspectiva, a pesquisa é componente essencial das práticas de estágio, apontando novas possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente, inclusive para os professores formadores, que são convocados a rever suas certezas, suas concepções do ensinar e do aprender e seus modos de compreender, de analisar, de interpretar os fenômenos percebidos nas atividades de estágio. Assim o estágio torna-se possibilidade de formação contínua para os professores formadores (Pimenta, 2004, p. 114).

Em síntese, um professor pesquisador é de grande valia para que possa desenvolver com eminência o seu trabalho, sendo primordial para o engrandecimento da prática.

Diante do que foi citado anteriormente, podemos perceber que a identidade profissional de um educador não é formada repentinamente e sim durante o desempenho do seu ofício. Ainda em relação a colaboração do estágio supervisionado para a formação da identidade profissional do educador. Selma Pimenta (2004) diz que através do exercício e da observação o estudante terá a oportunidade de colocar em prática os conteúdos e as atividades da sua área de atuação.

Perante o exposto, podemos concluir que o estágio supervisionado desempenha um papel de suma importância nos cursos de licenciatura, pois proporciona aos

estudantes a oportunidade de integrar teoria e prática, desenvolvendo habilidades pedagógicas, didáticas e de gestão de sala de aula.

Além disso, possibilita uma imersão no ambiente educacional real, onde os futuros professores podem aplicar seus conhecimentos em contextos diversos, enfrentando desafios e aprendendo a lidar com a diversidade e as demandas do ensino. Por meio do estágio supervisionado, os licenciando têm a chance de experimentar diferentes abordagens metodológicas, refletir sobre sua prática e aprimorar suas habilidades profissionais, preparando-se de forma mais eficaz para atuar como educadores comprometidos e capacitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, o presente artigo analisou os dilemas os principais dilemas enfrentados pelos graduandos, principalmente na área de matemática, o que torna a experiência de estágio complicada e em muitos casos acaba desmotivando o professor/estagiário.

No entanto, o momento do estágio, por mais que sejam encontrados desafios diariamente é nele que o graduando pode mergulhar no ambiente educacional e adquirir conhecimentos para aplicar futuramente, além de moldar o perfil educacional de cada um.

A aprendizagem oportunizada para o estagiário por meio do Estágio Supervisionado no que se concerne a prática de sala de aula, potencializa a sua futura prática pedagógica, assim como a convivência com alguns desafios que abarcam o cotidiano escolar, pois existem situações que só podem ser apreendidas quando se está inserido na sala de aula.

Assim, proporcionar no decorrer da formação inicial a inserção do licenciando no contexto escolar pode aperfeiçoar o processo de construção da identidade docente, além de possibilitar a construção de mecanismos e o acolhimento de atitudes dirigidas ao enfrentamento dos desafios presentes no dia a dia da sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. **Como escrever teses e monografia**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARAÚJO, M. I. O.; SOUZA, J. F. A prática de ensino no processo de formação profissional do professor. In: **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis, 2009. Anais do VII ENPEC, Belo Horizonte: ABRAPEC, 2009.

BARRETO, Edna Silva; OLIVEIRA, Maria Marly de; ARAÚJO, Mônica Lopes Folena de. O Estágio Supervisionado e os Licenciandos em Ciências Biológicas da UFRPE: Sugestões e Contribuições. In: **Congresso internacional sobre investigação de didática das Ciências**, 9, Girona – Espanha. Anais... Girona, 2013, p. 302-307.

BIANCHI, A. C. M., *et al.* **Orientações para o Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BIANCHI, A. C. M., ALVARENGA, M., BIANCHI, R. **Manual de orientação: Estágio supervisionado**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. In: **Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho pleno**. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 31, 09 abr. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**: Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

CELESTINO, Rejilza; ALMEIDA, M. de S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2011.

CELESTINO, Rejilza; SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

INFORSATO, Edson do Carmo. **Dificuldades de professores iniciantes, elementos para um curso de didática**. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FELCHER, C.D. O.; FERREIRA, A. L. A. O Estágio Curricular Supervisionado na compreensão de licenciandos: perspectivas, desafios e aprendizagens. In: **Revista Baiana de Educação Matemática**. v.2 n.01. 2021.

GIOVANNI, L. M. Indagação e reflexão como marcas da profissão docente. In: GUARNIERI, M. R. (Org.). **Aprendendo a ensinar**: o caminho nada suave da docência. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 45-59.

LEITE, Y. U. F.; GHEDIN, E.; ALMEIDA, M. I. **Formação de professores**: caminhos e descaminhos da prática. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores. Ver. **Diálogo Educ.** Curitiba, v. 8, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008.

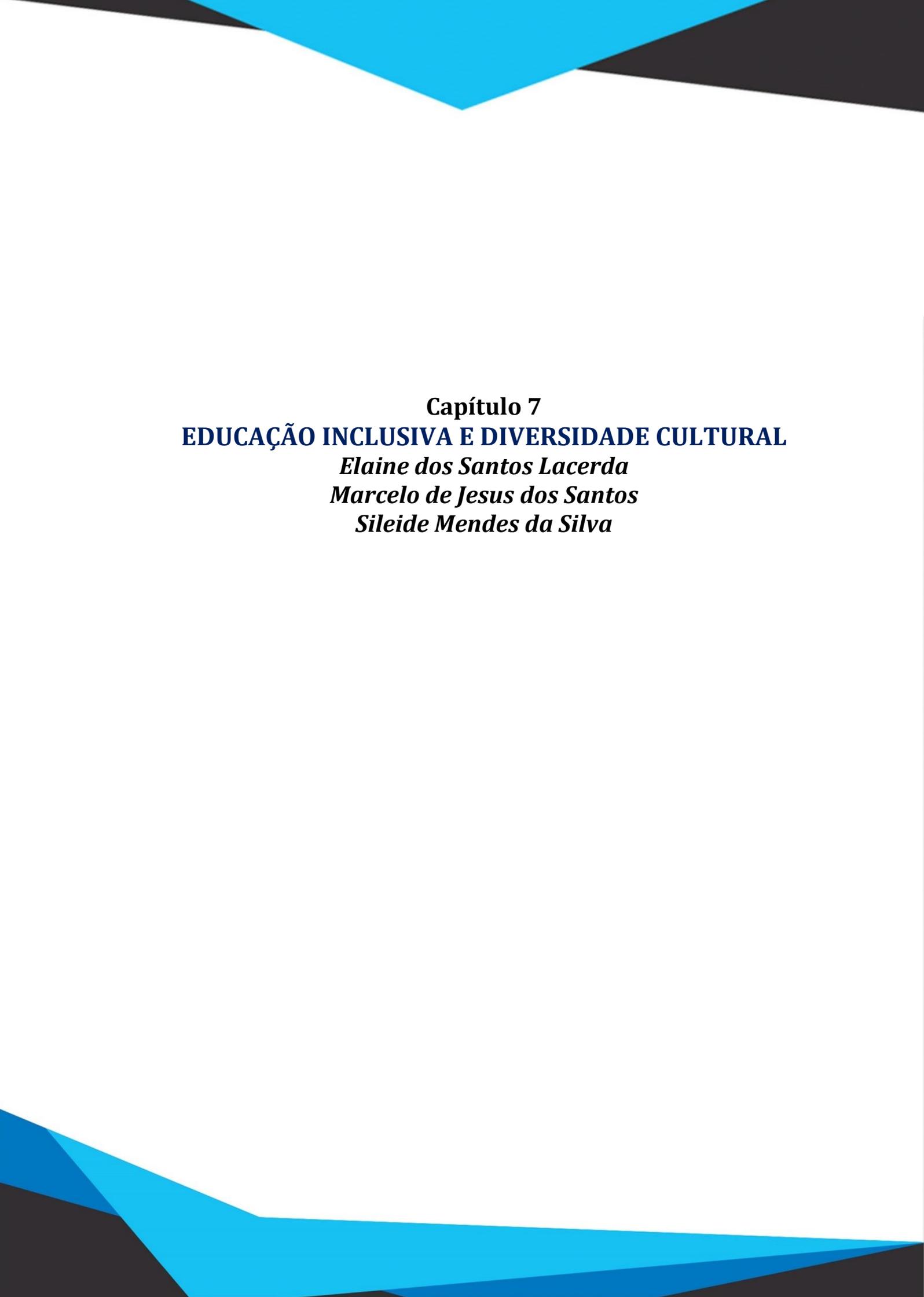
LIMA, Kadja. Silveira; KEGLER, Natália. Alessandra.; BROCH, Siomara. Cristina. Vivências de Estágio de Observação no Ensino Fundamental. **Educação Matemática em Revista**, Brasília, v. 24, n. 62, p. 166-177, abr./jun. 2019.

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de professores**: Unidade Teoria e prática? 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, S. G. e LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA. S. G.; LIMA. M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2010. 5^o ed. (Coleção Docência em formação. Série: saberes pedagógicos).



Capítulo 7
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE CULTURAL
Elaine dos Santos Lacerda
Marcelo de Jesus dos Santos
Sileide Mendes da Silva

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE CULTURAL

*Elaine dos Santos Lacerda*²⁰

*Marcelo de Jesus dos Santos*²¹

*Sileide Mendes da Silva*²²

RESUMO

O presente artigo apresenta discussões por meio bibliográfico da pesquisa educação inclusiva e diversidade cultural, que tem como objetivo descrever a educação inclusiva nos dias atuais, e como foi o seu caminho para chegar até aqui. Esse tema é muito importante nos dias atuais e já existem leis que garantem o acesso ao ensino, ao trabalho, a sociedade de forma igualitária. Sabemos que foi a partir do século XX que houve uma intensificação de lutas contra a discriminação, pois neste mesmo século as pessoas com necessidades especiais viviam uma triste realidade que as impedia de exercer seus direitos com cidadania, e este período foi marcado pela forte mobilização de movimentos sociais, outro ponto discutido foram os modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem que tornavam as escolas locais de exclusão. Ainda neste estudo vimos que a escola tem o papel fundamental na inclusão, pois de fato é na escola que se constrói pessoas inclusivas que respeitam as diferenças.

Palavras-chave: Inclusão. Escola. Igualdade. Educação.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva e a diversidade cultural, são assuntos que estão cada vez mais inseridos na contemporaneidade, gerando diversos debates entre o poder público, e no âmbito educacional. Na legislação do Brasil é garantido o processo de inclusão de pessoas

²⁰ Graduanda do curso de pedagogia pela faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN (Remanso Bahia). E-mail: lacerdaelaine09@gmail.com

²¹ Professor nos anos finais na Escola Municipal Alfredo Nunes. Graduando do curso de Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN (Remanso Bahia). E-mail: celinferreira1001@gmail.com

²² Mestre em educação pela UPE (Petrobrina). Professora da faculdade Alfredo Nasser - Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

com necessidades especiais de forma igualitária em todo o meio social, ou seja, nas escolas, nas universidades e inclusive no mercado de trabalho.

A escola deve ser um local acolhedor e de reciprocidade para essas pessoas, um lugar de troca de conhecimento, e de convívio mútuo. A pessoa com necessidades especiais na educação deve ter o seu projeto de vida realizado, quando este ocorre em convívio, em troca de conhecimentos.

A escola precisa ser um lugar de crescimento mútuo entre alunos e professores no processo de aprendizagem e conscientização, é na escola que a educação inclusiva defende uma consciência crítica e libertadora, como meio de superar as contradições e as necessidades que são acometidas durante todo o processo de inclusão. Construir uma cultura de inclusão e diversidade na escola significa estimular lá de forma propositiva nas salas de aula, nos espaços de convivência e nas ações pedagógicas mais amplas.

É importante que a diversidade e a inclusão caminhem lado a lado na sociedade, nas escolas principalmente, nos locais de trabalho e na interação com as pessoas no dia a dia, pois é ela que abre espaço para novas ideias, novas percepções de mundo, gerando soluções criativas e inovadoras. Para isso é necessário que nas escolas haja o apoio de políticas públicas, uma boa gestão escolar, estratégias pedagógicas, a inclusão da família também é muito importante.

A Educação Inclusiva gera efeitos benéficos não só para os alunos com necessidades especiais, mas para todos os estudantes, além de promover ganhos na socialização e no desenvolvimento emocional de todos.

Falar de inclusão nos remete a discussões sobre o direito a igualdade e o direito a diferença. É preciso incluir a sociedade de forma completa nesse processo de inclusão, entretanto incluir não significa padronizar toda uma sociedade, mas dar espaço para as diferenças. Uma diferença que não se mostra com desigualdade, mas sim com a afirmação de que todos somos iguais perante o universo dos direitos humanos, da liberdade de expressão, da sobrevivência com dignidade e com muitas oportunidades.

Este é o princípio pela qual a escola deve se guiar. Esta é a direção que deve ser pontuada, buscada e desejada pela escola, porém o grande desafio está em como implementar esse princípio, pois o desejo de mudança é notável, mas há algumas divergências, como a resistência a mudança de alguns profissionais, a falta de treinamento para professores, pois eles podem precisar de treinamento extra para lidar com alunos

que tem necessidades especiais, recursos limitados, infelizmente as escolas podem vir a não ter os recursos suficientes para atender a necessidade de todos os alunos.

Para superar essas divergências é fundamental ter um diálogo aberto e respeitoso, ter treinamento e capacitações, planejamento colaborativo, flexibilidade e adaptação e muito importante ter compromisso com a inclusão. Mas como promover uma educação inclusiva que respeite e valorize a diversidade cultural nos ambientes escolares.

O trabalho apresenta como objetivo geral analisar a importância da educação inclusiva na promoção da diversidade cultural em ambientes escolares. Especificamente, analisar a relação entre educação inclusiva e desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais e discutir como a educação inclusiva pode promover a cidadania ativa e participação social.

Para a realização do trabalho utilizou-se como processo metodológico a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, buscou-se respostas para as indagações propostas, verificando de maneira sucinta os posicionamentos de autores que abordam a temática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é a Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. O objetivo da LBI é garantir e promover a inclusão social e cidadania de pessoas com deficiência, assegurando o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais em condições de igualdade ((Cunha, 2016).

A LBI estabelece que os serviços de saúde devem ser acessíveis às pessoas com deficiência, incluindo: Disponibilidade de equipamentos e materiais adequados, Profissionais capacitados e treinados, Instalações físicas acessíveis, Tratamento adequado e prevenção de doenças, Atendimento prioritário. A LBI tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda constitucional (Cunha, 2016).

A Educação Inclusiva é um assunto bem atual e é sem dúvida um tema que provoca debates e discussões no âmbito educacional, pois o Brasil, assim como muitos outros países possui legislação que garante o processo de inclusão de pessoas com necessidades

especiais na sociedade de forma igualitária, ou seja, são leis que visam permitir o acesso dessas pessoas na sociedade, nas escolas, universidades e inclusive mercado de trabalho (Cunha, 2016).

O tema é muito importante e atual e já existem leis, que garantem o acesso ao ensino, ao trabalho, a sociedade de forma igualitária e foi a partir do século XX que houve uma intensificação da luta contra a discriminação. Se nos aprofundarmos ao longo da história das pessoas com necessidades especiais nos encontrar uma com uma triste realidade.

No século XX conforme Cavalcante (2011) houve uma maior intensificação contra a discriminação que impedia que pessoas com necessidades especiais exercessem sua cidadania e este período foi marcado pela forte mobilização de movimentos sociais, eles lutavam por uma sociedade inclusiva, outro ponto discutido foram os modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, que tornavam os espaços escolares locais de exclusão.

A partir do século XX, gradativamente, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente e merge a nível mundial através de movimentos sociais de luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse período histórico corroboram as críticas sobre as práticas de ensino da época, conduzindo também a questionamentos dos modelos análogos do ensino e aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional (Souto, 2014, p. 16).

O século XX foi marcado por muitas transformações que contribuíram de forma positiva na vida das pessoas com necessidades especiais, um desses avanços foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024 de 1961, que determinou que o atendimento das pessoas com necessidades especiais, apontando o direito dos “excepcionais” à educação, de preferência dentro do sistema geral de ensino. De acordo com Souto (2014), em 1971 a LDBEN de 1961 foi alterada pela Lei ° 5.692, que definiu tratamento especial para alunos com necessidades físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

A LDB de nº 9.394/96 de acordo com Magro e Rodrigues (2007) foi responsável por iniciar o processo de inclusão escolar no Brasil, foi a partir desta lei que ficou determinado que os alunos com necessidades especiais passassem a ser atendidos em classes regulares, independente da instituição de ensino ser pública ou privada, tendo ainda estes que ser assistidos por professores com especialização adequada para este

atendimento. No entanto, os autores ressaltam que esta inclusão encontra muitas barreiras o que impossibilita que está de fato seja uma realidade.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (Brasil, 1996, p.19).

Conforme Brasil (2008), em 1999 foi apresentado o Decreto de nº 3.298, que regulamentou a Lei nº 7.853 de 1989, que tratava da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, dando ênfase a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Motivada por esse processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, pela Resolução CNE/CEB nº 2/2001, determina em seu artigo 2º que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, sendo de responsabilidade das escolas organizam-se para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, tendo estas que assegurar as condições necessárias para que seja ofertada uma educação de qualidade a todos.

A escola tem um papel fundamental na inclusão escolar, que é garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas características. Para isso, a escola deve: Aceitar alunos com deficiência A escola deve garantir o direito à educação de todos os alunos, incluindo os com deficiência.

A escola deve adaptar o currículo e o ambiente escolar para atender às necessidades de cada aluno. Capacitar os professores: A escola deve oferecer formação inicial e continuada aos professores para que eles possam lidar com a diversidade em sala de aula. Deve também ajudar os alunos a socializar com pessoas de diferentes etnias, classes sociais e idades. Pode-se citar que a escola deve educar para o convívio harmonioso e respeitoso com as diferenças. Trabalhar em conjunto com a família: A escola deve estabelecer uma relação de colaboração e confiança com a família para garantir o direito à educação dos estudantes. A educação inclusiva é um passo

importante para a construção de uma sociedade mais igualitária e tolerante (Perrenoud, 2000).

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica. Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive (Perrenoud, 2000).

Sabemos que as escolas públicas geralmente fazem parte de uma rede, o que, historicamente, as manteve em situação de dependência administrativa, funcional e mesmo pedagógica, limitadas na autonomia e controladas sob mandatos. No que se refere ao professor, sua liberdade de ação se restringiu, durante muito tempo, às ações internas das salas de aula. Tal situação, na realidade, limitou e até mesmo impediu o desenvolvimento de ações coletivas compromissadas com o cuidado individualizado que a educação de cada aluno requer. A construção da escola inclusiva exige mudanças nessa cultura e nas suas consequentes práticas.

Perrenoud (2000) aponta alguns fatores que dificultam a construção de um coletivo, no contexto educacional: a limitação histórica da autonomia político-administrativa do profissional da Educação e o individualismo dela consequente, a falta do exercício das competências de comunicação, de negociação, de cooperação, de resolução de conflitos, de planejamento flexível e de integração simbólica, a diversidade das personalidades que constituem o grupo de educadores, e até mesmo a presença frequente da prática autoritária da direção, ou coordenação de ensino.

Na diversidade humana, a deficiência intelectual é uma faceta importante, porém frequentemente mal compreendida. Um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 17,3 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência no Brasil e que quase metade dessa parcela (49,4%) é de idosos. A quantidade de pessoas com deficiência intelectual chega a 1.2%, o que representa 2,5 milhões de brasileiros (Garafalo, 2018).

A deficiência intelectual não define uma pessoa, assim como a cor da pele ou a orientação sexual não o fazem. Ela é caracterizada por limitações nas habilidades cognitivas e adaptativas, impactando áreas como comunicação, aprendizado e independência. É crucial compreender que a deficiência intelectual é uma parte da identidade, mas não a totalidade dela. Cada indivíduo possui suas próprias paixões, personalidade e potencial único (Garafalo, 2018).

Devemos acreditar firmemente na inclusão como um meio de promover a igualdade de oportunidades. Pessoas com deficiência intelectual podem aprender, crescer e contribuir para a sociedade quando fornecidas as ferramentas e o ambiente certos. Instituições inclusivas não apenas beneficiam os alunos com deficiência intelectual, mas também enriquecem a experiência de todos, fomentando a empatia, a aceitação e a valorização das diferenças.

É necessário flexibilizar o currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante. Sabemos que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial na construção de aprendizagem destes alunos. Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos estudantes, incentivando uma pedagogia humanizadora que desenvolve capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para contemplar a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça propostas e que atenda as reais necessidades de cada um, criando espaços de convivência. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos professores são fundamentais a este processo (Garafalo, 2018, p. 3).

A jornada de uma pessoa com deficiência intelectual é cheia de desafios, mas pequenas conquistas podem representar grandes vitórias. Aprender uma nova habilidade, conquistar autonomia ou formar relacionamentos significativos são exemplos de progressos individuais celebrados, tanto pelas famílias quanto pela escola, que trabalha incansavelmente para ajudar e inspirar outros a fazerem o mesmo.

A inclusão não deve se limitar a alguns ambientes. As organizações também têm a responsabilidade de criar espaços de trabalho acessíveis e acolhedores para pessoas com deficiência intelectual. Ao valorizar a diversidade de habilidades e perspectivas, as empresas não apenas enriquecem suas equipes, mas também contribuem para uma sociedade mais justa e equitativa. Pessoas com deficiência intelectual precisam ter direitos e oportunidades com qualquer um. Construir relacionamentos, casar-se

legalmente, trabalhar, votar e ter direito a benefícios sociais podem e devem ser realidade (Mendes, 2012).

A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas é o primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado sempre que necessário. Todavia são atendidas pessoas com universos e características diferentes sendo alunos com deficiência física, sensorial, mental, múltipla, dificuldade de aprendizagem, superdotados e os ditos “normais”, onde cada um possui suas particularidades, o docente deverá estimular a dignidade, promover o respeito e a ética, oportunizar espaço, oferecer criatividade e liberdade de expressão, para que possa haver um desenvolvimento, uma educação correspondente ao esperado, na perspectiva do direito de toda a educação, ou seja, inclusão social (Mendes, 2012).

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não, Esconder. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos (Mendes, 2012, p.15).

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário, com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as pessoas, indiferente da faixa etária, sem distensão. A noção de desenvolvimento está atrelada a um contínuo de evolução, ao longo de todo o ciclo vital. Essa evolução se dá em diversos campos da existência, tais como afetivo, cognitivo, social e motor (Stainback; Stainback, 1999).

A Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educacionais especiais alerta que “uma alta percentagem de deficiência constitui resultado direto da falta de informação, pobreza e baixos padrões de saúde. (Brasil, 1994).

E os meios de comunicação altamente oligopolizados e ideologizados, cuja propriedade pertence à classe social que se beneficia deste sistema, tratam de evitar

qualquer discussão que denuncie este estado de coisas. O próprio sistema escolar é claramente apartado e desigual. De um lado, escolas privadas de altíssima qualidade acessíveis apenas para a elite, formam esta mesma elite para continuar reproduzindo a desigualdade. De outro, escolas públicas com nível muito inferior, precarizadas, com professores mal remunerados e que tratam muito mais para formar mão-de-obra para o mercado de trabalho do que cidadãos críticos e conscientes (Brasil, 1994, p. 46).

Acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas. Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos de avantajados ou marginalizados (Brasil, 1994, p.6).

Importante destacar que a educação inclusiva embora trate prioritariamente de crianças, não se refere somente a elas, mas a todos, jovens e adultos. Pela histórica prática de exclusão, em nosso país temos um grande contingente de jovens e adultos analfabetos ou analfabetos funcionais que demandam oportunidade de reinserção na escola. E este segmento também exige uma atenção especial, dadas as suas características específicas, principalmente por já se encontrarem, em sua maioria, inseridos no mercado de trabalho e a muito ausentes do sistema escolar ou mesmo, sem nunca a ter frequentado. (Brasil, 2001).

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Hoje, a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger as dificuldades de aprendizagem relacionadas as dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento como a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, de comportamento; e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional (Brasil, 2001, p. 43-44).

Se acreditarmos que o papel da escola é construir cidadania através do acesso ao conhecimento, isto só será possível se dentro da escola tivermos uma verdadeira representação do grupo social que está fora da escola: pessoas com diferentes credos, de raças diferentes, com saberes diferentes, pessoas sem deficiência (existem?) e pessoas com deficiência. A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para a vida,

nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada (Brasil, 2006, p. 47).

A inclusão escolar possibilita aos alunos com deficiência ou outra especificidade, partilhar do mesmo espaço social educacional que os demais e estimula a aprendizagem colaborativa. Enquanto que aos demais alunos, oportuniza a troca, a convivência com o diferente, o respeito à diversidade, a sensibilização e a tolerância. Objetivos estes da educação para a formação humana e a vida em sociedade. Assim, se entende que a educação inclusiva é benéfica para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução da política de educação inclusiva só ocorrerá com a participação e o posicionamento de todos os envolvidos nesse processo, como os professores, os pais, alunos, gestores e a comunidade interessada. Não basta apenas o direito legal, mas é necessário que seja iniciado para torná-lo efetivo.

A transformação na educação inclusiva só irá surgir de forma duradoura quando houver parcerias entre as comunidades, escolas, universidades e o governo. É preciso criar condições favoráveis para um debate e conscientização permanente, para chegar a um compromisso coletivo de inclusão entre os cidadãos.

O tema que foi tratado nesse trabalho de pesquisa, é fundamental para entendermos o quanto a escola é importante na vida dos alunos, pois em breve esses mesmos indivíduos serão cidadãos de bem para a sociedade, é na escola que os valores passados pelos pais se reforçam mais e mais e se constroem a cada dia. Na escola a diversidade é trabalhada de forma natural porque ela é um ambiente de partilha de muitas culturas diferentes, de ideias, valores e crenças.

Porque será que mesmo diante da diversidade de culturas e crenças que existem na vida escolar, tantas e tantas vezes ainda surgem muitos desafios a serem sanados? É fato que todo o processo seria perfeito se não houvessem tantos desafios ao longo do trabalho escolar, porém o processo de efetivação da educação inclusiva é um dos grandes desafios encarados na rede pública de ensino. É necessário que o governo traga mais políticas públicas ligadas a educação inclusiva para que melhorias sejam cada vez mais alcançadas.

A pesquisa revelou que aconteceram algumas mudanças na educação inclusiva das escolas públicas na atualidade, graças as ações que foram implementadas através de políticas públicas. Um exemplo de uma ação muito importante é a implementação de salas especializadas para crianças com necessidades especiais, chamada sala de AEE, atendimento educacional especializado, nessas salas atende estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Baseado no que foi proposto nesta pesquisa ficou constatado pela fala dos autores pesquisados que a escola tem o papel fundamental no desenvolvimento dos sujeitos e que está precisando assumir um papel integrador para que a educação inclusiva aconteça. As divergências encontradas são muitas como a falta de recursos nas salas de aula, a desvalorização do professor, falta de formações continuadas, condições precárias nas instalações da instituição, são alguns dos fatores que influenciam e dificultam o processo além de causar desmotivação no estudante e na sua família.

Também ficou claro que nesse processo educativo o professor é de suma importância pois ele é um mediador do conhecimento e engajado na sala de aula para fazer com que o aluno aprenda ele usa de sua criatividade e adapta recursos, e cria meios para transformar a sala de aula em um ambiente acolhedor e agradável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Boletim 21. MEC, 2006.

CUNHA, Rogerio Sanches; FARIAS, Cristiano Chaves; PINTO, Ronaldo Batista. **Estatuto da Pessoa com Deficiência Comentado** – artigo por artigo. Ed 1ª. Salvador. Editora Juspodvim. 2016.

GARAFALO, João. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Editora Universitária, 2018.

MAGRO, C, M, T, A; RODRIGUES, L, A. **Concepções que os alunos do curso de Pedagogia e normal superior apresentam sobre o processo de inclusão.** IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2007.

MENDES, Luiz. **Educação Brasileira.** São Paulo: Editora Universitária, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUTO, João. **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: Editora Universitária, 2014.

Capítulo 8
O ENSINO DA MATEMÁTICA ATRAVÉS DO LÚDICO NOS
ANOS INICIAIS

Cleiton Moreira Viana
Fagner da Silva Souza
Sileide Mendes da Silva

O ENSINO DA MATEMÁTICA ATRAVÉS DO LÚDICO NOS ANOS INICIAIS

*Cleiton Moreira Viana*²³

*Fagner da Silva Souza*²⁴

*Sileide Mendes da Silva*²⁵

RESUMO

O presente estudo teve o objetivo explicar o lúdico como ferramenta essencial para o ensino da matemática nos dias de hoje. Dessa forma, aborda-se sobre o professor na utilização do lúdico no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. No percurso do trabalho, através da pesquisa bibliográfica procurou-se demonstrar a relevância dos jogos matemáticos como ferramenta potencializadora para aprender matemática e refletir sobre sua utilização no processo de aprendizagem. O lúdico é essencial no ensino principalmente da matemática, tanto para o professor quanto para o aluno, beneficiando de maneira significativa nas aulas de matemática, no desenvolvimento de cada aluno por meio dos jogos e brincadeiras. Desse modo, estima-se que os jogos empregados de maneira pedagógica e vinculados ao dia a dia podem ser aliados do processo educativo, tornando a aprendizagem matemática mais significativa e prazerosa na superação das defasagens de aprendizado. Os resultados apontam que a utilização de atividades lúdicas nas aulas dos anos iniciais, pode conduzir e despertar nos estudantes o prazer em estudar matemática, ampliando, assim, o seu interesse referente aos conceitos trabalhados nas aulas.

Palavras-chave: Aprendizagem matemática. Lúdico. Ensino. Aprendizagem.

Introdução

A finalidade desse trabalho é abordar alguns temas para o ensino da matemática, como a evolução que a forma de ensinar vem tendo, as modificações e melhorias na

²³ Graduando do curso de Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN Remanso Bahia.

²⁴ Graduando do curso de Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN Remanso Bahia.

²⁵ Mestre em educação pela UPE (Petrolina). Professora da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

didática abordada pelos professores de matemática, a forma que os jogos e dinâmicas podem estar ajudando o professor na hora de trazer o conteúdo de uma forma em que os alunos aprenderão com mais facilidade, trazendo para o momento de ensino e aprendizagem o cotidiano dos alunos, ou seja, é uma forma de ensinar trazendo o contexto de cada um, e os jogos ajudam a trabalhar o conteúdo em sala de aula de uma forma dinâmica e isso só irá agregar ao professor, pois é uma ferramenta para melhorar o seu trabalho.

O lúdico é um conceito relacionado ao ato de brincar, jogar, se divertir e explorar um mundo de forma lúdica. A palavra lúdico é derivada do latim “*ludus*” que significa jogo. E o conceito de ludicidade na educação não se restringe apenas no ato de brincar ou jogar, mas sim, em utilizar dessas ferramentas para facilitar o aprendizado, uma vez que estudos comprovam que dessa forma a criança tem muito mais facilidade em aprender os conteúdos transmitidos.

A criança ao brincar e ao interagir amplia seus repertórios verbo-visuais, reelaborando aquilo que lhe traz significados (Vago-Soares, 2015). E isso ajuda a desmistificar o ensino da matemática que antes era visto como uma disciplina difícil, que para muitos era visto como um terror entre os componentes curriculares e que necessitava ser decorada, através da ludicidade é possível trazer uma forma de ensino mais leve e eficaz para ajudar na evolução e melhoria do ensino e aprendizado em nossas instituições escolares.

Diante das colocações acima, surgiu o seguinte problema: Qual a importância do lúdico no ensino de matemática nos anos iniciais?

Utilizar o lúdico no ensino da matemática nos anos iniciais é importante porque ajuda o aluno compreender e desenvolver raciocínio lógico, ajuda o aluno sair da teoria para a prática e gostar mais da matéria de matemática. Quando o professor trabalha de maneira lúdica ele motiva o aluno a ter interesse nos conteúdos expostos pelo professor na sala de aula.

O lúdico no ensino da matemática pode ajudar os estudantes a compreender melhor os conteúdos de matemática, como adição, subtração, multiplicação, divisão, fração e porcentagem dentre outros conteúdos. Assim, pode-se trabalhar de forma lúdica na matemática, utilizando jogos, dinâmicas dentre outras práticas pedagógicas, ensinando os alunos a compreender que a matemática está presente em nosso dia a dia. Por isso, é importante o professor trabalhar em suas aulas o lúdico. Se a aula for expositiva é bom

professor utilizar o lúdico no final da aula para ratificar o aprendizado do aluno, sobre a sua compreensão do conteúdo exposto pelo professor durante a aula, isso torna a aula mais animada e alegre.

Para Kamii (1990, p.15) as relações Matemáticas são construídas pelos sujeitos quando, diante dos objetos, estabelecem comparações, pois considera que “[...] a criança progride na construção do conhecimento lógico-matemático pela coordenação das relações simples, que anteriormente criou com os objetos”. Por isso, o professor não deve negligenciar a ludicidade dentro dos conteúdos de matemática, porque por meio lúdico a criança compreende de forma mais simples o conteúdo exposto.

Hoje, temos pessoas que critica a ludicidade dentro da sala de aula por acharem que o lúdico não tem importância alguma na aprendizagem do aluno, como por exemplo, acham que o lúdico é só uma brincadeira qualquer é uma perda de tempo, é professor querendo ganhar tempo. São exemplos de críticas sobre a ludicidade em sala de aula. A ludicidade muitas vezes tem sofrido críticas, porque muitos professores usam esse meio pedagógico sem objetivo algum, e isso tem prejudicado a ludicidade dentro da sala de aula, e tem sofrido ataques desse tipo.

Atualmente podemos observar professores que são tradicionais e recusam utilizar a ludicidade nas aulas de matemática, isso tem prejudicado o aprendizado das crianças em sala de aula, como cansaço, falta de vontade de ir assistir as aulas matemática por acharem chata, falta de interesse pela matéria de matemática.

Considerando isso, a justificada da escolha desse tema é porque observamos que em nosso cotidiano a matemática tem sido desprezada por parte dos alunos, porque acham complexa, chata, e muitas crianças tem tido dificuldade para aprender.

Por meio desse trabalho queremos mostrar que a disciplina de matemática não é chata, que por meio da ludicidade, vai se tornar uma disciplina divertida e alegre e que ela faz parte de nosso dia a dia. Por meio da ludicidade podemos contextualizar a matemática através por exemplo, dos conteúdos da adição, subtração, multiplicação, divisão, fração, geometria e porcentagem, algo que faz sentido para a criança, que pode ser aplicado futuramente na sua vida cotidiana, mostrar como pode trabalhar a matemática de forma divertida durante as aulas ministradas e trazer o interesse do aluno para as aulas de matemática. Sair do tradicionalismo comum ministrado por muitos professores.

A matemática faz parte de nosso cotidiano e ela faz sentido quando traz a disciplina para o mundo da criança, tudo vai fazer sentido como a educação financeira, levando a

criança até o supermercado para fazer compras, medir uma área de um campo de futebol, isso faz todo sentido para a criança ter o interesse pelas aulas de matemática. Trazer jogos para que os alunos possam se divertir durante as aulas de matemáticas.

Este trabalho tem como objetivo explicar o lúdico como ferramenta essencial para o ensino da matemática nos dias de hoje. A fim de cumprir com o objetivo geral, destacam-se os seguintes objetivos específicos: Explicar a importância do lúdico no ensino de matemática e analisar como a introdução do lúdico contribui para melhorar a qualidade do ensino e aprendizado.

Os dados adicionados neste trabalho foram obtidos através de pesquisas de artigos, revistas, livros, onde foram coletadas ideias de vários autores, estudiosos que também pesquisaram contribuíram para a construção dos estudos sobre o tema.

Assim, foram realizadas várias pesquisas e leituras de artigos, revistas, ideias e pensamentos de alguns teóricos que têm uma visão da importância da lucidez da matemática em sala de aula, e todos reunidos e analisados da forma séria para a construção de um documento rico em conhecimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A MATEMÁTICA E A LUDICIDADE

Levando em conta o nosso contexto atual sobre os assuntos em sala de aula, nós professores devemos contemporizar nossas aulas, expondo o conteúdo e ratificando o assunto com a ludicidade dentro da sala de aula, para que assim o aluno aprenda brincando e passe a gostar do conteúdo exposto e aplicado pelo professor, principalmente nas aulas de matemática onde é necessário a teoria dos conteúdos vinculados com a prática.

Segundo Kishimoto (2011), os jogos estão associados à inteligência de cada criança mesmo que ela ainda não os conheça, porque a mesma produz suas próprias fantasias através de brincadeiras inerentes ao seu cotidiano familiar. Com isso, toda criança cria suas próprias experiências por de jogos e brincadeiras do seu dia a dia.

A utilização da ludicidade na matemática é importante porque ajuda o aluno a compreender o conteúdo de forma simples e divertida, aplicando todo aprendizado na sua vida prática.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão”. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural [...], facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento (Santos, 2011, p.12)

Portanto, o lúdico introduzido na sala de aula é uma ferramenta essencial para o professor, pois possibilita o desenvolvimento de várias habilidades, provocando o aluno a trabalhar a criatividade, solucionar problemas além de habilidade motoras que podem ser trabalhadas.

Para Kamii (1990, p.15) as relações Matemáticas são construídas pelos sujeitos quando, diante dos objetos, estabelecem comparações, pois considera que “[...] a criança progride na construção do conhecimento lógico-matemático pela coordenação das relações simples, que anteriormente criou com os objetos”.

Quando se traz a ludicidade para a matemática isso ajuda a criança a compreender a importância de estudar a matemática como por exemplo quando se aplica o sistema monetário para criança, onde o professor pode usar cédulas de dinheiro para as crianças aprender identificar o valor de cada cédula e aprende a compra, vender, voltar e receber troco, onde os alunos vão aplicar no seu dia-dia (Smole; Diniz, 2007).

Machado (2014) destaca que a matemática como todas as disciplinas da escola básica é um meio para a formação pessoal, desempenhando papel fundamental na articulação entre a expressão e a compreensão de fenômenos; entre a análise argumentativa e a síntese que favorece a tomada de decisões, entre o enfrentamento de questões que a realidade concreta continuamente apresenta e o recurso a instrumentos abstratos que constituem meios de aproximação de tal realidade.

A matemática é algo que está presente durante todos os momentos de nossas vidas, uma disciplina/ciência que está presente também na formação do cidadão, e é uma disciplina que deve ser trabalhada com práticas modernas e de forma contextualizada para o melhor aprendizado dos alunos

Mesmo sendo considerados especialmente abstratos, os objetos matemáticos são os exemplos mais facilmente imagináveis para compreender a permanente articulação entre as abstrações e a realidade concreta. De fato, contar objetos parece ser uma ação simples que propicia uma natural relação entre tais instâncias: o abstrato número 5 não é nada mais do que o elemento comum a todas as coleções concretas que podem ser colocadas em correspondência um a um com os dedos de uma única mão, sejam tais coleções formadas por bananas, abacaxis, pessoas, ideias, pedras, fantasmas, poliedros regulares, quadriláteros

notáveis, etc. Na verdade, em qualquer assunto, não é possível conhecer sem abstrair (Machado, 2014, p. 50)

Os jogos é uma ferramenta essencial para o professor, capaz de tornar o momento de aprendizado um momento mais leve e divertido, cativando melhor a atenção dos alunos

Para os teóricos Piaget e Vygotsky os jogos tem sua real importância na vida das pessoas antes visto como lazer, distração e hoje como os estudos comprovam a suma importância deste material como instrumento de ensino e aprendizagem, tornando o aprendizado agradável e desafiador.

Para Kishimoto (2007) os jogos estão atrelados nos pensamentos das crianças mesmo que ela ainda não o conheça, porque ela cria suas fantasias através dos brinquedos do seu uso cotidiano.

Para as Diretrizes (MEC, 2006), os jogos são eficientes para a memorização e sugerem que há vários tipos de jogos que podem ser utilizados para instigar a memorização

O professor deverá agir como um “facilitador das relações” e “problematizador das situações”. É indispensável que o educador domine o conteúdo e domine muito bem, para saber onde é importante dar ênfase, relacionar, criar, selecionar e organizar (caso contrário ele seria sempre “animador”). Ele deve ter a convicção de que aquilo que está propondo é relevante para o educando, além de ter a tranquilidade de ser feito com antecedência o plano de trabalho. (2005 p. 75).

O jogar pode ser visto como uma das bases sobre a qual desenvolve o espírito construtivo, a imaginação, a capacidade de sistematizar e abstrair e a capacidade de interagir socialmente. Entendemos que a dimensão lúdica envolve desafio, surpresa, possibilidade de fazer novo, de querer superar os obstáculos iniciais e o incômodo por não controlar todos os resultados. Esse aspecto lúdico faz do jogo um contexto natural para o surgimento de situações problema cuja superação exige do jogador alguma aprendizagem e certo esforço na busca para sua solução.

Preparar recursos como jogos, dinâmicas para as aulas de matemática é importante porque vai estimular os alunos a participar das aulas. Smole e Diniz (2007) afirmam que,

Um fato importante a destacar é que o caráter dinâmico e refletido esperado com o uso do material pelo aluno não vem de uma única vez, mas é construído e modificado no decorrer das atividades de aprendizagem. Além disso, toda complexa rede comunicativa que se estabelece entre os participantes, alunos e professor, intervém no sentido

que os alunos conseguem atribuir à tarefa proposta com um material didático (Smole; Diniz, 2007, p.12)

As dinâmicas em sala de aula estimulam uma interação entre o professor e a criança, onde professor pode observar o desenvolvimento e as dificuldades de cada estudante, por meio da ludicidade o professor pode trabalhar as habilidades a serem desenvolvidas durante o ano letivo. Nogueira (2005) apresenta os seguintes: favorece a identificação de dificuldades; promove competição entre os alunos que se empenham ao máximo para vencer; faz com que os alunos se tornem mais confiantes, críticos e capazes de trabalhar em equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa contribuiu bastante para enriquecer os nossos conhecimentos, visto que pudemos constatar que é possível tornar a matemática mais prazerosa e menos tediosa para os alunos dos anos iniciais, além de permitir que eles desenvolvam o seu raciocínio com participação ativa e organização do pensamento matemático.

AGRADECIMENTOS

Em nossas considerações finais queremos agradecer primeiramente a Deus por nos amparar nos dar forças, sabedoria e persistência, também queremos agradecer a instituição UNIFAN pelo apoio e pelo espaço para a construção desse artigo, e queremos agradecer também a nossa professora mestra, prof^a Sileide Mendes por compartilhar parte do seu conhecimento e nos orientar para que fosse possível ser realizado a construção desse documento.

Referências

O que é ludicidade - Pesquisar

[O lúdico na Educação Inafantil Uma revisão bibliográfica hanarrarina santos.pdf](#)

Secretaria de educação doparaná

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_ped_pdp_marcia_cristina_da_silveira_kiya.pdf

Editora Realize

<http://www.editorarealize.com.br>

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série):** matemática. Secretaria de Educação. Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF,1997.

KAMII, Constance. **A criança e o número:** implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. Tradução de Regina de Assis. 11.ed. Campinas: Papirus, 1990.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis:** o jogo, a criança e a educação. 14. e.d. Petrópolis, RJ, 2007

MACHADO, Nilson José e D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Ensino de matemática:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2014.

http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA13_ID11216_03102019192319.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, S. M. P. dos (Org.). **O lúdico na formação do educador.** Petrópolis: Vozes, 2011.

Capítulo 9
A IMPORTÂNCIA DAS METODOLOGIAS ATIVAS NA
EDUCAÇÃO

Amanda Amorim Oliveira
Ilene Lianne Pereira dos Santos
Samila Rodrigues Cardoso dos Santos Nascimento
Sileide Mendes da Silva

A IMPORTÂNCIA DAS METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO

*Amanda Amorim Oliveira*²⁶

*Ilene Lianne Pereira dos Santos*²⁷

*Samila Rodrigues Cardoso dos Santos Nascimento*²⁸

*Sileide Mendes da Silva*²⁹

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a importância das metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, as mesmas representam uma mudança de paradigma que visa formar alunos mais preparados para os desafios da contemporaneidade, estimulando assim habilidades que vão além do conteúdo teórico e contribuindo para o desenvolvimento pleno dos discentes. As metodologias ativas desempenham um papel fundamental na educação moderna ao colocarem o estudante como protagonista do processo de aprendizagem. Diferentemente das abordagens tradicionais, em que o professor é a figura central e os alunos atuam como ouvintes, elas incentivam os alunos a se engajarem ativamente, a participarem de forma crítica e a resolverem problemas reais, isso facilita a construção de conhecimento de maneira prática e significativa. Na elaboração desse trabalho, analisamos as ideias dos seguintes autores: Pereira (1982), Moran (2015), Bergmann; Sams (2012), Vygotsky (1987), Libâneo (2009), Elizabeth (2012), Rosa (2007). Com base nesses artigos, pode-se explicar a importância das metodologias ativas no ensino e que a própria impacta diretamente no desenvolvimento integral dos estudantes e também os desafios que permeiam a educação para a implementação dessas metodologias.

Palavras chaves: Metodologias ativas. Ensino e aprendizagem.

²⁶ Secretária escolar na rede municipal de ensino de Remanso Bahia. Graduanda do curso de Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN Remanso Bahia.

²⁷ Graduanda do curso de Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN Remanso Bahia.

²⁸ Atendente de clínica odontológica. Graduanda do curso de Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN Remanso Bahia.

²⁹ Mestre em educação pela UPE (Petrolina). Professora da faculdade Alfredo Nasser - Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

As metodologias ativas na educação têm ganhado destaque nos últimos anos como uma abordagem inovadora para o ensino focada no protagonismo do aluno e no desenvolvimento de habilidades fundamentais para o século XXI. Diferente do modelo tradicional em que o mediador é o principal transmissor de conhecimento, essas metodologias colocam o discente no centro do processo de aprendizagem, estimulando sua participação ativa e sua capacidade de refletir, questionar e aplicar o conteúdo em situações práticas.

Essa mudança não apenas potencializa o aprendizado, torna-o mais significativo, como também favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais como a autonomia, a colaboração e o pensamento crítico, preparando os alunos para os desafios de um mundo em constante transformação.

As mesmas têm ganhado destaque nos debates sobre educação devido ao seu potencial de transformar o processo de ensino-aprendizagem. Diferente das abordagens tradicionais, que centralizam o professor como principal fonte de conhecimento absoluto, as metodologias ativas colocam o aluno no centro do processo educacional, incentivando sua participação ativa na construção do seu próprio conhecimento. Com isso, os estudantes se tornam protagonistas de sua própria aprendizagem, desenvolvendo habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração e autonomia.

Cada aluno aprende de uma maneira única e as metodologias ativas permitem uma abordagem mais personalizada, respeitando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Isso favorece uma aprendizagem mais inclusiva e eficiente. Ao participarem ativamente do processo de aprendizagem, os alunos desenvolvem maior autonomia e senso de responsabilidade, o que é essencial para o aprendizado contínuo ao longo da vida.

É notório que quando o aluno é parte ativa da construção do conhecimento, ele tende a reter melhor o que foi aprendido. As metodologias ativas incentivam o uso prático e a aplicação imediata do que se aprende, o que reforça o entendimento e a memorização. Assim, são essenciais para preparar os estudantes para os desafios do mundo moderno, proporcionando uma educação mais dinâmica, interativa e conectada com a realidade.

Com isso, surgiu a seguinte problemática: Quais são as dificuldades vivenciadas pelos docentes na implementação de metodologias ativas?

A aplicação de metodologias ativas na educação potencializa o engajamento dos alunos promovendo maior autonomia, pensamento crítico e aprendizado significativo em comparação com métodos tradicionais de ensino de aprendizagem.

Deste modo, o trabalho tem como objetivo geral compreender o papel e os benefícios das metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem destacando como elas promovem a participação ativa dos estudantes, o desenvolvimento de habilidades críticas e a construção de conhecimento de forma mais autônoma e colaborativa. Especificamente analisar como as metodologias ativas incentivam o desenvolvimento de competências críticas, colaborativas e criativas nos alunos, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo e investigar os impactos das metodologias ativas no engajamento e no desempenho acadêmico dos estudantes, em comparação com abordagens tradicionais de ensino.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 IMPORTÂNCIA DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As metodologias ativas têm ganhado destaque no processo de ensino e aprendizagem, pois promovem um papel mais participativo e também o engajamento do aluno. Essas abordagens colocam o discente no centro do processo, impulsionando-o a construir o seu conhecimento ativamente, em vez de ser um receptor passivo de informações.

Com essas metodologias temos a participação ativa dos alunos onde os mesmos são incentivados a tomar decisões, resolver problemas e interagir com os colegas e o conteúdo. Isso aumenta o envolvimento com o aprendizado, tornando-o mais significativo, elas promovem a independência dos estudantes, incentivando-os a buscar soluções e criar seu próprio caminho de aprendizagem. Muitas dessas metodologias, tem objetivo aprendizagem baseada em projetos ou em problemas, requerem que os alunos trabalhem em equipe, desenvolvendo habilidades de comunicação, empatia e liderança.

As metodologias ativas permitem que os professores adaptem as atividades ao ritmo e estilo de aprendizagem de cada aluno. Com isso, o aprendizado se torna mais eficaz, respeitando as particularidades de cada estudante. Em metodologias como a sala de aula invertida ou aprendizagem baseada em problemas, os alunos são desafiados a

analisar, criticar e solucionar problemas complexos para que dessa forma ele consiga desenvolver o seu pensamento crítico, a capacidade de reflexão e a tomada de decisões baseadas em evidências.

Sendo assim, essas metodologias muitas vezes integram atividades que simulam situações do cotidiano ou do mercado de trabalho, o que torna o aprendizado mais aplicável e relevante para o futuro dos alunos, por exemplo o uso de projetos como ferramenta de ensino faz com que os alunos compreendam melhor como aplicar o conhecimento adquirido em situações práticas, desenvolvendo habilidades que serão úteis fora da escola, as metodologias ativas tornam o processo educacional mais dinâmico, colaborativo e adaptado às necessidades do aluno, preparando-o melhor para os desafios do século XXI.

Desse modo, os conteúdos escolares transformam-se em meios para a resolução de um problema da vida, e para a realização de um projeto. Em síntese, os projetos:

[...] são atividades que redundam na produção, pelos alunos, de um relatório final que sintetize dados originais (práticos ou teóricos), colhidos por eles, no decurso de experiências, inquéritos ou entrevistas com especialistas. O projeto deve visar à solução de um problema que serve de título ao projeto (Bordenave; Pereira, 1982, p. 233).

As metodologias ativas são estratégias de ensino que buscam envolver os alunos de maneira mais participativa no seu processo de aprendizado. Assim, o estudante não é mais um receptor passivo de informações, mas um protagonista, responsável por construir seu próprio conhecimento por meio de experiências, resolução de problemas e aplicação prática do conteúdo.

Segundo Moran (2015), as metodologias ativas estimulam o desenvolvimento de competências como pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração. Isso ocorre porque, em vez de memorizar conteúdos, os alunos são incentivados a aplicar o conhecimento em situações reais ou simuladas, promovendo uma aprendizagem mais significativa. Apesar dos inúmeros benefícios, a implementação das metodologias ativas apresenta desafios. Um dos principais desafios é a necessidade de uma mudança de mentalidade tanto por parte dos professores quanto dos alunos. Para que essas metodologias sejam efetivas, é preciso que os educadores repensem seu papel, atuando mais como facilitadores do que como transmissores de conhecimento.

As metodologias ativas representam uma mudança significativa na educação, promovendo um ensino mais dinâmico, participativo e focado mais no desenvolvimento

integral do aluno. Embora existam desafios para sua implementação, os benefícios, como o maior engajamento dos estudantes e o desenvolvimento de competências fundamentais para o século XXI, justificam a busca por sua aplicação mais ampla no contexto educacional. O apoio a essas metodologias deve ser parte das políticas educacionais e práticas pedagógicas preparando os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas para uma atuação cidadã crítica e reflexiva e na sua vida futura. (Moran, 2015).

O uso de metodologias ativas na sala de aula vem se tornando essencial para modernizar o ensino e melhorar o processo de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, eficaz e adaptado às demandas contemporâneas. As metodologias ativas tornam o ambiente de aula mais envolvente, incentivando a participação dos alunos em atividades práticas, debates e resolução de problemas. Isso aumenta o interesse e a motivação dos estudantes, tornando a aprendizagem mais prazerosa. Esse modelo também é atrativo porque, como já mencionado, promove a autonomia dos estudantes. Eles têm a liberdade de procurar as informações que consideram importantes sobre o conteúdo, utilizando a internet, lendo textos ou assistindo a vídeos, conforme identificarem suas necessidades e o método mais eficaz para aprender e assimilar o conhecimento. De acordo com Berbel (2011), essas são características fundamentais para o exercício da autonomia do estudante:

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro (Berbel, 2011, p. 29).

Ao participarem ativamente de seu próprio aprendizado, os alunos desenvolvem autonomia e responsabilidade. Eles aprendem a tomar decisões, organizar seu tempo e resolver problemas, habilidades que são essenciais para a vida acadêmica e profissional.

Essas metodologias ativas preparam os estudantes para o mercado de trabalho e os desafios do mundo contemporâneo, desenvolvendo competências como pensamento crítico, trabalho em equipe, criatividade e comunicação. As atividades práticas e contextualizadas ajudam os alunos a compreenderem como o conteúdo teórico se aplica em situações reais, o que aumenta a relevância e a utilidade do que está sendo aprendido.

Como os estudantes são participantes ativos, eles tendem a se envolver mais profundamente com os conteúdos. Estudos mostram que a participação ativa promove uma melhor retenção do conhecimento. O trabalho em grupo e a troca de ideias entre os

alunos são incentivados nas metodologias ativas, fortalecendo a capacidade de cooperação, resolução de conflitos e diálogo, habilidades fundamentais em qualquer contexto social e profissional. As metodologias ativas permitem adaptar o ensino às necessidades individuais de cada aluno, respeitando seu ritmo e estilo de aprendizado. Isso contribui para um ensino mais inclusivo e eficaz. (Bergmann; Sams, 2012).

O uso dessas metodologias transforma a sala de aula em um ambiente mais interativo e colaborativo, contribuindo para uma educação mais completa, conectada com o mundo real e capaz de formar cidadãos mais críticos e capacitados.

Em vez de serem receptores passivos de informações, os alunos são incentivados a interagir com o conteúdo, refletir criticamente, explorar diferentes fontes e aplicar o conhecimento de maneira prática. As metodologias ativas envolvem uma série de estratégias que estimulam essa participação, como a sala de aula invertida onde os alunos estudam o conteúdo em casa, por meio de leituras ou vídeos, e o tempo em sala de aula é dedicado a atividades práticas, debates e resolução de dúvidas. A aprendizagem baseada em problemas possibilita a compreensão porque os alunos enfrentam problemas complexos e reais, e devem pesquisar e trabalhar em grupo para encontrar soluções, desenvolvendo habilidades analíticas e colaborativas.

Por outro lado, a aprendizagem baseada em projetos (ABP), faz com que os estudantes desenvolvam projetos que envolva a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, resultando em produtos ou soluções que podem ser apresentados e avaliados (Guisso, 2019).

2.2 Dificuldades na utilização de metodologias ativas na prática pedagógica

A utilização de metodologias ativas na prática pedagógica traz uma série de benefícios, mas também enfrenta desafios e dificuldades que podem dificultar sua implementação eficaz. Embora essas metodologias promovam maior engajamento e participação dos estudantes, muitos professores encontram barreiras que vão desde questões estruturais até dificuldades na adaptação do próprio papel como mediadores do aprendizado.

A resistência à mudança é uma das principais dificuldades está relacionada à tanto os professores quanto os alunos podem estar acostumados com os métodos tradicionais de ensino, em que o professor sempre foi a figura central e a transmissão de conteúdo que acontece de

forma expositiva. Implementar metodologias ativas que exigem uma postura mais participativa e autônoma dos estudantes pode ser um desafio inicial especialmente quando esses alunos estão habituados a receber o conhecimento de maneira passiva. Essa transição exige tempo e preparação o que muitas vezes pode gerar frustração em ambas as partes (Bacich; Moran, 2018, p. 4).

Além disso, da falta de formação específica dos professores para trabalhar com metodologias ativas é um obstáculo significativo. Muitos profissionais da educação não recebem a preparação necessária para implementar essas abordagens de forma eficaz, o que pode gerar insegurança e, conseqüentemente, uma menor adesão a essas práticas. A formação docente costuma ser focada em métodos tradicionais, e a atualização sobre práticas mais inovadoras nem sempre está disponível ou acessível. Mesmo que haja interesse, a falta de capacitação adequada dificulta a adoção de novas estratégias pedagógicas, deixando os professores sem suporte para enfrentar os desafios que essas metodologias trazem a questão estrutural das escolas, porque muitas instituições de ensino não estão preparadas em termos de recursos físicos e tecnológicos para aplicar metodologias ativas.

Espaços de aprendizagem flexíveis, que permitam a organização de grupos e a movimentação livre dos estudantes, por exemplo, são raros em muitas escolas, especialmente na rede pública. Além disso, o acesso a recursos tecnológicos, como computadores, tablets e internet de qualidade é limitado em muitas regiões, dificultando a aplicação de metodologias que dependem de ferramentas digitais. Essa limitação tecnológica pode impedir o uso pleno das metodologias ativas, principalmente em contextos de ensino híbrido ou com forte uso de plataformas online. (Bergmann; Sams; 2018 p. 11).

Por sua vez, Vygotsky (1987), argumenta que o aprendizado é mediado socialmente, ou seja, ocorre em colaboração com outros indivíduos. Atividades como trabalho em grupo, debates e projetos colaborativos, que são práticas comuns nas metodologias ativas, reforçam essa perspectiva. O professor, nesse modelo, atua como um mediador, facilitando o acesso a ferramentas e conhecimentos necessários para a resolução dos problemas proposto.

Outra dificuldade recorrente na aplicação das metodologias ativas é a gestão de tempo. Frequentemente elas exigem mais tempo para planejamento e execução do que o método tradicional. Como projetos, discussões e atividades práticas demandam uma organização cuidadosa e, muitas vezes, o tempo disponível em sala de aula é insuficiente para concluir essas atividades de maneira satisfatória. Além disso, o ritmo dos alunos

pode variar, uns podem ser lentos já outros rápidos e nem todos conseguem acompanhar o desenvolvimento das tarefas no mesmo tempo, o que pode gerar desigualdade no aprendizado e a necessidade de intervenções individualizadas (Libâneo, 2009).

Outro obstáculo é a estrutura das escolas e universidades, que não estão preparadas para receber metodologias que exigem maior flexibilidade espacial e temporal, além de recursos tecnológicos adequados. Portanto, iniciativas de formação docente contínua e o investimento em infraestrutura podem minimizar essas dificuldades. Além disso, a avaliação dos alunos dentro das metodologias ativas é outro aspecto desafiador. Essas abordagens enfatizam e priorizam o desenvolvimento de competências como a criatividade, trabalho em equipe e a solução de problemas que serão utilizados para a realização de atividades dentro ou fora da sala de aula, habilidades que não são facilmente quantificáveis (Libâneo, 2009).

O desafio está em encontrar maneiras de mensurar o aprendizado de forma justa e eficiente, além de equilibrar essas métricas com os métodos tradicionais de avaliação, ainda amplamente utilizados. Para que essas mazelas sejam minimizadas, é essencial que se tenha um compromisso institucional com a formação continuada dos professores e o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam o uso de metodologias ativas para que se obtenha um ensino significativo e de qualidade (Libâneo, 2009).

A implementação gradual dessas abordagens pode facilitar a adaptação de alunos e professores, promovendo uma cultura escolar mais aberta a inovações pedagógicas. Essa mudança exige não apenas esforço individual, mas também apoio e planejamento estratégico por parte das instituições educacionais, que devem buscar integrar essas metodologias para que assim as ações sejam planejadas e bem executadas (Libâneo, 2009).

Nesse contexto, seriam de extrema importância capacitações docentes para o compartilhamento de conhecimentos no decorrer das práticas educativas e a busca de novas tendências pedagógicas, tendo em vista que o professor precisa de uma teoria que elucide a direção desejada para a prática educativa de humanização do homem, extraída de uma concepção de educação como prática social transformadora (Libâneo, 2009).

Acredita-se que esse seja o tempo de mudar o sentido das coisas. Talvez em nenhum outro momento de nossa história os caminhos estiveram tão abertos à ação criativa dos próprios educadores, que são cada vez mais solicitados a construir seus próprios projetos. E por uma razão muito simples: não há modelos preestabelecidos, nem

receitas fixas (Rosa, 2007). Assim, embora as metodologias ativas tragam uma nova perspectiva ao ensino, sua implementação efetiva demanda superação de desafios estruturais, culturais e práticos, que somente com um esforço conjunto entre professores, alunos e instituições será possível alcançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados é possível concluir que as metodologias ativas têm ganhado destaque na educação contemporânea devido à sua capacidade de transformar a experiência de aprendizado em sala de aula. Ao invés de o aluno ser um receptor passivo de informações, essas metodologias o colocam como protagonista do processo educativo, incentivando o pensamento crítico, a autonomia e a colaboração.

Essas abordagens implantadas na sala de aula ajudam a desenvolver competências como resolução de problemas, comunicação eficaz, trabalho em equipe, criatividade e pensamento crítico, habilidades essenciais para o mercado de trabalho e para a vida.

A personalização do Aprendizado por meio das metodologias ativas permite que os alunos aprendam no seu ritmo, utilizando recursos como tecnologias educacionais e atividades diferenciadas que respeitam diferentes estilos de aprendizagem. Por outro lado, destaca-se a conexão com a realidade que por meio de práticas como a aprendizagem baseada em problemas ou simulações, os conteúdos são contextualizados, o que facilita a aplicação do conhecimento adquirido no cotidiano.

Os objetivos se tornaram concretizados quando se foi perceptível que quanto maior a retenção do conhecimento, os alunos participam ativamente do processo, como ao ensinar uns aos outros ou aplicar conceitos em projetos reais, eles tendem a reter melhor as informações.

O artigo apresenta uma análise abrangente sobre as metodologias ativas na educação, destacando aspectos positivos e negativos dessa abordagem. Um dos pontos positivos mais evidentes é o foco no protagonismo do aluno. Diferente do modelo tradicional em que o professor é o principal transmissor de conhecimento, as metodologias ativas colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem, incentivando sua participação ativa. Isso permite que os alunos desenvolvam habilidades essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração, elementos fundamentais para a formação de um estudante preparado para os desafios do século XXI.

Além disso, o texto ressalta o papel das metodologias ativas no desenvolvimento de competências socioemocionais, como autonomia, empatia e liderança. Essas abordagens favorecem uma aprendizagem mais personalizada, respeitando os diferentes ritmos e estilos de cada aluno, o que contribui para uma educação mais inclusiva e eficaz. Ao se envolverem em atividades práticas e em situações que simulam o cotidiano ou o mercado de trabalho, os alunos conseguem aplicar o conhecimento adquirido em contextos reais, tornando o aprendizado mais significativo e conectando-o às demandas do mundo moderno.

Outro aspecto positivo destacado é o aumento do engajamento e da motivação dos estudantes. As metodologias ativas, ao promoverem uma participação mais ativa dos alunos, tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico e interessante, o que facilita a retenção do conhecimento e a compreensão dos conteúdos. Ao invés de serem meros receptores passivos de informações, os estudantes são incentivados a aplicar o conhecimento de forma prática, o que melhora significativamente a memorização e o entendimento dos temas estudados.

Por outro lado, o artigo também aponta algumas dificuldades na implementação das metodologias ativas. Uma das principais barreiras identificadas é a resistência à mudança tanto por parte dos professores quanto dos alunos. Muitos educadores e estudantes estão habituados ao modelo tradicional de ensino, onde o professor desempenha o papel central na transmissão de conhecimento. Essa transição para uma abordagem mais participativa e autônoma pode gerar desconforto e frustração, exigindo tempo e uma adaptação gradual.

Outro desafio significativo é a falta de formação adequada dos professores para aplicar essas metodologias. Grande parte dos educadores não recebe a preparação necessária para utilizar estratégias inovadoras de ensino, o que pode gerar insegurança e limitar a adoção dessas práticas em sala de aula. A formação docente costuma ser voltada para métodos tradicionais, e as oportunidades de capacitação em metodologias ativas nem sempre estão disponíveis ou acessíveis.

Além disso, o texto destaca as limitações estruturais e tecnológicas das instituições de ensino. Muitas escolas não possuem espaços flexíveis ou recursos tecnológicos adequados, como acesso a computadores e internet de qualidade, para implementar metodologias que dependem de ferramentas digitais. Essa falta de infraestrutura pode

dificultar a adoção plena das metodologias ativas, especialmente em contextos de ensino híbrido ou com forte uso de plataformas online.

Por fim, o artigo sugere que a implementação eficaz dessas metodologias depende de um compromisso institucional e de um esforço conjunto entre professores, alunos e gestores educacionais. A mudança cultural e a adaptação às metodologias ativas exigem um planejamento estratégico, além de investimentos em formação docente e infraestrutura. Apesar dos desafios, o texto reforça que os benefícios dessas abordagens, como o aumento do engajamento e a preparação para o mercado de trabalho, justificam a busca por uma aplicação mais ampla no contexto educacional, visando transformar a educação e torná-la mais alinhada com as necessidades do século XXI.

REFERÊNCIAS

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem.** (Tradução Afonso Celso da Cunha Serra). 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 104 p.

BERGMANN, Jonathan. **Aprendizagem invertida para resolver o problema de dever de casa.** Trad. Henrique Oliveira Guerra. Porto Alegre: Penso, 2018. Acesso em 14. Nov. de 2024

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, nº 1, p. 25-40, 2011. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2015.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018. Acesso em 14. Nov. de 2024

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

GEMIGNANI, Elizabeth Yu Me Yut. Formação de professores e metodologias ativas de ensino-aprendizagem: ensinar para a compreensão. **Revista Fronteira da Educação [online]**, Recife, v. 1, nº 2, 2012. Acesso em: 04 nov. 2024

GUISSO, Diego Peterle; CESCINETTO, Laisi Bellon; FIORESI, Solange Aparecida Mauro; PEIZINI, Angela Maria Leite. Aprendizagem baseada em problemas (PBL) no Ensino Superior: concepções introdutórias. **Revista Científica Intelletto**, v. 4, nº 3, p. 25, 2019.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br>. Acesso em: 20 out. 2024.

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofélia Elisa Torres. **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: UEPG, 2015. (Coleção Mídias Contemporâneas.) Acesso em 04 de nov. 2024

ROSA, Sanny S. **Construtivismo e mudança**. 10^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Capítulo 10
A LUDICIDADE COMO ALIADA DO PROFESSOR DE
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NA
SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS- SRM

Paulina dos Passos Jordão Santana

Sileide Mendes da Silva

A LUDICIDADE COMO ALIADA DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS- SRM

*Paulina dos Passos Jordão Santana*³⁰

*Sileide Mendes da Silva*³¹

RESUMO

O tema proposto para a pesquisa aborda sobre a importância da ludicidade dentro do contexto da Sala de Recursos Multifuncionais, onde possibilita uma diversidade de expectativas para a contribuição durante os atendimentos. O objetivo principal desse trabalho é enfatizar a importância do Uso da Ludicidade dentro do Atendimento Educacional Especializado- AEE, especificando o que é a ludicidade e suas contribuições; como se dá o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais, abordando como o professor desenvolve seu trabalho. O método de pesquisa escolhido foi a de cunho bibliográfico onde foi possível explanar a pesquisa em livros, sites, artigos científicos e etc. No decorrer do trabalho percebeu-se que o Atendimento Educacional Especializado é essencial e primordial na rotina escolar dos alunos com deficiência/transtorno, e diante os estudos apresentados os jogos e brincadeiras que são fatores que fazem parte do lúdico são de grande contribuição para maiores alcances com os alunos.

Palavras-chaves: Lúdico. Deficiência. Sala de Recursos.

1 INTRODUÇÃO

A presente trabalho gira em torno da ludicidade como aliada do professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM.

³⁰ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. Coordenadora Pedagógica do CAEE em Remanso Bahia. E-mail: paulinasantanapassos@gmail.com

³¹ Mestre em educação pela UPE (Petrolina). Professora da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

A ludicidade é comumente bem usada na educação Infantil, para tanto, sua utilização está bem além, onde compõem diferentes espaços.

O professor de AEE desenvolve o trabalho pautado para a estimulação das habilidades ainda não alcançadas, e o lúdico contribui no processo de acolhida e estímulos durante os atendimentos, por ser individualizado, o professor sempre tem a preocupação de trazer algo que venha chamar a atenção do aprendente.

O trabalho traz como objetivo principal enfatizar a importância do Uso da Ludicidade dentro do Atendimento Educacional Especializado - AEE. Especificamente, abordar sobre o que é a ludicidade e suas contribuições; e como se dá o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais, atrelando a como o professor desenvolve seu trabalho.

Dentro da SRM é necessário que tenha alguns elementos que são considerados como essenciais, são alguns deles: Jogos de tabuleiro, Quebra-cabeça, domino, livros para contação de história, painel sensorial, cantinho da leitura e entre outros, diante ao que é citado é perceptível como o lúdico está diretamente envolvido.

São necessárias e esclarecedoras as percepções de como são as reais condições de funcionamento de tudo que tange ao processo educativo de alunos. O lúdico é um caminho facilitador e influente no dia a dia do contexto escolar.

Assim, para embasar o trabalho priorizou-se pela pesquisa de cunho bibliográfico onde foi possível explanar a pesquisa em livros, sites, artigos científicos, e etc. Logo, a pesquisa é o caminho para o aperfeiçoamento do conhecimento.

Diante o que foi exposto, é notório como o lúdico e o AEE são parceiros dentro da Sala de Recursos Multifuncionais possibilitando assim ganhos para os alunos que se encontram em alguma dificuldade no contexto de aprendizagem para o alcance do currículo da série/ano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LUDICIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NO AEE

Quando se fala em Ludicidade é importante retomar ao conceito da mesma. Etimologicamente, a palavra “lúdico” é derivado do latim Ludus + ico e significa brincar. Segundo o dicionário Michaelis, trata-se de um adjetivo e diz respeito a jogos, brinquedos ou divertimentos, ou seja, é uma palavra que remete a qualquer atividade que distrai ou diverte. Em sentido pedagógico, por sua vez, o dicionário traz que se trata de instrumento

educativo, relativo a brincadeiras e divertimentos, contribuindo diretamente no auxílio do desenvolvimento de atividades dentro do espaço escolar assim como nos espaços não escolares (Michaelis, 2022).

A perspectiva é de que o lúdico facilite no progresso da personalidade da criança, como ela está sendo inserida em um ambiente que ainda é desconhecido pelas mesmas algumas das suas funções sofre um impacto já que no convívio familiar sua vida era dedicada só aos brinquedos e, no entanto, ele irá conhecer novas pessoas e outro ambiente, então é importante que se tenha atividades lúdicas, para que a criança se acostume no ambiente escolar, dando ênfase que o AEE pode acontecer de maneira itinerante na escola (Santos, 2016).

O envolvimento dentro do contexto de atendimento Individualizado diz muito sobre as práticas presentes dentro do âmbito, ao envolver brincadeiras e jogos, é feito um resgate tanto na infância como no despertar por novas situações a serem vivenciadas. O desenvolvimento dentro das habilidades que devem ser alcançadas são um realce de como os métodos de estimulação reagem de maneira positiva, dessa forma será possível criar uma facilidade para envolvimento do aluno nos atendimentos (Silva, 2013).

A trajetória de cada aluno é diferente e evidentemente acarreta situações diversas, por isso que usar brincadeira favorece os caminhos de vínculo entre professor e aluno, pois liga ao prazer em realizar pequenas ações usando sua imaginação e levar-se a lugares a qual desejasse, dentro desse contexto se vê algumas características de como aproveitar tal situação para apresentar marcas positivas para alcançar os objetivos que são traçados para a criança. (Friedmann, 2012).

A experimentação de jogos e brincadeiras são extremamente envolventes para o Atendimento Individualizado ou em dupla. As contribuições para o desenvolvimento e engajamento do aprendente é fundamental, para o atendimento varia o tipo de deficiência/transtorno. Percebe-se que durante o planejamento do professor já está envolvido metodologias que usem do lúdico para o alcance dos seus objetivos pretendidos, momento também de avaliação de como proceder diante a devolutiva das crianças conforme o que for levado como proposta para os mesmos (Antunes, 2012).

Nesse sentido, o papel do educador é primordial, pois observando as brincadeiras e jogos desempenham pelo discente, ele consegue perceber o nível de realização e traçar suas possibilidades com relação a interação e participação do aluno dentro do que foi proposto (Oliveira, 2014).

[...] o jogo corresponde a um impulso natural da criança, e neste sentido satisfaz uma necessidade interior, pois o ser humano apresenta uma tendência lúdica. A atitude do jogo apresenta dois elementos que a caracterizam: o prazer e o esforço espontâneo. E é esse aspecto de envolvimento emocional que torna o jogo uma atividade com forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia. A situação do jogo mobiliza os esquemas mentais: sendo uma atividade física e mental, o jogo aciona e ativa as funções psiconeurológicas e as operações mentais, estimulando o pensamento. O jogo integra as várias dimensões da personalidade: afetiva; motora e cognitiva. (Rizzi; Haydt, 2002, p.11).

Diante aos fatores supracitados é perceptível como a ludicidade agrega positivamente dentro do âmbito do Atendimento, sendo essencial para o desenvolvimento e participação dos alunos, contribuindo significativamente para o avanço das áreas em defasagem.

A aprendizagem é um processo a qual é constante e precisa ir se modelando conforme a necessidade de cada aprendente onde as perspectivas e realidades são diferentes e se divergem, vale enfatizar que cada maneira de aprender é única e deve ser valorizada, o AEE contribui diretamente no aperfeiçoamento de habilidades, explorando diretamente as potencialidades existentes (Santos, 2011).

2.2 ATRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE

O Atendimento Educacional Especializado é um recurso da educação especial que vem contribuindo significativamente na vida de crianças com deficiência, pois a necessidade de quebra de barreiras ainda é um dos enfrentamentos que precisam estar em constância. Diante disso, o trabalho colaborativo é primordial pode ajudar a quebra de estigma. O professor de AEE realiza um trabalho específico buscando realizar um estudo do caso da criança para partir aos caminhos que irá percorrer (Bedaque, 2014).

O sistema de atendimento do AEE funciona da seguinte maneira: os alunos com deficiência são incluídos em sala de aula com os demais alunos, em um horário contrário a sala de aula regular, são atendidos na sala de AEE. Esse atendimento pode acontecer de maneira individual, como em dupla ou até mesmo coletivo. Dentro dessa perspectiva são feitos combinados com a família sobre os dias e o horário para a realização do atendimento, o diálogo é sempre um fator presente e necessário na expectativa de Atendimento Especializado (Brasil, 2009).

Para que o profissional professor do atendimento especializado, avalie e acompanhe se a inclusão está ocorrendo e se o aluno está evoluindo educacionalmente, ele faz um trabalho com a equipe multidisciplinar onde envolve todos os profissionais que fazem atendimentos com o educando. Ele realiza atividades de acordo as dificuldades que forem encontradas no Aluno, construindo um plano para a análise do que deve ser feito, sempre respeitando e sendo paralelas ao que o professor regular que está ministrando, as questões alinhadas ao currículo (Brasil, 2015).

É necessário destacar que no processo de visitas é importante enfatizar que ainda existem muitas barreiras atitudinais que quando concentrada no espaço escolar, os comportamentos e atitudes dos profissionais da educação, corroboram nesse sentido para uma série de problemas que atrapalham o desenvolvimento do educando, muitas vezes essas situações são recorrentes e não há uma intervenção, alguns se apegam no falta de conhecer para a procrastinação com relação as atitudes com a pessoa com deficiência (Lima; Silva, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho ficou explícito como a parceria entre a ludicidade e o AEE faz a diferença, cada um com suas particularidades, mas que juntos possibilitam diversas estratégias metodológicas para uso dentro da Sala de Recursos Multifuncionais.

A discussão em torno do envolvimento trouxe uma boa perspectiva com relação à participação de cada um dentro do que é proposto para ser desenvolvido. No decorrer do trabalho foi apresentado nuances da ludicidade onde ela foi vista como um fator primordial dentro do presente contexto.

As metodologias de ensino usada dentro do AEE demonstram as suas potencialidades assim como as resoluções de muitos dilemas dentro de sala de aula, já que o professor de AEE faz visita a escola comum para dar orientação sobre os possíveis caminhos que podem ser percorridos para os alunos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Interações, brincadeiras e valores na educação infantil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Por uma Prática Colaborativa no AEE:** Atendimento Educacional Especializado. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2014.

BRASIL. **Lei nº4 de 2 de outubro de 2009.** Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4aUTW65UNVpWT495>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** (Conselho Nacional de Educação, Resolução no. 04 de 02 de outubro de 2009). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. DF, 2009.

FRIEMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil:** observação, adequação e inclusão. 1ª. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

LIMA, Francisco J.; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. **Barreiras atitudinais:** obstáculos à pessoa com deficiência na escola. p. 5-7, 2012. Disponível em:
https://www.deficienciavisual.pt/txt-Barreiras_atitudinais.htm. Acesso em: 11 nov. 2024.

LÚDICO. **MICHAELIS:** Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa, 2022. On-line. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/ludico/#:~:text=Dicion%C3%A1rio%20Brasileiro%20da%20L%C3%ADngu a%20Portuguesa&text=1%20Relativo%20a%20jogos%2C%20brinquedos,e%20divertimentos%2C%20como%20instrumento%20educativo>. Acesso em: 7 nov. 2024.

OLIVEIRA, E. M. **A influência do lúdico na escola:** jogos e brincadeiras no desenvolvimento da educação infantil. [S.l.: s.n.], 2014.

RIZZI, Leonor; HAYDT, Regina Célia. **Atividades lúdicas na educação da criança.** 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SANTOS, F. F. **Artefatos lúdicos como ferramenta na construção do processo de ensino e aprendizagem na educação infantil.** [S.l.: s.n.], 2016.

SILVA, A. M. **A ludicidade: construindo a aprendizagem de crianças na educação infantil.** [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em:
<https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/50878/a-ludicidade-construindo-a-aprendizagem-de-criancas-na-educacao-infantil#!8#ixzz4BCWSatGo>. Acesso em: 04 fev. 2024.

Capítulo 11
A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA
FORMAÇÃO DO ALUNO

Pedrina Patrocínio Xavier
Maisa Barreto dos Santos Souza
Sileide Mendes da Silva

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA FORMAÇÃO DO ALUNO

*Pedrina Patrocínio Xavier*³²

*Maisa Barreto dos Santos Souza*³³

*Sileide Mendes da Silva*³⁴

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral promover reflexões sobre a relação entre escola e família no contexto pedagógico e na formação integral dos alunos, investigando, o papel que cada uma dessas instituições desempenha na sociedade, identificando desafios e propondo soluções para fortalecer essa parceria essencial. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, integrando contribuições teóricas de diversos autores sobre os benefícios da colaboração entre família e escola no desenvolvimento dos estudantes. Constatou-se que uma base familiar sólida, unida a uma relação cooperativa com a escola, contribui significativamente para o sucesso acadêmico, social e emocional dos estudantes. Contudo, essa colaboração requer participação contínua e respeitosa ao papel pedagógico da escola. O distanciamento familiar pode comprometer o vínculo do aluno com a escola, prejudicando seu desenvolvimento integral. Já um diálogo aberto e cooperativo promove um ambiente mais saudável e motivador para o crescimento dos alunos, acadêmico e pessoal.

Palavras-chave: Família. Escola. Educação. Parceria.

INTRODUÇÃO

Educar é um processo extenso que vai além dos limites da escola. A escola organiza os conteúdos a serem ensinados, estabelece normas, métodos e objetivos pedagógicos

³² Graduanda do curso de Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN Remanso Bahia.

³³ Graduanda do curso de Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser - UNIFAN Remanso Bahia.

³⁴ Mestre em educação pela UPE (Petrolina). Professora da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

ligados ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Como uma das primeiras instituições a ser frequentada pelos alunos, ela tem uma grande responsabilidade na formação deles, embora precise do suporte de outras instituições para alcançar êxito em seus propósitos.

A família, por outro lado, exerce um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo, sendo a principal instituição responsável por transmitir valores, comportamentos e princípios que influenciarão diretamente suas atitudes e escolhas ao longo da vida. Além de ser a base emocional e afetiva, a família oferece os primeiros modelos de socialização, colaborando na construção da identidade e da autoestima. Esse ambiente familiar é crucial também para o sucesso educacional, pois a educação formal complementa aquilo que a família ensina em casa.

Dessa forma, a relevância desta pesquisa está na necessidade de discutir as questões educacionais, já que é comum que muitas famílias deleguem totalmente à escola a responsabilidade de educar, afastando-se do seu papel como parceiras no processo educativo. Esse distanciamento pode prejudicar a própria relação dos alunos com a escola, comprometendo seu desenvolvimento acadêmico e social. Por isso, é essencial abordar o papel da escola, da família e da sociedade no contexto da formação integral do aluno. Quando a família se envolve ativamente e a escola colabora com essa participação, cria-se um ambiente mais propício para o sucesso educacional.

O envolvimento dos pais na educação dos filhos é uma questão que chama a atenção dos educadores, já que se considera que o desempenho escolar das crianças está diretamente associado à presença ativa da família na sua trajetória escolar. Diante disso, de que maneira a parceria entre escola e família pode proporcionar um ambiente favorável para que o aluno obtenha sucesso acadêmico?

O presente estudo tem como objetivo geral promover reflexões sobre a relação entre escola e família no contexto pedagógico e na formação integral dos alunos, investigado, por meio de estudos bibliográficos. Busca-se compreender o papel que cada uma dessas instituições desempenha na sociedade e, a partir disso, identificar desafios e propor soluções que auxiliem na superação dos problemas enfrentados por ambas.

Para isso, foram abordados quatro objetivos específicos: primeiro, analisar a importância da participação ativa da família no processo educacional; segundo, identificar os desafios que as escolas enfrentam para obter a colaboração das famílias; terceiro, estudar o impacto do distanciamento familiar no desenvolvimento acadêmico e social dos

alunos; e, por último, propor estratégias para fortalecer a parceria entre família, escola e sociedade. Esses objetivos visam contribuir para a construção de um ambiente educativo mais colaborativo e eficaz.

Esta pesquisa foi conduzida a partir de uma revisão bibliográfica, considerando as contribuições de diversos autores que discutem a importância da relação entre família e escola na formação dos alunos. Cada autor ofereceu uma perspectiva única sobre o tema, enriquecendo o diálogo e fortalecendo a base teórica do estudo.

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa Científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (Gaio; Carvalho; Simões, 2008, p.148).

Esse método permite uma ampliação dos fundamentos proporcionando suporte e validação para os argumentos desenvolvidos. Ao integrar essas diferentes abordagens, o trabalho alcançou uma análise mais profunda e completa, elevando sua originalidade, qualidade e credibilidade ao tratar da influência da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A importância da participação ativa da família na formação humana

A família é essencial para desenvolver uma base sólida na vida dos indivíduos, pois ela sendo a primeira instituição da sociedade, por sua vez ela molda e desenvolve o caráter ético, os valores, o social e o emocional de cada criança. Nota-se no seguinte artigo da Constituição Federal (1988), o papel que a família deve desempenhar na criação e educação de seus membros:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...] (Brasil, 1988).

O papel fundamental da família na educação conforme expresso no artigo 205, é ainda mais evidenciado ao considerarmos os direitos e deveres estabelecidos no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil, que dispõe que a proteção integral das crianças,

adolescentes e jovens é um dever conjunto da família, da sociedade e do Estado, que devem agir de forma articulada para garantir a esses indivíduos o pleno exercício de seus direitos. A norma prioriza com absoluta prioridade, a promoção de condições que assegurem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, e à liberdade, além de possibilitar uma convivência familiar e comunitária harmoniosa.

Ao mesmo tempo, o dispositivo determina que esses grupos sejam protegidos contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Dessa forma, busca-se criar uma rede de proteção que não apenas promove o bem-estar e o desenvolvimento físico e emocional dos jovens, mas também preserva sua dignidade e respeito, além de ter os seus direitos garantidos pela constituição, sendo assim, estabelecendo um compromisso legal e moral com a construção de uma sociedade mais justa, segura e inclusiva.

Os artigos que tratam da educação e da proteção integral das crianças, adolescentes e jovens revelam a necessidade de uma atuação conjunta da família, da sociedade e do Estado para garantir o pleno desenvolvimento e os direitos desses indivíduos. Nesse contexto, o Artigo 229 estabelece que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (Brasil, 2003).

Esse dever dos pais reflete a importância da família como primeira instância de socialização, onde se inicia a formação de valores e padrões que acompanham os indivíduos ao longo da vida. Segundo Oliveira (2003), a família possui funções essenciais, como a sexual, reprodutiva, econômica e, principalmente, a educacional, que é responsável por transmitir os valores e padrões culturais da sociedade. Nesse sentido, a família atua como a primeira instância de socialização, onde a criança aprende as normas, crenças e comportamentos que guiarão suas interações futuras.

O ambiente familiar oferece, ainda, o suporte emocional necessário para o desenvolvimento da autoestima e da identidade. Embora a família desempenhe esse papel inicial de formação, a escola complementa essa função, ampliando o processo educativo e contribuindo para o desenvolvimento intelectual e social da criança. Assim, a responsabilidade pela educação se divide entre família e escola, com cada uma desempenhando papéis específicos, mas igualmente importantes no desenvolvimento integral do indivíduo.

A família desempenha um papel essencial no desenvolvimento do indivíduo, servindo como a primeira instância de socialização e aprendizagem de valores. A escola, por sua vez, é uma fonte contínua de conhecimento e transmissão de valores culturais. Nesse contexto, Dessen e Polonia afirmam que:

A família não é o único contexto em que a criança tem oportunidade de experienciar e ampliar seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento. A escola também tem sua parcela de contribuição no desenvolvimento do indivíduo (Dessen; Polonia, 2007, p. 29).

No âmbito educacional, a família desempenha um papel essencial tanto na educação formal quanto na informal. Assim como a escola, a família é uma instituição vital para o desenvolvimento social, emocional, cultural e cognitivo do indivíduo, sendo responsável pela transmissão de conhecimentos e valores éticos que moldam a formação de cada criança.

Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo. (Dessen; Polonia, 2007, p. 22)

A convivência familiar expande os fatores que influenciam o processo de aprendizagem da criança, pois o ato de aprender vai além das orientações dadas pelo professor em sala de aula, com a convivência familiar, os fatores que influenciam o processo de aprendizagem da criança se expandem. Sem o envolvimento dos pais nesse processo, há um risco de que o conteúdo apresentado ao aluno em sala seja perdido.

Nesse contexto, os pais devem atuar como reforçadores do que é aprendido pelo aluno e ampliadores desses conhecimentos. Para Vygotsky (1998), a formação dos conceitos está relacionada às interações entre pensamento e linguagem, o que também envolve a questão cultural na construção de significados pelos indivíduos.

Além da participação ativa da família, é essencial que o ambiente escolar também se adapte às realidades contemporâneas. Isso levanta a necessidade de um mediador no acesso ao conhecimento, que compreenda a realidade dos alunos. A família, por sua vez, deve cumprir seu papel acompanhando a trajetória escolar dos filhos. Assim como a família é fundamental no desenvolvimento da criança, os professores também são figuras

essenciais no processo de ensino, sendo necessário que atuem de forma eficaz em suas práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos.

Com base nas ideias de Vygotsky (2014), podemos refletir que a aprendizagem ocorre de forma colaborativa, mesmo diante de adversidades, considerando uma situação real vivida pelo indivíduo. Sob essa perspectiva, a didática deve ser vista como um processo que acontece nas experiências concretas da vida humana. Dessa forma, percebe-se que, nesse processo de aprendizado, o aluno é o responsável principal por sua própria aprendizagem, pois ele constrói e desenvolve seu potencial humano, atribuindo sentido e significado aos conteúdos ensinados em sala de aula.

Vygotsky (2014, p. 14), declara que:

[...] essa forma de ligação torna-se possível apenas graças à experiência alheia ou à socialização”, de modo que, sem a orientação de uma experiência alheia, não é possível alcançar um produto da imaginação que correspondesse à realidade. Tal movimento é essencial para a vida humana, pois promove uma ampliação da experiência (Vygotsky, 2014, p. 14).

Em relação às formas de participação da família na vida escolar, Alves e Barbosa (2010) destacam que estar presente não se resume apenas a conversar com os professores, mas que a presença na vida escolar deve começar em casa. Isso inclui mostrar a importância dos estudos, valorizar o aprendizado adquirido na escola, acompanhar as atividades escolares, incentivar a leitura frequente e fazer tudo isso com afeto, diálogo e utilizando abordagens lúdicas.

Sob a perspectiva de Dessen e Polonia (2005), os pais devem participar ativamente da educação escolar de seus filhos, envolvendo-se e participando nas atividades oferecidas pela escola, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança. Essa participação é fundamental não apenas para o aprendizado acadêmico, mas também para o crescimento emocional e social dos alunos.

Quanto às possíveis consequências da ausência familiar no processo educacional, Araújo (2010 *apud* Duarte; Feitosa, 2010) destaca que a falta de envolvimento da família na vida escolar da criança pode gerar desânimo e falta de interesse pela escola, o que pode resultar em diversos problemas educacionais.

A autora reforça que a família precisa demonstrar apreço e respeito pelo ato de aprender e tudo que o envolve, devendo valorizar a educação com atitudes concretas, como a presença e participação na vida escolar dos filhos. Ela também alerta que, quando

os pais não dão importância à escola, os alunos (seus filhos) tendem a não valorizar também, já que muitas vezes as crianças reproduzem as atitudes dos pais. Assim, se os pais são intolerantes essa postura é levada pelos filhos para o ambiente escolar.

2.2 Família e escola: parceria que dá certo para o sucesso acadêmico

A educação é uma ferramenta indispensável para a formação humana tanto pessoal como profissional, por isso ela é tão importante para o desenvolvimento social, emocional, cultural dos humanos. Porém, na visão descrito por Libâneo (2001), destaca sua complexidade e abrangência, indo além da simples transmissão de conhecimento. Educação envolve uma série de processos, influências e ações que impactam o desenvolvimento humano, tanto de indivíduos quanto de grupos, em interação constante com o meio social e natural.

As instituições formais precisam da parceria das famílias pra se obter melhorias no processo de aprendizagem dos educandos. Portanto, é essencial que haja uma colaboração entre ambos, a fim de tornar a educação e o ensino das crianças mais eficazes, conforme defende Osório:

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a Escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do Mundo na luta pela sobrevivência. (Osório, 1996, p.82).

O trabalho conjunto entre família e escola traz muitos benefícios para os alunos, garantindo uma educação que realmente promove a aprendizagem e gera bons resultados na formação dos cidadãos. A troca de informações importantes entre essas duas partes ajuda a aumentar a participação da comunidade na manutenção da escola. Para que a criança tenha um melhor aprendizado e desenvolvimento, é fundamental que existam boas relações entre família e escola, pois esse envolvimento é essencial para o sucesso da aprendizagem do aluno (Prestes, 2006).

A participação da família na vida acadêmica do aluno é essencial, mas não é suficiente por si só. É necessário que a família também ofereça um ambiente acolhedor e seguro, onde o indivíduo possa se desenvolver e se expressar plenamente. De nada adianta a criança ser bem cuidada em casa, mas sofrer algum tipo de preconceito na escola. Da mesma forma, não faz diferença ter um ambiente acolhedor na escola se, em

casa, ela sofre agressões físicas ou verbais. Para que uma criança tenha um pleno desenvolvimento, é essencial que ela cresça em um ambiente acolhedor, repleto de afeto, amor e disciplina.

Quando o contexto em que a criança vive é marcado por desentendimentos, conflitos e falta de carinho, isso pode dificultar seu crescimento em diversos aspectos, como o emocional, social, afetivo e cognitivo. Portanto, para um desenvolvimento eficaz dos alunos, é imprescindível uma parceria verdadeira e colaborativa entre escola e família. Zagury (2002) declara que:

Hoje, a aproximação da instituição educativa com a família incita-nos a repensar a especificidade de ambas no desenvolvimento Infantil. São ainda muitos os discursos sobre o tema que tratam a Família de modo contraditório, considerando ora como refúgio da Criança, ora como uma ameaça ao seu pleno desenvolvimento (Zagury, 2002, p.175)

Portanto, é fundamental que a família participe ativamente da vida escolar, estabelecendo um compromisso conjunto com a educação e o bem-estar das crianças. Essa colaboração é crucial para formar cidadãos conscientes e responsáveis na sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma análise detalhada e reflexão sobre a bibliografia proposta, ficou bem claro e evidente a importância de uma interação plena e consciente entre escola e as famílias dos alunos. Ficou claro que tanto a instituição escolar quanto o núcleo familiar são os pilares essenciais para o avanço acadêmico dos estudantes.

Diante disso, entende-se que, quando os alunos têm uma base familiar sólida e a relação entre família e escola é construída de forma eficaz, o resultado tende ser positivo. Portanto, pode-se afirmar que quanto mais estreita for a interação entre família e escola, maior será o desenvolvimento do aluno.

No entanto, a participação da família na vida dos seus filhos que frequentam a escola deve ser contínua e consciente, sendo essencial a orientação ao aluno e a compreensão dos pais em não interferirem de maneira radical nas práticas e propostas pedagógicas da escola, considerando seus valores pessoais. É necessário que ambas as instituições estejam abertas a um diálogo consciente, com objetivo de aprimorar o desenvolvimento do principal foco dessa questão: o aluno com base nos autores

estudados, acredita-se que o desempenho escolar das crianças tende a melhorar se forem seguidos os princípios e reflexões apresentados.

Entretanto, mesmo com as direções aqui sugeridas, não existe uma fórmula pronta e já comprovada para garantir o sucesso na relação entre família e escola. É importante ressaltar que o trabalho aqui apresentado não busca encerrar a discussão, nem determinar um caminho certo ou errado, o objetivo foi promover reflexões, ou seja, diálogo facilita uma maior aproximação e pode ser o ponto de partida para uma grande transformação no relacionamento entre a família e escola.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R; BARBOSA, M. J. **Ausência dos pais na vida escolar das crianças do ensino fundamental**. 2010. Disponível em:<<https://www.webartigos.com/artigos/aausencia-dos-pais-na-vida-escolar-das-criancas-do-ensino-fundamental/55083>>. Acesso em: 14 out. 2024

ARAÚJO, E. F. **Escola e Família**. 1. Ed. Manaus: Valer, 2010.

DESSEN, M A; POLONIA, A C. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia escolar e educacional**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2005 Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão**. In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001.

OLIVEIRA, PÉRSIO SANTOS DE. **Introdução à sociologia da educação**.03. ed. São Paulo: Ática, 2003.

OSORIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

POLONIA, Ana da Costa and DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.) [online]. 2005, vol.9, n.2, pp. 303-312.

REIS, Risolene Pereira. **Relação família e escola: uma parceria que dá certo**. Mundo Jovem: um jornal de ideias. p. 06. Ano XLV –nº 373 - Fevereiro de 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Imaginação e Criatividade na Infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZAGURY, Tânia. **Escola sem conflito:** Parceria com os pais. São Paulo: Editora Record, 2002.

Capítulo 12
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

Sabrina Ferreira de Vasconcelos
Marcela do Nascimento Cabral
Sileide Mendes da Silva

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Sabrina Ferreira de Vasconcelos*³⁵

*Marcela do Nascimento Cabral*³⁶

*Sileide Mendes da Silva*³⁷

RESUMO

O presente artigo tem como propósito discutir assuntos relacionados a afetividade na educação infantil, trazendo argumentos importantes referentes ao desenvolvimento cognitivo e aprendizagem. Tais argumentos se tornam fundamentais para os profissionais da área da educação por discorrer sobre as práticas pedagógicas e a relação da afetividade com as práticas. Neste trabalho, aborda-se sobre as concepções da afetividade, como também reflexões sobre a educação infantil. Dentre as fundamentações teóricas utilizamos como referência a visão de alguns autores como Reginatto (2013), Almeida (1999), Henri Wallon (1992), Caju (2016), Piaget (1974), entre outros. Este estudo mostra os benefícios e a importância de vincular a afetividade para um melhor desenvolvimento de ensino aprendizagem trazendo relevantes benefícios na aprendizagem das crianças, dentre eles destaca-se a solidariedade, tolerância, respeito, interações com os colegas e professores, gosto pelo estudo, aprendizagem significativa amizade, desenvolvimento cognitivo, dentre outros.

Palavras-chaves: aprendizagem. Afetividade. Benefícios.

1 INTRODUÇÃO

O tema traz pontos importantes e extremamente relevantes, pois trata de um assunto complexo e profundo. Com isso, a importância de abordar o tema e se aprofundar no universo infantil permite uma reflexão sobre as relações entre professor e aluno, e o

³⁵ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. Email: Sabrina.vas250@gmail.com

³⁶ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN – Remanso Bahia. Email: cabralmarcela200@gmail.com

³⁷ Mestre em educação pela UPE (Petrolina). Professora da faculdade Alfredo Nasser – Remanso Bahia. E-mail: sileidemendes@unifan.edu.br.

quanto esse processo de interação contribuirá positivamente para o desenvolvimento da criança.

No passado, a criança era vista como um ser sem importância, era silenciada e ignorada pela sociedade. Hoje, a criança é vista como o centro da educação, e a aprendizagem da criança é de grande importância para o todo. Portanto, quando se pensa na educação, também pensamos na afetividade. O fato é que, ao falarmos em educação, há vários contextos, e a emoção é um deles. A afetividade por parte dos professores e pais dos alunos é muito importante, até mesmo porque é através desse contato que as crianças passam a se sentir mais seguras em sala de aula onde estão inseridas. Os professores acabam se tornando para seus alunos um ponto de apoio, alguém que vai cuidar, ajudar e até mesmo proteger.

O aprendizado significativo só é possível por conta da afetividade, não há como falar em um sem pensar no outro, pois caminham juntos. A criança necessita de cuidado, e quando é cuidada e protegida, ela se empenha muito mais em aprender, e o professor é esse ponto de partida para cada uma delas.

Reginatto (2013) aponta que,

É através da afetividade que nos descobrimos como pessoas e nos relacionamos com os outros, e a criança, que tem necessidade de afeto, pode ter dificuldades para interagir, impedindo a participação eficaz no processo de ensino e aprendizagem (Reginatto, 2013, p.2)

Nesse sentido, o afeto é como uma ferramenta usada em sala de aula com a intenção de atingir a aprendizagem da criança de maneira eficaz. Através do afeto, podemos nos tornar mais humanos, buscando justificativas para compreender o porquê de algumas crianças não evoluírem no processo de aprendizagem. O afeto que o professor deve ter não se refere apenas a colocar a criança no colo e dizer que a tarefa está linda, mas sim a se importar com a aprendizagem da criança.

O educador da educação infantil deve ter como base o conhecimento sobre a afetividade, além de praticá-la em sala de aula. Portanto, é através da experiência que podemos modificar o mundo, com boas práticas pedagógicas que transformem todo o cenário.

Mediante este artigo, pretendemos discutir sobre a importância da afetividade no processo de aprendizagem na educação infantil e como a afetividade contribui para isso, quais são seus benefícios e a significância do professor nesse processo, embasando-se em

filósofos e estudiosos da área de psicologia e educação para assegurar que o aluno não seja caracterizado como “burro” ou “desinteressado”.

Portanto, faz-se necessário levantar alguns dos questionamentos, mediante a problemática descrevemos algumas perguntas, como: porque os professores devem trabalhar a afetividade nas suas práticas pedagógicas? Qual a sua importância? Os alunos da educação infantil demandam da afetividade no seu processo de aprendizagem? Para que necessitam? Qual a importância dos professores receberem seus alunos abertos a transmitir e transbordar a afetividade? E qual é o impacto que a afetividade tem contra a vida de alunos professores e demais pessoas?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE

A afetividade é um estimulante importante para o desenvolvimento infantil é através dessas relações que a criança constrói o saber e a autonomia, por esse motivo a afetividade se faz importante, pois garante a criança a liberdade de expressar os seus sentimentos e emoções. Portanto, esse processo é contínuo na qual o professor busca compreender e estabelecer relações afetivas com os alunos, para que o mesmo se sinta parte do meio escolar, e o professor tem um papel fundamental no que se refere a criar esse ambiente seguro e confortável para o desenvolvimento natural da criança.

Mediante a esses fatos, o vínculo entre professor e aluno conta muito com esse processo, a partir dele que se obtém bons resultados, juntamente com os métodos e maneiras de atuar esses métodos, para isso, o docente precisa conhecer os seus alunos, seja para trazer recursos que atenda as necessidades da turma como também para obter resultados, todo estará ligado com o mesmo objetivo de desenvolver aprendizagem significativa nos discentes.

De acordo com Almeida (1999):

A afetividade, assim como a inteligência, não aparece pronta nem permanece imutável. Ambas evoluem ao longo do desenvolvimento: são construídas e se modificam de um período a outro, pois à medida que o indivíduo se desenvolve, as necessidades afetivas se tornam cognitivas (Almeida, 1999, p. 50)

Desse modo, notamos o quanto esse processo afetivo é importante, pois é na primeira infância que esse contato e essa troca de afeto com a família, colegas e

professores é imprescindível, pois através dessa troca é que se desenvolvem as relações de interagir, comunicar e desenvolver empatia para com os outros, pois é recebendo afeto que é dado afeto. Henri Wallon (1992) foi um psicólogo que se empenhou intensamente no estudo da Afetividade, argumentando que ela se refere à habilidade humana de ser impactado por sensações boas ou más, tanto no ambiente externo quanto no interno.

Mediante a esses fatos, Almeida (2007) demonstra em seus estudos que a afetividade se dá pela construção cultural, na qual não só se expressa por meio do contato físico, mas que também pode surgir através de gestos, atitude como por meio da preocupação com o outro. Devemos levar em consideração, não apenas o afetivo em relação ao abraço e cuidado, mas também da voz a ela para que ela se expresse, e dê vez a ela, para que ela não se sinta incapaz de fazer algo. De acordo com Saltini: “A criança deseja e necessita ser amada, aceita, acolhida, ouvida para que possa despertar para a vida da curiosidade e do aprendizado” (2008, p. 100).

Não a como haver crescimento e desenvolvimento em um ambiente onde não há cuidado, afeto, sentimento de segurança, e esse dever cabe não somente a família, mas também para os professores, que fazem parte e que são extremamente importantes para essa fase de desenvolvimento e crescimento dos pequenos.

2.2 A afetividade no ambiente escolar

Ainda que a afetividade seja um dos aspectos mais importante da natureza humana, há uma existência da incompreensão do que de fato é a afetividade e as diferentes maneiras de manifestá-la. Apesar de ser um tema simples, delicado e complexo, traz perspectivas importantes que permite se aprofundar nos benefícios que afetividade nos proporciona quando compartilhado adequadamente, visto que seja usada como excepcional ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem (Azevedo, 2018).

Osteto (2017) entende que por conclusão, embora não seja tão simples, em um âmbito adequado e afetivo se torna importante levar em consideração o desenvolvimento de habilidades para que sejam trabalhadas o controle das emoções, a autoconsciência emocional, a empatia, o canalizar produtivo das emoções, a lida assertiva nos relacionamentos. Essas habilidades ou competências poderá ser compartilhada na medida em que as constantes experiencias os permita se apresentar de exemplos replicando no futuro inclusive as complexas relações entre professor e aluno.

A afetividade, assim como a inteligência, não aparece pronta nem permanece imutável. Ambas evoluem ao longo do desenvolvimento: são construídas e se modificam de um período a outro, pois à medida que o indivíduo se desenvolve, as necessidades afetivas se tornam cognitivas (Almeida, 1999, p. 50).

Mediante a esse fato, o grande desafio do professor para que ocorra uma evolução significativa é de enxergar o aluno em sua plenitude, já que vivem em âmbitos diferentes, é preciso compreender o contexto onde cada um está introduzido, dessa forma atribuir benefícios para compreender a interação entre professor e aluno que devem ser introduzidas dando contribuições consideráveis ao desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem.

Com isso, afirma Rossini (2001), que é necessário dar espaço para a afetividade através dos limites e do respeito com as etapas de desenvolvimento físico cognitivo e psíquico da criança, e com isso a afetividade se manifesta como maneira de unir a criança com a realidade, por intermédio da compreensão, procurando a formação de um sujeito crítico e reflexivo.

Segundo Wallon:

As emoções consistem essencialmente em sistemas de atitudes que, para cada uma, correspondem a certo tipo de situação. Atitudes e situação correspondente se implicam mutuamente, constituindo uma maneira global de reagir que é de tipo arcaico e frequente na criança. Uma totalização indivisa opera-se então entre as disposições psíquicas, todas orientadas no mesmo sentido, e os incidentes exteriores. Disso resulta que, com frequência, é a emoção que dá o tom ao real. Inversamente, porém, incidentes exteriores adquirem o poder de desencadeá-la de maneira quase certa [...] (Wallon, 2007, p. 121).

De acordo com o autor da citação acima, apresenta uma visão de que para cada uma das experiências vividas que resulta em emoções, procedendo-se também diferentes atitudes, que em contrapartida estão ligados a um exato tipo de situação.

Segundo Caju (2016), a afetividade manifesta-se naquilo que experimentamos e através dela que espelhamos a maneira que lidamos com as situações. Portanto, por meio dela a autora traz a perspectiva da afetividade em uma concepção admitindo que a afeto é orgânica vindo da essência como ser humano.

Caju (2016), seguindo ainda esse raciocínio a autora realça a importância da afetividade dirigida aos interesses pedagógicos que beneficie o processo educativo referente ao aprendizado do indivíduo.

Portanto, o professor tem um papel importante, que segundo a perspectiva de Pereira (2017), a relação entre professor e aluno é uma forma de superar padrões para um melhor entendimento com um olhar profundo e atento para o conceito de afetividade, tendo em vista o estímulo do afeto para o desenvolver do ensino/aprendizagem.

A pedagogia afetiva deve ganhar vida na sala de aula, para existirem com maior frequência, o toque, o sorriso, a conversa, o entendimento, o perdão e as descobertas num vigoroso manancial de afeto, onde recebe e se estimula o respeito, e se aprende, na prática a envolver-se e compartilhar o maior (Caju, 2016, p. 44)

Com base na citação, a afetividade deve ser inserida com mais precisão em sala de aula, pois tem grandes impactos, todos eles positivos, com isso, nota-se que, o afeto não só molda comportamentos como também ensina e por meio dele pode – se tira proveito para uma boa relação e colaboração dos alunos, quando vinculadas adequadamente proporcionam uma troca que reforça esse vínculo e importância.

A vida afetiva, como a vida intelectual é uma adaptação contínua e as duas adaptações são, não somente paralelas, mas interdependentes, pois os sentimentos exprimem os interesses e os valores das ações, das quais a inteligência constitui a estrutura (Piaget, 1971, p.271).

3 AFETIVIDADE E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

A afetividade desde que nascemos nos rodeia e nos faz sermos como somos, e ela que nos ajuda com nossos sentimentos. De acordo com Piaget (1974, p.54) “parece existir um estreito paralelismo entre o desenvolvimento afetivo e o intelectual, com este último determinando as formas de cada etapa da afetividade”. A afetividade é a base para o desenvolvimento como pessoa, como ser pensante ela é o ponta-pé para ser quem somos.

As crianças que crescem com essa necessidade de afeto suprida, tem mais facilidade com o desenvolvimento, com a relação entre colegas e resolução de conflitos, dentre outros.

3.1 O desenvolvimento humano e as emoções

O desenvolvimento emocional da criança é profundamente influenciado pela afetividade, que se reflete primeiramente em seu comportamento e, em seguida, na sua expressão pessoal.

De acordo com Almeida (1999, p. 41), Wallon destaca a importância da emoção no desenvolvimento humano, considerando-a como manifestação da vida afetiva. Para Wallon, a emoção se refere às expressões corporais que refletem o estado de espírito de uma pessoa, abrangendo sentimentos e desejos”.

O desenvolvimento humano é um processo contínuo e dinâmico, pois o indivíduo está em constante evolução e transformação. Esse processo abrange tanto o crescimento mental quanto o orgânico, considerando as características típicas de cada fase da vida e respeitando as singularidades de cada pessoa”.

Conforme Almeida (2001), a afetividade, assim como a inteligência, não é um traço fixo ou inato. Em vez disso, ambas evoluem e se transformam ao longo do desenvolvimento humano, sendo construídas e modificadas gradualmente. À medida que o indivíduo cresce, as necessidades afetivas se integram com as cognitivas, refletindo uma evolução contínua.

A muitos teóricos que buscam explicar esse processo de aprendizagem de acordo com as teorias psicogenéticas, para Wallon (1968):

Entre as atitudes emocionais dos sujeitos que se encontram num mesmo campo de percepção e de ação, institui-se muito primitivamente uma espécie de consonância, de acordo ou de oposição. O contacto estabelece-se pelo mimetismo ou contraste afetivos. É assim que se instaura uma primeira forma concreta e pragmática de compreensão, ou melhor, de participacionismo mútuo. O contágio das emoções é um facto comprovado variadíssimas vezes. Depende do seu poder expressivo, no qual se basearam as primeiras cooperações de tipo gregário, e que incessantes permutas e, sem dúvida, ritos coletivos transformaram de meios naturais em mímica mais ou menos convencional (Wallon, 1968, p. 149).

Wallon (1968) afirma, em outras palavras, que o comportamento de uma pessoa pode influenciar o dos outros, seja de forma positiva ou negativa, especialmente quando estão no mesmo ambiente. Esse processo de adaptação ou imitação ocorre por que o ser humano é naturalmente sociável e aprecia a companhia de outros; e é nas interações que ele se expressa e dialoga.

No contexto da sala de aula, isso significa que o professor, consciente de que seus alunos e ele mesmo são constituídos não apenas por cognição, mas também por emoção e motricidade, deve planejar atividades que contemplem esses três aspectos (mesmo que nem sempre ao mesmo tempo). Dessa forma, o aprendizado se torna mais dinâmico e significativo para o aluno, contribuindo para seu desenvolvimento integral. Por outro

lado, se o professor focar apenas no aspecto cognitivo, estará promovendo apenas uma memorização superficial e temporária, e não um aprendizado real e duradouro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A afetividade na educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral das crianças. Em um ambiente onde o vínculo afetivo é valorizado, as crianças se sentem seguras, acolhidas e motivadas a participar das atividades e interações, criando uma base sólida para o aprendizado. Este estudo reforça a ideia de que a afetividade é um fator essencial que vai além do aspecto cognitivo, promovendo também o desenvolvimento emocional e social da criança.

Os vínculos afetivos estabelecidos entre professores e alunos facilitam o processo de aprendizagem, pois as crianças se sentem mais à vontade para explorar, questionar e se expressar. Quando o professor demonstra empatia, compreensão e interesse genuíno pelas necessidades de cada aluno, cria-se um ambiente em que a criança se sente valorizada e compreendida. Isso impacta diretamente sua autoconfiança e autoestima, elementos fundamentais para o enfrentamento dos desafios escolares e futuros.

A afetividade, portanto, contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais, como a cooperação, a comunicação e o respeito pelo outro, características que serão indispensáveis ao longo da vida. Além disso, a interação afetiva fortalece o sentimento de pertencimento ao grupo, favorecendo a construção de laços com os colegas e a resolução de conflitos de forma mais saudável. Diante das evidências apresentadas, torna-se claro que o papel do educador na educação infantil não se limita à transmissão de conhecimento, mas também envolve a capacidade de acolher e lidar com as emoções dos alunos.

A formação inicial e continuada dos professores precisa incluir aspectos relacionados à afetividade, para que eles possam reconhecer e valorizar a importância das relações afetivas no contexto escolar.

Desse modo, considerar a afetividade como parte essencial do processo educativo não é apenas benéfico para o desenvolvimento acadêmico, mas é uma forma de contribuir para a formação de indivíduos mais seguros, autônomos e socialmente responsáveis. Assim, a afetividade na educação infantil deve ser incentivada e incorporada como um

pilar do ensino, visando o desenvolvimento completo da criança e preparando-a para uma vida equilibrada e participativa na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **A afetividade e suas implicações no desenvolvimento infantil**. 2. ed. São Paulo: Editora X, 1999. (Coleção Educação e Psicologia, v. 3). 150 p.

ALMEIDA, M. **A construção afetiva no contexto educacional**. 3. ed. São Paulo: Editora Y, 2001. Disponível em: <https://www.exemplo.com>. Acesso em: 5 out. 2024.

ALMEIDA, M. **Afetividade e cognição no desenvolvimento da criança**. São Paulo: Editora Z, 2007. Cap. 2, p. 45-67.

AZEVEDO, L. R. **O papel da afetividade no processo de ensino-aprendizagem**. São Paulo: Editora A, 2018. 230 p. ISBN 978-85-123-4567-8.

CAJU, F. **Pedagogia afetiva: sua importância na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Editora B, 2016. 280 p.

OSTETO, R. **Habilidades socioemocionais no ambiente escolar**. São Paulo: Editora C, 2017. (Série Educação Contemporânea, v. 2).

PEREIRA, J. **A afetividade no contexto educacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora D, 2017. Disponível em: <https://www.exemplo.com>. Acesso em: 10 out. 2024.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Trad. Maria do Carmo Santiago. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971. 320 p.

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. Trad. Olga L. Silva. São Paulo: Ática, 1974. 290 p. (Coleção Psicologia Moderna, v. 5).

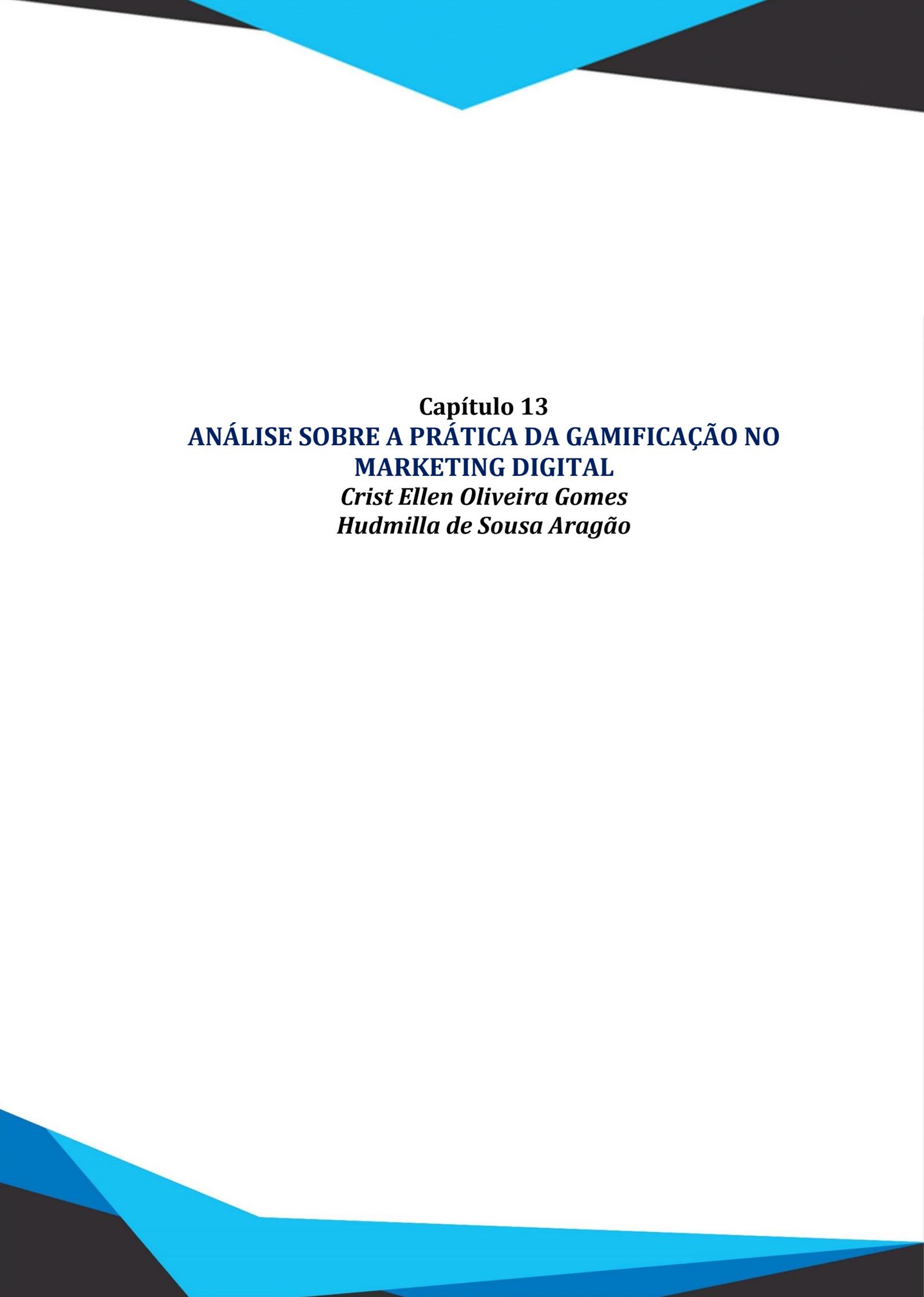
ROSSINI, M. **O papel da afetividade no desenvolvimento infantil**. São Paulo: Editora F, 2001. Cap. 3, p. 89-110.

SALTINI, A. **A importância do afeto para a aprendizagem infantil**. São Paulo: Editora E, 2008. (Coleção Psicologia e Educação, v. 1).

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1968.

WALLON, H. **As emoções como fator de desenvolvimento**. São Paulo: Editora H, 1992. Cap. 4, p. 121-140.

WALLON, H. **A afetividade e a aprendizagem**. São Paulo: Editora I, 2007.



Capítulo 13
ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA DA GAMIFICAÇÃO NO
MARKETING DIGITAL
Crist Ellen Oliveira Gomes
Hudmilla de Sousa Aragão

ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA DA GAMIFICAÇÃO NO MARKETING DIGITAL

Crist Ellen Oliveira Gomes³⁸

Hudmilla de Sousa Aragão³⁹

RESUMO

Introdução: Em meio a alta competitividade, as organizações, para se diferenciarem das concorrentes, têm a necessidade de implantar métodos que as distingam das demais, e assim, atrair os consumidores. As redes sociais são plataformas que visam promover a comunicação, por meio da interação e socialização na internet, oferecendo serviços que permitem que os usuários tenham uma relação de maior proximidade com outros indivíduos e com organizações. **Objetivo Geral:** Analisar os principais meios de gamificação, utilizados pelas organizações, com o intuito de atingir as metas de engajamento de público. **Objetivos Específicos:** Analisar os principais aspectos e tendências ligadas à gamificação no marketing digital; analisar os resultados e os impactos da gamificação na obtenção e retenção de clientes nas empresas, entender as medidas adotadas e a otimização de estratégias de gamificação no contexto do marketing digital e identificar os desafios enfrentados pelas empresas ao implementar estratégias de gamificação no marketing digital. **Procedimentos Metodológicos:** O método utilizado para coleta de informações para esta pesquisa foi a abordagem bibliográfica e qualitativa. **Referencial teórico:** a função do marketing digital é a propagação de marcas e produtos por intermédio de mídia digital, de modo que inspira a aquisição de produtos, pode ser entendido como o modo de facilitar e gerar retorno utilizando o tempo disponível na estrutura de entretenimento. **Considerações finais:** A integração da gamificação no marketing digital abre novas possibilidades para as empresas se destacarem e conquistarem a lealdade dos consumidores, fazendo com que os próprios clientes disseminem a marca. **Palavras-chaves:** Gamificação; Marketing Digital; Redes Sociais.

³⁸ Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Alfredo Nasser de Remanso.

³⁹ Mestre em Educação, docente dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Alfredo Nasser de Remanso.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos corroboraram para que a sociedade se ajustasse às mudanças, de modo que a *internet* ganhou destaque como facilitadora do dia a dia (Cruz, 2014). A *internet* facilitou a comunicação dos indivíduos, em nível mundial, possibilitando interações a qualquer momento (Castells, 2003). Em consequência disso, provocou agilidade nas informações e propagandas, facilitando a integração de comportamentos e convicções (Silva, 2017), assim, favorecendo a comunicação entre as pessoas e as organizações (Eduvirges; Santos, 2012), tornando o ambiente mercadológico mais competitivo (Cintra, 2010). Em meio a alta competitividade, as organizações, para se diferenciarem das concorrentes, têm a necessidade de implantar métodos que as distingam das demais, e assim, atrair os consumidores (Nascimento, 2012).

As redes sociais são plataformas que visam promover a comunicação, por meio da interação e socialização na internet, oferecendo serviços que permitem que os usuários tenham uma relação de maior proximidade com outros indivíduos e com organizações (Santos, 2022). Esta realidade motivou as organizações procurar meios de reter atenção do público, e o marketing digital possibilita maior interação entre o público e a organização (Cruz, 2014), por ser uma ferramenta encontrada por meio da *internet* para conquistar e atingir a lealdade do público (Amâncio, 2009).

Em complemento ao exposto, este estudo traz a gamificação. Uma ferramenta que diz respeito à utilização de estrutura de jogos dentro de outros tipos de contexto. (Deterding *et al*, 2011). Alinhado a essa perspectiva, o presente estudo se justifica pela observação do mercado em atender os consumidores que necessitam de experiências interativas e envolventes, que são percebidas e ajustadas por meio do marketing digital utilizando a gamificação, a qual tem se tornado uma ferramenta estratégica capaz de obter resultados expressivos.

Para tanto, a pesquisa versará sobre a seguinte perspectiva: de que forma as estratégias da gamificação podem ser aplicadas para auxiliar o marketing digital, de modo que possam contribuir na captação e retenção do público. Para que haja comprovação ou refutação da justificativa levantada, o presente estudo tem como objetivo geral: Analisar os principais meios de gamificação, utilizados pelas organizações, com o intuito de atingir as metas de engajamento de público.

Com base nisso, busca-se elucidar os pontos levantados nos objetivos específicos: análise dos principais aspectos e tendências ligadas à gamificação no marketing digital, análise dos resultados e os impactos da gamificação na obtenção e retenção de clientes nas empresas, entender as medidas adotadas e otimização de estratégias de gamificação no contexto do marketing digital, identificação dos desafios enfrentados pelas empresas ao implementar estratégias de gamificação no marketing digital.

O método utilizado para coleta de informações para esta pesquisa foi a abordagem bibliográfica e qualitativa. A pesquisa bibliográfica é caracterizada pela investigação e avaliação da produção acerca de um tema específico (Gil, 2002). A pesquisa qualitativa está intrinsecamente ligada à exploração dos significados que os indivíduos atribuem a suas vivências no contexto social e a compreensão que estes têm do mundo que os rodeia, assim, busca interpretar os fenômenos sociais, como interações, comportamento, tendo em conta os sentidos que os participantes lhe conferem (Pope; Mays, 2005).

2 MARKETING DIGITAL

O marketing digital emergiu como uma ferramenta para facilitar de maneira mais segmentada as estratégias de comunicação empresarial, proporcionando a exploração de novas vias de divulgação de produtos e serviços por meio da *internet*. A implementação do marketing digital tem o potencial de criar oportunidades para atrair mais clientes e expandir a rede de contatos (Segura, 2009).

O marketing digital representa uma tática mercadológica direcionada à segmentação de audiências específicas, cujos interesses convergem com produtos ou são promovidas por uma dada entidade corporativa. A internet enquanto facilitadora da comunicação instantânea emerge como um componente crucial e um agente modelador da percepção da marca e das operações comerciais de uma organização. Assim, é importante que as empresas contemporâneas compreendam a significância de sua presença neste cenário qual se dirige como uma ferramenta a competitividade (Junior, 2020).

Sendo assim, a função do marketing digital é a propagação de marcas e produtos por intermédio de mídia digital, de modo que inspira a aquisição de produtos, pode ser entendido como o modo de facilitar e gerar retorno utilizando o tempo disponível na estrutura de entretenimento (Murakami, 2010). Por ser um meio de promoção de

produtos ou marcas através das mídias digitais, é utilizado pelas empresas para conseguirem corresponder-se com o público de maneira clara, individualizada e tempo apropriado (Peçanha, 2020).

Em sua totalidade o marketing digital fomentou um leque de oportunidades operando como ferramenta de sucesso no interior das empresas, nas abordagens operacionais, na esfera da comunicação corporativa e com fornecedores. Além disso, é um instrumento com potencial de angariar clientes novos e manutenção da fidelidade, em consequência disso, leva a concretização das necessidades de seu consumidor final (Vaz, 2010).

Por fim, o marketing digital desempenha o papel crucial nas perspectivas dos processos decisórios dos consumidores, uma vez que é por meio dele que são geradas todas as impressões, aspirações e até mesmo entendimento do problema que irá instigar o comprador a adquirir ou não o produto, levando em consideração suas atitudes após a compra. Esta fase se torna significativa e pode contribuir para a fidelização do consumidor a marca. Assim, a implementação do marketing digital eficaz é fundamental para atrair e fidelizar seus seguidores e consumidores (Caro, 2010).

3 GAMIFICAÇÃO

A gamificação é um termo que se refere à utilização de componentes encontrados em jogos, com a finalidade de envolver e motivar pessoas a realizarem ações, favorecendo o aprendizado e elucidação de desafios encontrados fora do âmbito habitual de entretenimento (Kapp, 2012). De maneira clara, é possível afirmar que ela se fundamenta na integração dos elementos característicos de jogos, adequando-os a cenários, produtos e serviços que não são diretamente jogos, todavia intencionam a impulsionar a motivação e conduta do indivíduo (Busarello *et al* 2014). Ao ser integrada aos negócios, a gamificação configura-se como marketing gamificado, cujos objetivos possuem semelhança com o marketing tradicional que tem o intuito de atrair clientes e consumidores no ramo pretendido pela organização ao passo que mantém os atuais satisfeitos (Chou, 2013).

O objetivo da gamificação é o aumento do engajamento, integrando motivação intrínseca. É o que parte do indivíduo fazendo com que ele decida se irá ou não realizar uma determinada ação, impulsionado por fatores como competição, cooperação, agressão

e amor. O aumento da motivação intrínseca é o principal desafio para a eficácia da gamificação, uma vez que o desenvolvimento pode ser temporariamente adquirido por meio de recompensas extrínsecas (Burke, 2015).

Cabe ressaltar que a gamificação proporciona a criação de um ambiente lúdico e uma experiência singular e memorável. É por essa razão que essa estratégia é cada vez mais adotada em diversos setores, promovendo um maior engajamento tanto de clientes quanto de colaboradores. A eficácia das abordagens gamificadas na organização pode ser atribuída à capacidade de oferecer sistemas de pontuação, conquista de distintivos e a apresentação de uma variedade de desafios. A atribuição de prêmios é essencial para incentivar a interação contínua do usuário, podendo assumir diferentes formas, como descontos, medalhas virtuais e outros. Além disso, é viável categorizar os clientes, de modo que ao atingirem um objetivo, sejam promovidos a fases mais avançadas, assemelhando-se aos princípios de jogos convencionais, por seu apelo viciante (Almeida, 2017).

Por conseguinte, é importante expressar que não são todas as mecânicas que podem ser empregadas na gamificação, caso estejam ligadas a motivação externa, podem atrapalhar o engajamento e motivação do indivíduo (Kapp, 2012). Então, há a necessidade em saber sobre a forma que a gamificação pode ser utilizada em um ambiente corporativo (Robson *et al* 2015). Quando utilizada no espaço organizacional, desenvolve a incorporação das dinâmicas de jogos em um site, serviço corporativo, comunidade online, portal de conteúdo ou campanhas de marketing, intencionando instigar a participação e fomentar o envolvimento. De maneira fundamental, a metodologia da gamificação analisa e incita a vontade natural das pessoas por competitividade, conquista e expressão individual (Association for Project Management, 2014).

3.1 GAMIFICAÇÃO NO MARKETING DIGITAL

Na maioria das organizações, o marketing serve como ponto inicial para adoção da gamificação. Uma implementação bem executada pode acarretar benefícios significativos (Burke, 2014). Exemplo disso foi a aplicação de uma estratégia de gamificação híbrida, com o *Nike Run Club* (NRC), que além de um exemplo de gamificação externa, direcionada aos consumidores da marca, age também como uma ferramenta de mudança comportamental, uma vez que incentiva a melhoria da qualidade de vida intermediada

pela prática de exercícios físicos. Ao realizarem os desafios do NRC, os corredores experimentam a satisfação de se posicionarem entre os melhores atletas do aplicativo. Grande parte dos usuários utilizam o aplicativo com o intuito de praticarem exercícios físicos, porém há incidência de propagandas de artigos esportivos e envio de notificações que destacam produtos novos. Com a possibilidade de compartilhamento das conquistas nas redes sociais, os próprios usuários promovem de maneira gratuita a marca, corroborando com sua disseminação (Abreu, 2019).

A aplicação da gamificação não se resume simplesmente a inclusão de distintivos em uma plataforma online, é necessário adotar uma metodologia mais criteriosa. Adicionalmente, caso haja a expectativa de que a gamificação possa solucionar os principais desafios enfrentados pela organização, como a qualidade insatisfatória dos produtos ou a falta de adequação destes ao mercado, tal expectativa será frustrada (Zichermann; Cunningham, 2011).

Os benefícios apresentados podem ser empregados em diversas esferas, levando a efeitos positivos quando sua realização tem uma participação significativa das pessoas envolvidas. Na esfera do marketing, sua finalidade primordial, está no engajamento dos consumidores, atrair atenção, fidelizar e aprimorar o vínculo estabelecido e pode acarretar vantagens adicionais, tais como estímulo de recomendações: o cliente indica um produto a um terceiro e é recompensado por essa ação. Demonstração do produto ou serviço: é empregada uma maneira lúdica para demonstrar como é o funcionamento do produto ou serviço. Incremento nas vendas: como ferramenta para impulsionar as vendas, à medida que os clientes realizam compras acumulam benefícios, mantendo o incentivo. Interatividade com o cliente: ao promover uma interação lúdica e leal, a marca torna-se mais próxima ao público (Vieira, 2022).

É fundamental que se promova uma atmosfera de otimismo ao desenvolver estratégias de gamificação. Respeitar a autonomia dos usuários é primordial, evitando assim criar ambientes excessivamente negativos que possam desencorajar sua participação contínua. Para enfrentar esse desafio, é recomendável adotar abordagens que ofereçam variedade, especialmente no que diz respeito ao sistema de classificação. Além disso, é crucial elaborar recompensas atrativas, reconhecimento que tais incentivos são elementos essenciais para manter engajamento dos usuários. Entre as possíveis recompensas, estão pontos conversíveis em produtos ou descontos, ofertas personalizadas e distintivos para clientes VIPs. Para garantir o sucesso dessas estratégias,

é fundamental estabelecer métricas claras para monitorar o progresso, incluindo dados como o número de visitantes ativos, origem do tráfego, e taxa de conversão (Sobral, 2024).

O campo do marketing tem adotado a estratégia de gamificação com o propósito de estimular, envolver e assegurar lealdade de clientes e usuários (Zichermann; Cunningham, 2011). Neste sentido, para implementar um projeto de gamificação visando alcançar resultados positivos é imprescindível compreender principalmente quais são os objetivos almejados com a iniciativa (Werbach; Hunter, 2012). O marketing desempenha um papel fundamental na introdução da ludificação nas empresas. Ao passo que as organizações testemunham os resultados favoráveis trazidos pela gamificação, passam a demonstrar uma propensão em estender seu emprego em outras áreas da organização. É imprescindível que a implementação seja conduzida de maneira apropriada, do contrário, há possibilidade de que os resultados não saiam conforme o esperado e, desse modo, a gamificação será vista com um meio ineficaz, mesmo que na realidade o problema resida em uma aplicação inadequada (Abreu, 2019).

Acerca dos benefícios da gamificação que podem ser vistos, há elevação de engajamento com os usuários e clientes, reduzindo a chance de que o conteúdo seja ignorado durante a visualização. Aumento significativo nas taxas de conversão garantido pela elevada motivação dos visitantes em sites devido aos jogos e recompensas. Aprimoramento do reconhecimento da marca e fidelização promovida pelo maior engajamento com conteúdo (Caixeiro, 2021).

No âmbito do marketing, a gamificação tem um potencial de intensificar o desenvolvimento e promover a lealdade dos consumidores. Isso se deve ao fato de que essa abordagem possibilita uma conexão mais profunda e conseqüentemente uma maior satisfação do cliente (Santos, 2024).

A estratégia de marketing de gamificação tem transformado significativamente o panorama do marketing digital, empregando os fundamentos dos jogos para atrair e engajar os consumidores de forma altamente eficaz. Diante da constante evolução dos padrões de consumo, a integração da gamificação torna-se indispensável para os profissionais de marketing, permitindo-lhes manter a competitividade no dinâmico cenário do marketing digital (Barreiros, 2024).

Ao contrário dos jogos, que são empregados para propósitos educacionais e corporativos, a gamificação não é uma abordagem que deva ser implementada esporadicamente. Esta ferramenta proporciona melhores resultados quando utilizada

como uma estratégia continua incentivando constantemente o público-alvo e coletando dados para seu aprimoramento. Os métodos podem ser inclusivos, mas isso não implica que qualquer tipo de jogo possa ser utilizado. A qualidade da atividade deve sempre ser considerada na implementação dessa estratégia, além de não perder de vista o objetivo da ação, deve-se criar uma dinâmica que envolva os usuários, tornando a experiência cativante e inovadora (Araújo Filho *et al*, 2020).

É crucial que as ações gamificadas sejam alinhadas com as características das pessoas. Não faz sentido elaborar um processo complexo totalmente digitalizado se seu público não tem o hábito de utilizar diversos aplicativos e conectar contas pela *internet* (Caixeiro, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar a relevância do estudo sobre as estratégias gamificadas no marketing digital, uma vez que se mostra como uma ferramenta com significativo potencial de envolver os consumidores, proporcionando experiências que contribuem para captação e retenção do público-alvo. Além disso, ao apresentar os impactos da gamificação, orientar profissionais e organizações acerca da implementação de práticas mais eficientes e criativas, resultando em benefícios econômicos e sociais.

Com a ascensão da *internet* e a facilidade que as pessoas passaram a ter informações acerca das marcas, os clientes tornaram-se mais exigentes, resultando em transformações no marketing ao longo do tempo. Mediante a isso, o marketing digital se destaca como abordagem essencial para as organizações que buscam diferenciar-se no mercado a fim de alcançar seus objetivos empresariais.

Assim sendo, a gamificação traz para as organizações o alcance das metas de engajamento e através do uso de recompensas atrativas para os consumidores. A integração da gamificação no marketing digital abre novas possibilidades para as empresas se destacarem e conquistarem a lealdade dos consumidores, fazendo com que os próprios clientes disseminem a marca. Por meio da aplicação criativa de elementos presentes nos jogos, é possível estabelecer experiências únicas que têm a capacidade de cativar e engajar o público, fortalecendo o relacionamento entre empresa e cliente, uma vez que a comunicação entre esses dois elos é feita de maneira mais dinâmica.

No entanto, é importante ressaltar que o sucesso da gamificação dentro do marketing digital, necessita de um conhecimento aprofundado acerca do público-alvo, da mesma maneira que sua aplicação deve ser feita adequando-se com os princípios do *design* de jogos. Avaliação e monitoramento se fazem fundamentais para os resultados das estratégias de gamificação, ajustando-os conforme for necessário para garantir sua eficácia e relevância contínua.

Assim, ratifica-se que a integração da gamificação com o marketing digital, apresenta-se com potencial de oferecer resultados expressivos para as organizações que buscam se destacar em um ambiente competitivo e em constante evolução.

Versando sobre a elaboração da pesquisa, sendo uma área relativamente nova, mostrou a escassez de estudos acadêmicos disponíveis acerca do tema gamificação com ferramenta dentro do marketing digital, encontrando uma boa parte apenas na língua inglesa, limitando assim a obtenção de referências teóricas, essenciais para a fundamentação e desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e profissionais sobre a temática exposta.

REFERÊNCIAS

ABREU, H. R. **Uma exploração introdutória à gamificação com aplicações no marketing digital**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/engenhariadeproducao/wpcontent/uploads/sites/322/2017/11/hugoramosdeabreu.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ALMEIDA, D. **Veja 9 exemplos de gamificação nas empresas usados para engajar clientes**. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/exemplos-empresas-que-usam-gamificacao/>. 2017. Acesso em: 27 de maio 2024.

AMÂNCIO, M. F. C. **Marketing Digital e as novas ferramentas para atrair o consumidor do Séc. XXI**. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração), Faculdade Cenecista de Capivari (FACECAP), Capivari (SP), 2009. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/52651842/marketing-digital-e-as-novas-ferramentas-para-atrair-o-consumidor-do-sec-xxi-1>. Acesso em: 27 de abr. 2024.

ARAÚJO FILHO, R. C.; OLIVEIRA, F. M.; NOLASCO, J. G. **A carta fora do baralho: o lado obscuro da gamificação**. Revista Valore, Volta Redonda, 5 (edição especial), 355-361. 2020. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/868>. Acesso em: 19 de maio 2024.

ASSOCIATION FOR PROJECT MANAGEMENT. **Introduction to gamification**: 2014. Disponível em: <https://www.apm.org.uk/sites/default/files/gamification%20-%20epdf.pdf>. Acesso em: 18 de mar. 2024.

BARREIROS, J. **O que é Marketing de Gamificação? Benefícios e Exemplos**. 2024. Disponível em: <https://ultahost.com/blog/pt/marketing-de-gamificacao/>. Acesso em: 15 de mai. 2024.

BURKE, B. **Gamify: How Gamification Motivates People to Do Extraordinary Things**. 1. ed. [S.I.]: Bibliomotion, 2014.

BUSARELLO, R. I. **Gamification: princípios e estratégias**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4455428/mod_resource/content/1/Gamification.pdf. Acesso em: 15 de abr. 2024.

CAIXEIRO, R. **Gamificação no marketing**: saiba o que é e como utilizar essa estratégia. 2021. Disponível em: <https://www.edialog.com.br/gamification-a-nova-tendencia-no-marketing-digital/>. 2021. Acesso em 14 de mar. 2024.

CARO, Abrão. **Comportamento do consumidor e a compra on-line: uma análise multicultural**. 2010. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05052010-114514/publico/AbraoCaroTese.pdf>. Acesso em: 06 de abr. 2024.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CHOU, Y. K. **Top 10 Marketing Gamification Cases You Won't Forget**. Yu-kai Chou: Gamification & Behavioral Design, 2013. Disponível em: <https://yukaichou.com/gamification-examples/top-10-marketing-gamification-cases->. Acesso em: 05 de abr. 2024.

CINTRA, F. C. **Marketing Digital: a era da tecnologia on-line**. Artigos Anestesiologia Veterinária. v. 10 n. 1, 2010.

CRUZ, C. A. B., SILVA, L. L. **Marketing digital**: marketing para o novo milênio. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.7, n.2, Pub. 1, abril 2014.

DETERDING, S.; DIXON, D.; KHALED, R.; NACKLE, L. **Gamification**: using game design elements in non-gaming contexts. Conference on Human Factors in Computing Systems – Proceedings. ACM, 2011.

JUNIOR, P. A. B. C. **Marketing digital em mídias sociais e os resultados para as empresas de comércio do vestuário da cidade de Canela/RS**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso II (Como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração) - Universidade de Caxias do Sul, Canela, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/6673/TCC%20Pedro%20A>

dair%20Boeira%20Costa%20J%3%banior.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

KAPP, K. M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education.** John Wiley & Sons, 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=GLr81qqtELcC&oi=fnd&pg=PR12&dq=The+Gamification+of+Learning+and+Instruction:+Gamebased+Methods+and+Strategies+for+Training+and+Education+PDF+EM+PORTUGUES&ots=CMFcaxhcs&sig=6YxiKHaSsvyKHGiNFlqmej5Gmas#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 06 de maio 2024.

MURAKAMI, L. C. **Conceitos básicos de marketing de entretenimento.** In: COBRA, Marcos. (Org.). Marketing de entretenimento. São Paulo: Editora Senac, p. 24-29. 2008.

NASCIMENTO, E. J. **A importância do marketing de relacionamento para uma empresa de pequeno porte.** 2012. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2506/1/EJN29092017.pdf>. Acesso em: 7 de abril de 2024.

PEÇANHA, V. **O que é Marketing Digital? Tudo sobre o conceito, como fazer e começar sua estratégia de Marketing Online em 2024.** 2020. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/marketing-digital/>. 2020. Acesso em: 15 de março 2024.

ROBSON, K.; PLANGGER, K.; KIETZMANN, J. H.; MCCARTHY, I.; PITT, L. **Is it all a game? Understanding the principles of gamification.** Business Horizons, v. 58, n. 4, p. 411-420, 2015.

SANTOS, N. **Descubra como usar a gamificação para fidelizar clientes.** 2024. Disponível em: <https://redeparcerias.com/blog/gamificacao-para-fidelizar-clientes-na-sua-empresa/>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

SANTOS, Carla Priscilla Mendonça. **Marketing digital: redes sociais como canal de comunicação entre empresas e consumidores.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 08, Vol. 02, pp. 05-16. Agosto de 2022. ISSN: 2448-0959.

SEGURA, M. C. **O estudo do Marketing Digital versus Marketing Tradicional e a percepção das suas campanhas por parte dos consumidores no mercado virtual a tradicional.** 2009. Dissertação (Mestrado em estatística e Gestão da Informação) - Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/4036/1/TEGI0234.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

SILVA, M. A. L. **Marketing 4.0 e conteúdo nas mídias sociais: o caso Netflix no facebook.** 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/177738/001062627.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 de março de 2024.

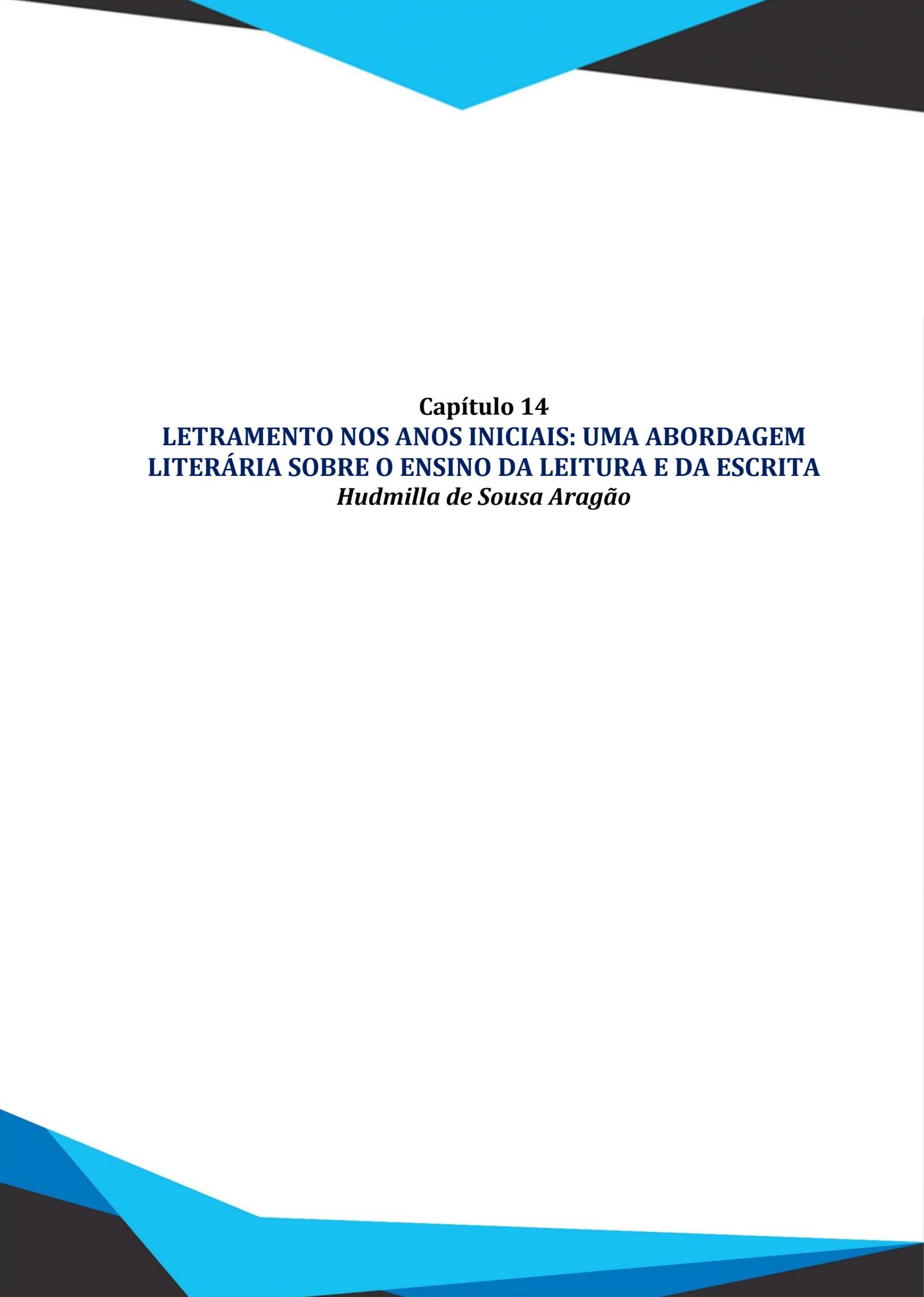
SOBRAL, P. H. **Gamificação e o consumo**: confira as melhores estratégias para aplicar agora mesmo no seu e-commerce. 2024. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/gamificacao-e-o-consumo-confira-as-melhores-estrategias-para-aplicar-agora-mesmo-no-seu-e-commerce>. Acesso em: 23 maio de 2024.

VAZ, C. A. **Google marketing: o guia definitivo de marketing digital**. 3. ed. São Paulo, SP: Novatec Editora, 2010.

VIEIRA, D. **Gamificação: como ela pode ajudar na sua estratégia de marketing**. 2022. Disponível em: <https://www.hostgator.com.br/blog/gamificacao-como-ajudar-no-marketing/>. 2022. Acesso em: 25 de maio de 2024.

WERBACH, K., & HUNTER, D. **For the Win: How Game Thinking Can Revolutionize Your Business**. Wharton Digital Press, 2012. Disponível em: <https://fliphtml5.com/ndhs/wtqf/basic>. Acesso em: 15 de abr. 2024.

ZICHERMANN, G.; CUNNINGHAM, C. **Gamification by Design: Implementing Game Mechanics in Web and Mobile App**. 1ª Edição. Sebastopol: O'Reilly, 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=zZcpuMRpAB8C&oi=fnd&pg=PR7=UwLb5Zx8be&sig=5m5QyU1jndTnrHyb2EI6r5ejjvo&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 27 de maio 2024.



Capítulo 14
**LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS: UMA ABORDAGEM
LITERÁRIA SOBRE O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA**
Hudmilla de Sousa Aragão

LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS: UMA ABORDAGEM LITERÁRIA SOBRE O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA

Hudmilla de Sousa Aragão⁴⁰

RESUMO

Introdução: A alfabetização ocorre através do processo de ensino-aprendizagem da escrita, com o objetivo de fazer com que os estudantes sejam capazes de interpretar os distintos sinais gráficos da escrita, assim como vislumbra a capacidade de transformar os sons da fala em sinais gráficos. É nesse cenário de aprendizagem que a alfabetização e o letramento se unem no intuito de assegurar ao estudante o domínio do sistema alfabético ortográfico da língua, quanto a apropriação das práticas de leitura e de escrita. Diante desse contexto, este instrumento tem como **Objetivo Geral:** Relatar sobre o processo de letramento nos anos iniciais. **Procedimentos Metodológicos:** Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se a metodologia por pesquisa bibliográfica. **Referencial Teórico:** É necessário ver, compreender e aplicar o processo de leitura e de escrita em sua totalidade, tendo a capacidade de abranger todas as dimensões existentes na sociedade, fazendo da dimensão cognitiva apenas mais uma praticada na atualidade. **Considerações Finais:** Identificou-se que a sociedade contemporânea exige uma metodologia de ensino-aprendizagem que perpassa pelo processo de alfabetização e letramento, mesmo que sejam métodos distintos, são indissociáveis para a prática docente e para o desenvolvimento do sujeito leitor com competências voltadas para a criticidade, reflexão e protagonismo. **Palavras-chave:** alfabetização – letramento – séries iniciais

INTRODUÇÃO

A alfabetização ocorre através do processo de ensino-aprendizagem da escrita, com o objetivo de fazer com que os estudantes sejam capazes de interpretar os distintos

⁴⁰ Mestre em Educação. Docente nos de Língua Portuguesa e Língua Inglesa no Colégio Municipal Ruy Barbosa de Remanso.

sinais gráficos da escrita, assim como vislumbra a capacidade de transformar os sons da fala em sinais gráficos.

A especificidade da alfabetização é indispensável para que se tenha o domínio da escrita, de modo que a conquista dos princípios alfabético e ortográfico desenvolvam competências nos estudantes, possibilitando-os à leitura e à escrita de maneira autônoma (Val, 2004).

Os conhecimentos linguísticos para a alfabetização são importantes, visto que são basilares para o desenvolvimento de habilidades de codificação e decodificação da escrita. Para tanto, é necessário despertar na criança o interesse pela leitura e pela escrita em seu cotidiano. É nesse cenário de aprendizagem que a alfabetização e o letramento se unem no intuito de assegurar ao estudante o domínio do sistema alfabético ortográfico da língua, quanto à apropriação das práticas de leitura e de escrita. “Acreditamos que a aprendizagem da leitura e da escrita depende de duas portas de entrada, distintas, mas, indissociáveis e que necessitam ser trabalhadas ao mesmo tempo: alfabetização e letramento (Lopes, 2010, p. 10).

Entretanto, é importante destacar que a alfabetização e o letramento são processos distintos, cada um possui suas especificidades, as quais exigem metodologias e didática diferenciadas. É a partir dessas diferenças que é necessário definir os métodos que serão utilizados para promover o domínio dos conhecimentos linguísticos envolvidos no processo de alfabetização. Dessa forma, “além de trabalharmos com uma diversidade de textos que circulam socialmente, devemos levar os educandos a construir o sistema de escrita alfabético, cabendo à escola pensar em considerações tão importantes como: alfabetizar letrando e letrar alfabetizando” (Lopes, 2010, p. 11).

Quanto ao papel das redes de ensino é importante que essas planejam e definem quais os conhecimentos que serão ensinados e quais as habilidades e competências que almejam desenvolver nos estudantes durante cada etapa de escolarização. Compete também às instituições de ensino serem detentoras de instrumentos que possibilitem fazer a avaliação diagnóstica do estudante, de forma integrada, visto que as crianças antes de chegarem à escola perpassam por diversos contextos de letramento.

Diante desse contexto, este instrumento tem como objetivo geral relatar sobre o processo de letramento nos anos iniciais. Para que o objetivo seja alcançado se faz necessário abordar algumas temáticas, tendo assim, os seguintes objetivos específicos: Demonstrar as diferenças entre a alfabetização e o letramento; identificar quais as

metodologias utilizadas no processo de ensino da leitura e da escrita e por fim, verificar a importância do domínio da leitura e da escrita nos anos iniciais.

Diante desse contexto, é possível desenvolver as seguintes perguntas norteadoras: de que modo o letramento vem sendo aplicado nas instituições de ensino? E qual a importância do letramento no ensino fundamental?

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO LETRAMENTO

O termo letramento é novo nos procedimentos discursivos de especialistas das áreas de educação e de linguística. Foi no ano de 1986, através da palavra inglesa "*literacy*" (letrado), que apontou a necessidade de estudar e especializar sobre o letramento, em decorrência das mudanças sociais, onde um cenário de apenas saber ler e escrever já não era mais suficiente, passou a exigir do indivíduo respostas efetivas acerca das práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita (Silva, 2004).

No Dicionário Houaiss (2001) foram atribuídos três significados ao termo letramento, sendo eles: 1. Representação da linguagem falada por meio de sinais; escrita. 2. Alfabetização (processo) e 3. Conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de materiais escritos.

Embora recente, o letramento se faz necessário para definir as novas concepções pertinentes a uma sociedade que estava mais centrada na leitura e na escrita. Nas duas últimas décadas do século XX, houve uma mudança na maneira de pensar sobre a leitura e a escrita. Estudiosos têm mudado seu modo de analisar e percebem a linguagem como um processo dinâmico inerente ao contexto das atividades sociais, independentemente de seus aspectos, sejam eles: religiosos, familiares, educacionais dentre outros (Silva, 2004).

Letramento é a palavra e conceito recente, adotado na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Surgiu a partir da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassam da atribuição do sistema alfabético e ortográfico, compreende-se como o nível de aprendizagem da língua escrita, perseguida, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização (Soares, 2004).

Depreende-se, pela fala da autora, que o letramento surgiu para suprir as necessidades de domínio da língua oral e escrita, compreendendo as habilidades de ler e

escrever, assim como a competência de fazer uso do objeto de escrita e leitura, alcançando as dimensões da alfabetização e do letramento. Observando a completude em que esses dois processos coexistem na experiência de leitura, escrita e nas práticas sociais, mesmo tendo e sendo conceitos distintos.

Importante ressaltar que o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita deve priorizar o lado reflexivo e crítico do indivíduo, facilitando o processo de construção do conhecimento. Desse modo, existe a necessidade de uma proposta que valorize o uso da língua nas distintas situações sociais, bem como é fundamental a alfabetização para a integração dos aspectos alfabéticos e ortográficos, os quais possibilitam a leitura e a escrita, permitindo que o indivíduo seja inserido nas dimensões socioculturais e políticas.

Frente à contemporaneidade, percebeu-se que alfabetizar o indivíduo, para tão somente conhecer as letras, era insuficiente para o seu convívio em sociedade e, dentro desse contexto, surgiu o termo letramento. Na década de 1980 entrou em pauta os índices de analfabetismo e repetência no Brasil. Vislumbrando um nova perspectiva para o desenvolvimento de competências da leitura e da escrita, Ferreiro e Teberosky (1979) tiveram uma significativa contribuição para o processo.

O conceito de letramento começou a ser utilizado nos ambientes acadêmicos no intuito de segregar os estudos pertinentes ao impacto social da escrita, dos estudos sobre alfabetização, dos quais as conotações destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita (Kleiman, 2008).

Sendo assim, para o uso da alfabetização e do letramento, o docente precisa criar oportunidades em que o estudante possa ser protagonista do contexto e vivenciá-lo intensamente, através da leitura e da escrita. O ambiente educacional, tem como papel fundamental, ser agente provedor de um ambiente alfabetizador, o qual estimula o alfabetizando a ler, produzir e compreender o significado de cada texto de maneira reflexiva, assimilando ao ambiente em que está inserido e seus diversos significados.

2.1 Conceituando o letramento

A inserção da criança no mundo da escrita dá-se pelo domínio de todo o processo tecnológico que envolve o aprendizado de ler e escrever. O estudante precisa, entretanto, saber utilizar e envolver-se nas tarefas de leitura e de escrita.

O estudante pode ser considerado letrado, mesmo que não seja alfabetizado, visto

que ao participar de cenários de letramento desenvolve e utiliza de estratégias orais que possibilitam a construção de conhecimentos sobre a língua que escreve, mesmo sem saber ler e escrever conhece a estrutura da língua escrita.

O letramento é compreendido como o resultado das ações de ensinar e/ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado de apropriar-se dessas habilidades nas práticas sociais, traduz em o estado ou a condição que adquire em grupos sociais ou individual, como consequência, de ter sido inserido em um mundo organizado diferente, neste caso a cultura escrita (Ferreiro, 1988).

A autora em tela aponta que os resultados de ensinar a leitura e a escrita é fundamental por objetivar a aprendizagem. Todavia, é necessário que as informações tenham algum sentido para o estudante, através de textos diversificados e com diferentes formas de leitura, vislumbrando o alcance dos resultados, tendo assim a solução dos problemas. Importante se faz permitir que o sujeito seja protagonista do contexto, desenvolvendo nele a criticidade, a reflexão e a capacidade de construir suas interpretações, permitindo a criança a imaginar e sonhar. Estas atividades favorecem na conscientização fonêmicas, permitindo perceber a relação dos fonemas com os grafemas que buscam implementar nas salas de aula um trabalho de alfabetização na perspectiva do letramento (Kleiman, 1995).

O letramento é a efetividade da participação do sujeito na realidade sociocultural de um grupo. Promovendo condições de compreender e transformar suas realidades sociais e pessoais. Entendemos assim, que uma pessoa não aprende somente pelo cenário individual, mas também pela inserção em contextos que tenham distintos significados e produções em suas redes de relações com o outro (Silva, 2004).

A amplitude do conceito de letramento ocorre quando se leva em consideração o desenvolvimento do processo, utilizando a escrita no cotidiano do sujeito, através das diversas práticas sociais levando em consideração a complexidade da natureza (Soares, 2009).

Infere-se que a eficiência do letramento ocorre no processo do ensino-aprendizagem da escrita e da leitura, tendo como balizadores que a compreensão das situações permite o uso da leitura e da escrita relativos às circunstâncias.

Contudo, a adoção do termo letramento visa atender uma nova perspectiva, visto que a população brasileira passou a preocupar-se com as habilidades da leitura e da escrita nas práticas sociais. Porém, essa transformação traz em seu bojo problemas

referentes a delimitação do sentido, de definição e de mensuração. Ademais de outras capacidades, a leitura inclui etapas de provisionar sobre o texto o significado combinado com as informações, a interpretação e por fim a conclusão. Por outro lado, o aperfeiçoamento dessas capacidades ocorre à medida que o leitor utiliza das estratégias de leitura e o docente seja o mediador da prática para que os objetivos sejam contemplados (Soares, 1999).

Ressalta-se que o indivíduo que tem a habilidade de ler e de escrever é considerado alfabetizado. A leitura e a escrita fazem parte do cotidiano social, por exemplo ler um manual. Desse modo, é importante compreender que ler e escrever é além de uma atividade fim, trata-se de um processo que inclui a prática do letramento. Essa concepção do letramento envolvido nas práticas sociais tem importante relevância nas formas pelas quais os sujeitos envolvidos constroem relações de identidade e de poder (Kleiman, 2004).

Diante do exposto é fundamental compreender a especificidade de cada processo – letramento e alfabetização – proporcionado ao estudante a apropriação do sistema de escrita e das práticas sociais de leitura escrita. Deduzindo que “alfabetizar letrando” o sujeito é permitir que a alfabetização se desenvolva em um cenário em que a criança experimente variados tipos de textos ao passo que constrói a base alfabética. Nesse sentido, há uma linha tênue entre a alfabetização e o letramento, visto que as instituições educacionais são as principais agências provedoras destes processos.

2.2 O ensino da leitura e da escrita

No processo de ensinar a língua escrita em contextos letrados, o docente tem como papel observar o agir das crianças, acolher ou problematizar suas produções, promovendo, sempre que possível, o comportamento reflexivo dos alunos referente à escrita (Weisz, 2000). Tais reflexões revelam a indissociabilidade entre o letramento e a alfabetização na prática pedagógica, onde o processo de ensino-aprendizagem do código esteja diretamente ligado às práticas sociais de utilização da escrita.

Para auxiliar os alunos a ultrapassarem as dificuldades no processo de alfabetização, o docente deverá trabalhar diferentes contextos que abarcam números e letras.

Trabalhar com o nome dos alunos é fundamental porque toda criança atribui

apreço ao próprio nome e se interessa em aprendê-lo e aqueles que já sabem “grifar” a assinatura descobrem coisas novas ao observar a escrita e os nomes dos colegas (Carvalho, 2002). O ideal é que o planejamento do projeto pedagógico envolva atividades lúdicas, de escrita e leitura, assim como a escrita do nome dentre outras atividades que podem ser desenvolvidas durante o processo de alfabetização.

Importante também que durante o ensino-aprendizagem da criança, o processo de alfabetização ocorra de maneira divertida, de fantasias, de imaginações e de realizações. Deixando que a criança seja o autor de seu desenvolvimento, visualizando no docente um suporte e um mediador do seu desempenho. Aliado a estas etapas, o educador deve permitir que o aprendiz utilize de desenhos livres, pois são os primeiros registros da representação da fala que se apresenta na vida escolar.

Ao que tange á competência da leitura, essa ocorre quando o leitor é capaz de selecionar trechos que atendam a sua necessidade, que utiliza de estratégias de leitura pertinentes à abordagem e, conseqüentemente permite a tomada de decisão. Formar um leitor competente é aperfeiçoar o sujeito, o qual compreende o que lê; que possa aprender, e também identificar os elementos subliminares; tem a perspicácia em associar os textos lidos; que entende a existência da diversidade de textos; que consiga justificar e elucidar a leitura a partir da identificação de elementos discursivos. Um leitor competente somente será constituído através da prática constante de leitura de textos, mediado por uma organização que perpassa por todas as diversidades textuais existentes na sociedade. Essa laboração pode envolver todos os alunos (BRASIL, 2001).

Na década de 1980, o ensino da Língua Portuguesa nas instituições educacionais tornou-se a discussão referente a necessidade de melhoria da qualidade da educação no Brasil. No ensino fundamental, o foco da discussão, foi o fracasso da leitura e da escrita nas escolas. Os índices de repetência dos alunos brasileiros, nas séries iniciais, são inaceitáveis, mesmo que comparados a países mais pobres, por estarem diretamente associados à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever (BRASIL, 1997).

No país o diagnóstico dos problemas acima referenciados é consubstanciado ao baixo nível de qualidade do letramento do alunado e, não, à alfabetização. Nenhum método de alfabetização, fônica ou global, pode solucionar essa carência. O que solucionaria são práticas contemporâneas do letramento, que permitem ao alunado desenvolver competências de leitura e escrita exigidas na atualidade. Os indicadores apontam a insuficiência dos letramentos escolar, principalmente em escolas públicas,

respaldo que demonstra a latente necessidade de inserir métodos que atendam o contexto contemporâneo que o aluno está inserido (BRASIL, 2010).

As metodologias de leitura são “como um tipo particular de procedimentos” que necessitam ser ensinados na perspectiva de formação de leitores autônomos. Além de oportunizar a interação com vários textos, será preciso explicitar as estratégias necessárias à sua compreensão, as estratégias que utilizamos para ler e diversificam e adaptam em função do texto que queremos abordar e planejar propostas voltadas ao seu desenvolvimento, numa perspectiva de “construção conjunta em que se estabelece uma prática guiada através da qual o professor proporciona aos alunos os “andaimes” necessários para que possam dominar progressivamente essas estratégias e utilizá-las depois da retirada das ajudas iniciais. (Solé, 1998, p. 72 a 82).

Nos dizeres da autora em tela, a metodologia habilita o docente a uma prática com mais eficiência e eficácia, promovendo uma leitura mais clara, que é desenvolvida através da mediação sistemática, abertura para discussão das sugestões, no intuito de formar leitores encantados pelo mundo da leitura.

Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, porém gratificante. Ninguém lê ou estuda um texto ou objeto, com autenticidade, se não assumir o comportamento crítico que cerca a curiosidade. Ler é procurar ou buscar desenvolver a compreensão do que foi lido; identificar a importância do ensino correto da leitura e da escrita. Ensinar a ler é engajar-se em uma experiência criativa apoiado pela compreensão e comunicação (Freire, 1991).

Para Freire a leitura tem como finalidade desenvolver habilidades no leitor, as quais possibilitam a produção de textos eficazes, assim como fornece o modelo da construção de como escrever. Desse modo, para aprender a escrever, é necessário o ilimitado acesso aos escritos, experimentando a utilização de escritos em diferentes circunstâncias.

A leitura, geralmente, está restrita em decifrar a escrita. Entretanto, sua aprendizagem está associada no tradicionalismo do processo formal global do sujeito, vinculado a sua atuação no convívio social, político, cultural e econômico. O ato de ler permite que o leitor tenha contato com a informação. Trata-se de um processo onde se inicia a fantasia, levando o leitor a mentalizar o conteúdo ali descrito, ao passo que desencadeia o sentido psicossensorial que viabilizará a experiência do leitor com aquilo que ele está lendo, qual seja a tipologia do texto (Martins, 1994).

A leitura contribui para a construção do significado, envolve a história e as

experiências do leitor, com o objetivo de subsidiá-lo às principais dimensões da oralidade e da escrita, ofertando-lhe o conhecimento e o interesse pelo campo da linguagem verbal, o valor da análise, da discussão e de descobrir a construção de conhecimento sobre os diferentes gêneros textuais e os procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los.

A maioria das estratégias são passíveis de trocas, e outras estarão presentes antes, durante e depois da leitura. A condição inicial é a de despertar o interesse na leitura de um determinado objeto, referem-se aos objetivos principais da leitura associados ao despertar de desafios. Para aprender ler e escrever é preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita representa e como ela se mostra graficamente à linguagem (Solé, 1998).

A escrita e a leitura favorecem uma análise reflexiva do sistema alfabético, correspondente à fonografia. Em que essas ações exigem atenção e análises quali e quantitativamente associadas aos segmentos falados e escritos. O desafio é formar praticantes da leitura e da escrita. Formar leitores que saberão escolher o material escrito adequado para buscar a solução de problemas que devem enfrentar e não alunos capazes, de tão somente, oralizar um texto selecionado por outro (Lerner, 2002).

Diante desse cenário, é importante uma análise reflexiva pertinente ao processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita nas séries iniciais para que se compreenda que tipo de conhecimentos os alunos precisam desempenhar, no intuito de transformá-los em sujeitos críticos e reflexivos, capazes de compreender, interpretar e produzir um texto autêntico. O leitor deve ser um sujeito ativo diante da leitura, o qual estabelece uma relação de troca, de experiência que o leve a indagar, duvidar, crer, e produzir novas concepções acerca do que leu. Só se aprende ler, lendo, analisando, tirando conclusões (...). Somente se aprende a escrever, escrevendo, revisando, escrevendo de novo, cortando palavras, substituindo ou acrescentando outros: fazendo e refazendo, enfim (Antunes, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este instrumento de estudo teve como objetivo relatar sobre o processo do letramento nos anos iniciais. O que resultou em uma gama de conhecimentos, assim como sinalizou a necessidade de rever as práticas de letramento ofertadas nas séries iniciais.

Identificou-se que a sociedade contemporânea exige uma metodologia de ensino-

aprendizagem que perpassa pelo processo de alfabetização e letramento, mesmo que sejam métodos distintos, são indissociáveis para a prática docente e para o desenvolvimento do sujeito leitor com competências voltadas para a criticidade, reflexão e protagonismo.

Foi possível identificar que o letramento, no ensino fundamental, iniciou antes da alfabetização, ocorre quando a pessoa começa a interagir com as ações de leitura e de escrita que cercam a sociedade, certificando que não existe o nível zero de letramento, uma vez que essa bagagem social permeia o letramento do sujeito.

Entretanto, essa nova realidade é recente nas pautas de discussões, passou-se a entender que não basta saber ler e escrever, é necessário, também, saber responder as exigências oriundas da leitura e da escrita de uma sociedade em constante adaptação e mutação.

É a partir desse cenário, que surge a necessidade latente de desenvolver no aluno habilidades através da leitura, da interpretação e da produção de diferentes gêneros textuais que estejam viabilizados com a atualidade. É fundamental que se apoderem dos diversos tipos de conhecimentos, os quais se interagem nos processos interpretativos.

Por fim, é necessário ver, compreender e aplicar o processo de leitura e de escrita em sua totalidade, tendo a capacidade de abranger todas as dimensões existentes na sociedade, fazendo da dimensão cognitiva apenas mais uma praticada na atualidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no cominho. São Paulo: Parábola, 2007. Disponível em: [HTTP://pibidienciufpa2011.blogspot.com/p/resumos-publicados-em.-html](http://pibidienciufpa2011.blogspot.com/p/resumos-publicados-em.-html)>Acesso em: 10 agosto 2022.

BRASIL. Pró-letramento: Programa de formação continuada de professores dos anos das séries iniciais do ensino fundamental. Brasília, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/indqual_2.pdf. Acesso em: 10 agosto 2022.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de (Org). Práticas de leitura e escrita. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: Acesso em 12 agosto 2022.

FERREIRO, Emília. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (col. leitura) PARA OBSERVAR.

KLEIMAN, A. & S. Inês (Org.). O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre - RS: Artes Médicas, 2008. 119 p. PARA OBSERVAR

KLEIMAN, A. (Org.). Os significados do letramento. Campinas - SP: Mercado das Letras, 1995. 295 p.

LERNER, Delia. Ler e Escrever na escola: O real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura 19. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 37 (coleção primeiros passos, n. 74).

SILVA, M. Elson. Um estudo etnográfico de uma alfabetizada e sua relação com o letramento. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UnB, 2002. 123 p.

SILVA, Elson M. Reflexões acerca do letramento: origem, contexto histórico e características. Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/20041105_Elson.pdf. Acesso em: 17 agosto 2022.

SOARES, Magda B. Aprender a escrever, ensinar a escrever. In: ZACCUR, E. (org.). A magia da linguagem. Rio de Janeiro: DPEA, 1999.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento, Caminhos e Descaminhos. Revista Pátio, a. VIII, n. 29, p. 20, fev/abr. 2004. Disponível em: www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/.../04042014074426.pdf. Acesso em : 17 agosto 2022.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Disponível em: plataformadoletramento.org.br/...entrevista.../magda-soares-discute.com . Acesso em: : 17 agosto 2022.

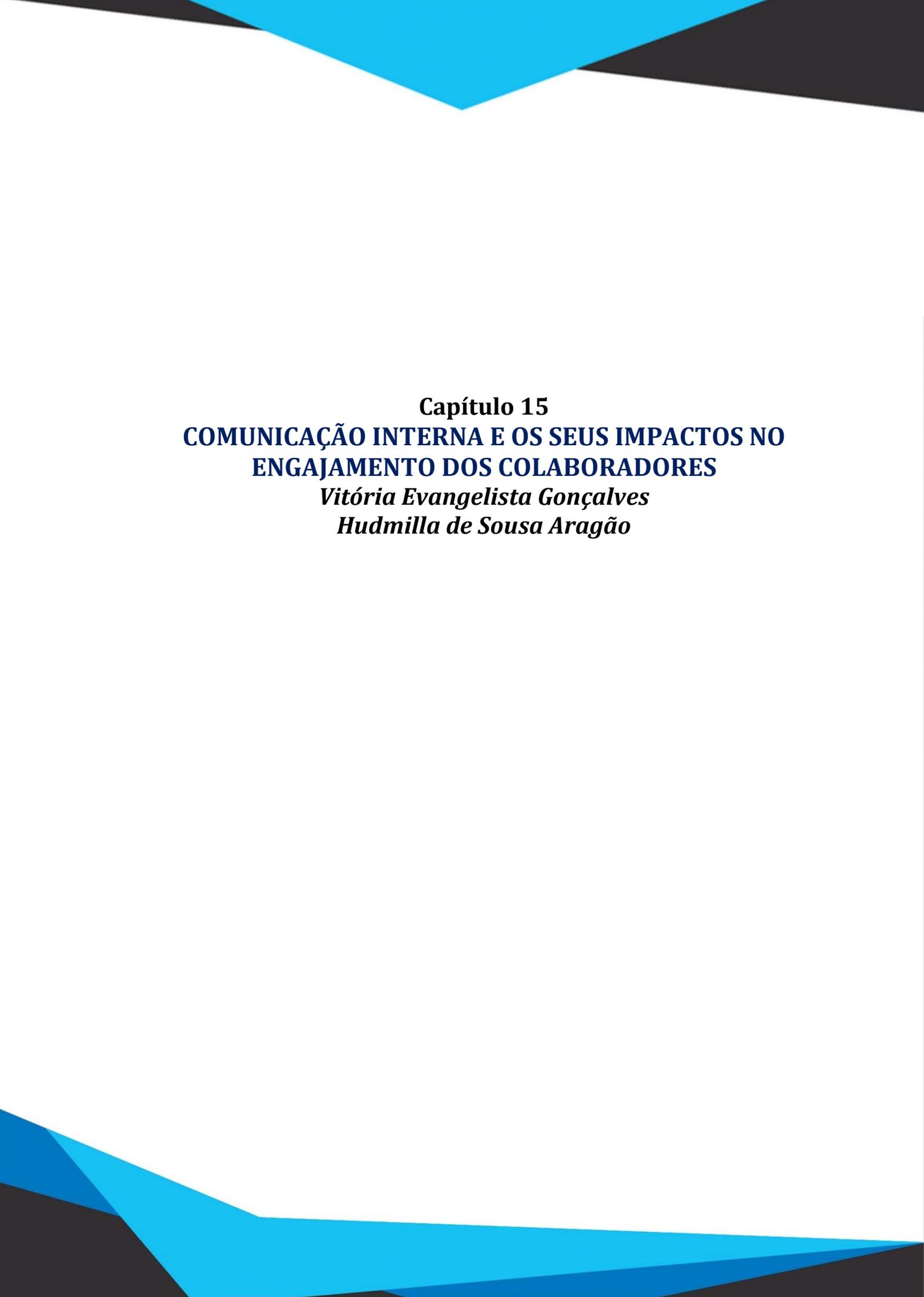
SOARES, M. Alfabetização e Letramento, Caminhos e Descaminhos. Revista Pátio, ano VIII, n. 29, p. 20, fev/abr. 2004 a.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001 (org.) Vera Massagão Ribeiro. 2ª Ed. São Paulo, Global, 2004.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6.ed. Porto Alegre: ArtMéd.1998. Disponível em: <https://ufpi.br/subsitefiles/ppgerd/arquivos/files/...1/GT1-13-2002.pdf> . Acesso em: 17 agosto 2022.

VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado?. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, a.1, n.1. Bebedouro, 2004. p. 204-218.

WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Ática, 2000.



Capítulo 15
COMUNICAÇÃO INTERNA E OS SEUS IMPACTOS NO
ENGAJAMENTO DOS COLABORADORES

Vitória Evangelista Gonçalves
Hudmilla de Sousa Aragão

COMUNICAÇÃO INTERNA E OS SEUS IMPACTOS NO ENGAJAMENTO DOS COLABORADORES

*Vitória Evangelista Gonçalves*⁴¹

*Hudmilla de Sousa Aragão*⁴²

RESUMO

Introdução: A Comunicação interna é o processo estratégico de estabelecer e fortalecer laços com o público interno, promovendo a troca de objetivos e informações. Este sistema bidirecional é capaz de disseminar tanto as informações que a organização necessita compartilhar quanto as que os colaboradores desejam expressar, caracterizando-se por sua natureza democrática. **Objetivo geral:** analisar como comunicação interna, aplicada nas organizações, pode ser eficaz na promoção do engajamento dos colaboradores. **Objetivos específicos:** descrever quais são as principais estratégias de comunicação interna utilizada pelas organizações; descrever como os resultados da comunicação interna promovem o engajamento dos colaboradores nas organizações; analisar o impacto das estratégias de comunicação interna através da percepção dos colaboradores; analisar como os resultados obtidos pela aplicabilidade das estratégias de comunicação interna impactam na captação de capital intelectual; **Metodologia:** para o desenvolvimento deste artigo foi utilizado o método de abordagem qualitativa com revisão bibliográfica. **Referencial teórico:** a comunicação interna, quando efetivamente implementada, contribui significativamente para o engajamento dos colaboradores e para os resultados da empresa, ao promover um ambiente de trabalho harmonioso e inspirar confiança nos colaboradores. **Considerações finais:** A comunicação é um elemento crucial nos processos de mudança organizacional, podendo atuar tanto como uma restrição quanto como facilitador. Um sistema de comunicação interna alinhado as políticas e estratégias da organização diferencia-a pela capacidade de execução e aplicação de conhecimento. No mundo globalizado e competitivo, as organizações precisam reposicionar seus processos de comunicação, tornando-os mais dinâmicos para capacitar os colaboradores a formular soluções rápidas e inovadoras e promover o engajamento.

⁴¹ Acadêmica do Curso de Administração da Faculdade Alfredo Nasser de Remanso.

⁴² Mestre em Educação. Docente dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Alfredo Nasser de Remanso.

Palavras-chave: Comunicação Interna; Engajamento; Estratégias Organizacionais.

INTRODUÇÃO

A comunicação interna (CI) tem o papel de constantemente promover a imagem da empresa e alinhar as pessoas aos objetivos estratégicos. Quando combinados esses dois fatores impulsionam a motivação e o engajamento, com isso resulta em um desempenho superior (Costa, 2015). Assim, para alcançar melhores resultados, a CI não pode ser vista de maneira isolada. Ela deve ser encarada como um esforço coletivo, como um trabalho em equipe entre as áreas de comunicação, recursos humanos, diretoria e todos os colaboradores. Destaca-se a liderança, pois esta possui um papel crucial nesse processo, e deve estar pronta para ser um agente comunicacional dentro da organização (Kunsch, 2003).

No cenário do mercado de trabalho contemporâneo, que está cada vez mais competitivo, atrair e reter talentos tornou-se um desafio dentro das organizações. Diante disso, ter uma organização com *feedbacks* positivos não só facilita o alcance de talentos, como também desempenha um papel fundamental no engajamento, satisfação e produtividade dos colaboradores (Bekin, 2004).

Desse modo, a comunicação interna passa a ser uma ferramenta necessária para que a administração torne comuns as mensagens que têm por objetivo motivar, estimular, diferenciar, promover, premiar e agrupar os colaboradores, juntamente com os valores, missão e visão de futuro, sendo mediados pela gestão, a qual proporcionará condições para que haja uma comunicação eficiente. (Nassar; 2005)

Ademais, a CI promove um maior envolvimento entre os colaboradores, tanto com seu trabalho, tanto com os colegas, faz com que eles ampliem sua visão sobre a empresa. A partir do momento que o colaborador conhece melhor seu ambiente de trabalho e qual o papel que deve desempenhar na organização, suas funções são exercidas com mais eficiência e, conseqüentemente, aumenta a produtividade (Casado, 2002).

Diante do contexto apresentado, este estudo se justifica por descrever e analisar os impactos causados pela comunicação interna durante o processo de engajamento dos colaboradores. Sendo assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, a problemática

versará sobre: quais são os impactos que a comunicação interna gera no processo de engajamento dos colaboradores?

Para o alcance da confirmação ou refutação da ideia proposta, a pesquisa tem como objetivo geral: analisar como a comunicação interna aplicada nas organizações pode ser eficaz na promoção do engajamento dos colaboradores, portanto, para o alcance do objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: Descrever quais são as principais estratégias de comunicação interna utilizada pelas organizações; Descrever como os resultados da comunicação interna promovem o engajamento dos colaboradores nas organizações e Analisar o impacto das estratégias de comunicação interna através da percepção dos colaboradores.

Para o desenvolvimento deste artigo foi utilizado o método de abordagem qualitativa com revisão bibliográfica. O método qualitativo é utilizado para investigar a história, as relações, as representações, as crenças, as percepções e as opiniões, que são resultados das interpretações feitas pelos seres humanos sobre suas vidas, a construção de seus artefatos, a sua própria existência, bem como seus sentimentos e pensamentos (Minavo,2014)

A pesquisa bibliográfica procurar solucionar o problema através de análise de referências teóricas publicadas, permitindo a coleta de informações para examinar e debater as diversas contribuições científicas sobre o tema em questão (Bocato,2006)

REFERENCIAL TEÓRICO

2 A COMUNICAÇÃO INTERNA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA AS ORGANIZAÇÕES

No âmbito organizacional, podemos definir a comunicação interna como o conjunto de ações que a organização coordena com o objetivo de ouvir, informar, mobilizar, educar e manter coesão interna em torno de valores que precisam ser reconhecidos e compartilhados por todos e que podem contribuir para a construção de boa imagem pública (Curvello, 2012).

No cenário atual, em um mundo altamente competitivo e inovador, a comunicação interna é fundamental para agregar valor às organizações. É essencial que os colaboradores e parceiros estejam plenamente cientes de suas responsabilidades e comprometidos com a missão e a visão da empresa. Somente assim a organização pode alcançar sucesso e resultados positivos (Araújo 2019).

A transmissão de uma mensagem no ambiente organizacional tem por função criar uma imagem positiva para a empresa, tornar um ambiente comum possibilitando uma interação eficaz entre as partes envolvidas (Maneco, 2013). Contudo ela não deve apenas fornecer ao público interno informações relativas sobre os negócios, mas também sobre o que ocorre no ambiente externo. Além disso, ela atua como um fator humano nas relações organizacionais, consolidando a imagem da empresa junto aos *stakeholders* e tornando-se essencial para os resultados dos negócios. (Araújo, 2019).

É notória a importância da comunicação interna para o administrador no seu dia a dia. Pois para lidar com pessoas, é fundamental ter uma boa comunicação, para que os resultados sejam alcançados eficientemente. Dessa forma, a comunicação deve fazer parte da identidade da organização, de suas metas e objetivos para representar da melhor forma sua imagem no mercado (Lacombe, 2011).

Diante do contexto apresentado sobre a CI, destaca-se que o sucesso de uma organização, entre outras variáveis, vai depender diretamente da comunicação entre os gestores e sua equipe. As atitudes se revelam tanto nos conteúdos quanto nos meios e formas de expressão. Nas organizações a comunicação toma várias direções de acordo com os objetivos que se deseja alcançar, e eles é que vão determinar quais ferramentas serão utilizadas. (Cavalcante, 2008).

ESTRATÉGIAS DA COMUNICAÇÃO INTERNA

Ao delinear a estratégia de comunicação e da própria organização, pois ambas são complementares, todas as perspectivas são relevantes: a visão não se deve limitar apenas aos projetos e planos existentes ou planejados, e sim em compreender as pessoas, a relação que se estabelece entre elas, a topografia física da organização, aos instrumentos, os equipamentos, e aos recursos financeiros (Baldissera, 2008).

Como parte da cultura organizacional, a comunicação assume uma dimensão estratégica que modifica muito lentamente os limites de seus principais elementos. Não se limita ao espaço de produção de instrumento de comunicação, a dimensão de estratégias de comunicação é muito mais ampla, inclui tudo que está ligado à posição social da organização, como o clima e suas relações institucionais. Uma estratégia de comunicação pode ser classificada como um aspecto integral de uma estratégia global, e, em sua formulação mais radical, é possível argumentar que a comunicação é de fato uma

entidade única, ou seja, a comunicação é a organização ou organização é comunicação e, portanto, os dois processos são isomórficos (Putnam *et al.*, 2004).

No cenário competitivo, a comunicação sem compromisso estratégico, dificilmente conseguirá legitimar-se, arriscando-se a ficar irrelevante e proporcionar pouco ou nenhum valor para estratégia global da organização. Diante disso, a comunicação deixa de ser vinculada a um único órgão, setor ou departamento. Torna-se responsabilidade de toda a organização se integrar de forma definitiva à gestão estratégica (Cardoso, 2006).

Existe uma abordagem integrada entre a estratégia organizacional e a estratégia da comunicação, ressaltando a evolução contínua do conceito de estratégia ao longo das últimas décadas. Essa evolução foi influenciada pela crescente complexidade, incertezas e desafios no ambiente organizacional. A transição de uma visão estratégica planejada para uma abordagem gerencialmente estratégica e, posteriormente, para uma postura mais reativa representa uma mudança significativa. Essa prática reconhece a importância da comunicação no contexto gerencialmente estratégico (Genelot, 2001)

A comunicação organizacional e a comunicação estratégica são fundamentais. Não se limita apenas em abordagens de metas, mas também é aplicada na escala pessoal e humana (Oliveira 2018). Para reter novos talentos é necessário que haja perspectivas: a individual, que está relacionada ao profissional e a organizacional. Isso envolve a adoção de política e estratégias que façam com que o colaborador deseje permanecer na empresa, é necessário considerar suas necessidades individuais e os interesses da organização. Isso inclui, fatores atrativos como salários, benefícios, oportunidades de crescimento profissional, transparência na comunicação e participação nos processos organizacionais., (Nakashima, 2003).

Contudo, a comunicação organizacional é uma junção das ações coordenadas pelas organizações com o objetivo de compreender, informar, mobilizar, educar e manter um alinhamento interno, criando harmonia no ambiente de acordo com os valores organizacionais que devem ser reconhecidos e compartilhados com todos. Dessa maneira será transmitido boa imagem pública da organização (Morais; Emboava, 2015).

Cabe destacar ainda, os principais recursos utilizados nesse tipo de comunicação são eles: murais, caixas de sugestão, boletins informativos, cartazes, eventos, rádio interna, TV interna e intranet (páginas, sites e portais). Esses meios midiáticos são compreendidos por Cavalheiro; Alves (2018) como:

Tabela 1 – Os principais recursos midiáticos

Murais: espaços físicos ou digitais, os quais as informações importantes são exibidas para todos os colaboradores, como avisos, comunicados e novidades.
Caixa de sugestão: ferramenta que permite aos colaboradores enviar sugestões, críticas ou ideias anônimas, incentivando a participação e melhoria contínua.
Boletins informativos: publicações periódicas, digitais ou impressas, que contêm notícias, atualizações e informações relevantes.
Cartazes: materiais visuais afixados em locais estratégicos da empresa para comunicar mensagem importante de forma rápida e impactante.
Eventos: atividades organizadas pela empresa, como palestras, <i>workshops</i> , que promovem a interação e o engajamento dos colaboradores.
Radio interna: sistema de transmissão de áudio dentro da empresa, usado para disseminar informações, até mesmo músicas.
TV interna: monitores ou televisores colocados em áreas comuns, transmitindo conteúdos relevantes para os colaboradores.
Intranet: plataformas digitais internas onde são centralizadas informações, documentos e políticas e procedimentos da empresa, facilitando o acesso dos colaboradores.

RELAÇÕES ENTRE A COMUNICAÇÃO INTERNA, AS ESTRATÉGIAS E O ENGAJAMENTO DOS COLABORADORES.

A partir do século XX, as empresas começaram a se conscientizar da importância do cliente interno (colaboradores) para a organização, percebendo que não é apenas a remuneração econômica que pode causar desmotivação, mas também a qualidade das relações dos colaboradores dentro da empresa (Lacombe, 2003).

Neste sentido, a comunicação interna é um elemento que contribui neste cenário, pois ela atua como elo entre gestores e colaboradores ao viabilizar que a gestão unifique as mensagens destinadas a motivar, estimular, valorizar, diferenciar, premiar e integrar os membros de uma organização (Nassar, 2014).

Apesar desses esforços, problemas organizacionais se tornaram uma preocupação para os gestores, levando a uma mudança de postura. Mediante a importância que passou a ser direcionada para os colaboradores surgiu o conceito de *endomarketing*, e eles passaram a serem considerados os clientes mais importantes da empresa. Isso inclui a atribuição de responsabilidades, a introdução de ferramentas de trabalho inovadora para promover o crescimento da empresa e, conseqüentemente, oferecer um diferencial aos consumidores externos, resultando em uma gestão aprimorada (Kotler, 1998).

O *endomarketing* também conhecido como marketing institucional interno, refere-se ao conjunto de estratégias e ações institucionais voltadas para o público interno,

incluindo empregados, revendedores, acionistas, colaboradores, entre outros (Michelis, 2022). Essa abordagem é importante, pois a satisfação do colaborador é primordial para o sucesso da organização. Colaboradores que se sentem valorizados e reconhecidos tendem a ser mais produtivos e comprometidos com a organização. Além disso, a implementação do *endomarketing* pode aumentar o valor de mercado da empresa, já que a satisfação dos colaboradores reflete positivamente em sua imagem geral (Silva; Dancini, 2023).

O engajamento de um colaborador é definido como o compromisso emocional que ele tem com a organização e seus objetivos. Essa definição reflete bem o estado de compromisso em que o colaborador alinha seus objetivos pessoais com os da organização. Quando esse estado é alcançado, o esforço para atingir os objetivos da organização não é motivo por ordens de líderes, remuneração ou perspectiva de promoção, mas sim pelo próprio compromisso emocional (Kevin Kruse, 2016).

De forma complementar, motivação e engajamento são conceitos distintos, embora os dois termos sejam frequentemente usados como sinônimos. A motivação é essencialmente impulsionada por fatores internos, pessoais e intransferíveis, e o engajamento é guiado pela motivação interna, assim como pela paixão, entusiasmo, senso de realização e outros fatores externos que influenciam a satisfação das pessoas diante dos desafios no trabalho (Cappellano; Carramenha; Mansi, 2013).

Em geral, uma comunicação interna eficaz promove um clima positivo e dinâmico, gerando valor e credibilidade para empresa. Com isso os colaboradores se sentem valorizados e respeitados, passando a valorizar o pensamento coletivo em vez do individual (Cenerini, 2009). Uma das maneiras de motivar a equipe de trabalho de uma empresa é mantê-la sempre informada sobre os novos conhecimentos adquiridos fora da organização e sobre tudo o que acontece internamente. A comunicação interna prioriza principalmente a motivação dos colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento e a manutenção de um clima favorável, apropriado ao cumprimento das metas estratégicas da organização, ao crescimento contínuo de suas atividades e serviços, e a expansão de suas linhas de produtos (Rego, 2002).

Quando as empresas compartilham suas metas, realidade e possibilidade de ganhos com os colaboradores despertam neles um senso de responsabilidade pelo sucesso do negócio, fazendo com que se sintam valorizados como se fossem os próprios donos da empresa. O diferencial para o sucesso por meio da comunicação será alcançado

quando os colaboradores deixarem de ser visto como funcionários e forem tratados como verdadeiros aliados do negócio (Ticon, 2019).

É importante ressaltar que o fator determinante para alcançar o engajamento dos colaboradores é capacitação da liderança. O que motiva as pessoas a irem trabalhar todos os dias é a oportunidade de conviver com líderes que admiram (Medeiros Brum, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado neste estudo, a comunicação é um dos principais elementos que podem atuar como restrição nos processos de mudança, mas que inversamente pode ser facilitador e determinante para a efetividade desses processos. Um sistema de comunicação interna desenvolvido e implementado de forma alinhada às políticas e estratégias da organização significa diferenciá-la pela capacidade de executar suas tarefas, como aplica esse conhecimento.

As conexões disponíveis e a abundância de informações neste mundo globalizado exigem que as organizações reposicionem seus processos de comunicação. Esses processos precisam ser mais dinâmicos para capacitar os colaboradores a formularem soluções de maneira rápida e inovadora, além de promover o engajamento dos colaboradores nos propósitos organizacionais.

Nesse contexto é necessário que existam estratégias que impeçam que ocorram ruídos dentro da organização, mas sim, que a comunicação aconteça de maneira eficiente. Assim, o uso eficaz da comunicação interna familiariza os colaboradores com a realidade da empresa, o que contribui para uma relação transparente. O ambiente de confiança faz com que os colaboradores se sintam mais motivados, resultando em benefícios para a organização, tais como: aumento da produtividade, capacidade de solucionar problemas ou crises de forma proativa, entender melhor os valores e os propósitos da empresa, e reduzir os conflitos diários

Com este estudo foi possível identificar as principais estratégias de comunicação interna, e a sua relevância para fomentar o engajamento dos colaboradores. Assim, espera-se que esta discussão apresentada seja útil para que gestores e colaboradores reflitam sobre o quanto a comunicação interna pode ser um elemento estratégico essencial para o desempenho da organização e do seu pessoal.

Por fim, apresenta-se como limitação para a realização deste estudo a escassez de artigos recentes que abordassem essa temática, dificultando assim, incluir referências atuais.

No entanto, essa escassez pode ser uma oportunidade para que pesquisadores realizem mais estudos sobre a comunicação interna contribuindo com a academia e com a comunidade ao compreendê-la em novos contextos e em tempos atuais.

REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, R. **Imagem-conceito: anterior à comunicação, um lugar de significação**. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em Comunicação Social) -PUC-RST. Disponível em:
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/94256908453124198706565740214041525568.pdf>
- BEKIN, S. F. Endomarketing: **Como praticá-lo com sucesso**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Click/Downloads/47-Artigo-693-1-1020190716.pdf>.
- CASADO, T. **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/comunicacaointerna#google_vignette.
- CARDOSO, O. O. **Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos**. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/Wzm35MwM3s5ntxL3GqPnrsF/abstract/?lang=pt>.
- CAVALCANTE, S. M. **Gestão da comunicação organizacional: Conhecendo as ferramentas e suas aplicabilidades**. João Pessoa: [s.n.], 2008. Disponível em:
<https://pt.scribd.com/document/425687886/CAVALCANTE-Shirley-Gestao-DComunicacaoOrganizacional-Conhecendo-as-Ferramentas-e-Suas-Aplicabilidades>.
- CAVALHEIRO, R. DE F.; ALVES, A. DA S. **Comunicação integrada organizacional**. Editora e Distribuidora educacional S.A., 2018. Londrina: Disponível em: http://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/201802/INTERATIVAS_2_0/COMUNICACAO_INTEGRADA_ORGANIZACIONAL/U1/LIVRO_UNICO.pdf.
- CARRAMENA, B.; CAPPELLANO, T.; MANSI, V. **Comunicação com empregados: A comunicação interna sem fronteiras**. São Paulo. 2013 Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/BrunoCarramenha/publication/339831839_Co_municaca_o_com_empregados_a_comunicacao_interna_sem_frenteira/links/5e724893299bf15718476fd0/Comunicacao-com-empregados-a-comunicacao-interna-sem-frenteira.pdf.

CENERINI, V. **As ferramentas da Comunicação interna – um estudo sobre os veículos de comunicação nas organizações.** 54 f. Trabalho acadêmico (graduação) – CESUMAR - Centro Universitário de Maringá, 2009. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13422124.pdf>.

COSTA, D. **Não existe gestão sem comunicação.** Rio Grande do Sul: Dublinense, 2022. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=OGFaEAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

CURVELLO, J. J. A. **Comunicação Interna e Cultura Organizacional.** Brasília: Casa das Musas, 2012 Disponível em: <http://www.aacaocomunicativa.pro.br/Livro/LivroComIntCultOrg2012-EBook.pdf>.

MICHELIS, D. **Endomarketing.** Dicionário Online de Português. São Paulo: Michelis, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/marketing/>.

GENELOT, D. **Manager dans la complexité réflexions à l'usage des dirigeants.** 3. ed. Paris: Insep Consulting, 2001. Disponível em: https://www.consultingnewslines.com/Info/Attach%E9%20Case/Livres/2011_Cplx_141157_INT_extrait.pdf.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7519481/mod_resource/content/0/Administrac%C3%A7%C3%A3o%20de%20Marketing%2015%20AA%20Edic%C3%A7%C3%A3o_compressed.pdf.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** 4. ed. São Paulo: Summus, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5206845/mod_resource/content/1/Kunsch_Cap%C3%ADtulo%205.pdf.

LACOMBE, F.J.M.; HEILBORN, G.L.J. **Administração: Princípios e Tendências.** São Paulo: Saraiva, 2003. Disponível em: <https://atualiza.aciaraxa.com.br/ADMArquivo/arquivos/arquivo/administra%C3%A7%C3%A3o%20princ%C3%ADpios%20e%20tend%C3%AAncias.%20pdf.pdf>.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos Humanos: princípios e tendências.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/37190573/Lacombe_F_J_M_2011_Recursos_Humanos_p_rinc%C3%ADpios_e_tend%C3%AAncias_2a_ed_S%C3%A3o_Paulo_Saraiva.

MORAIS, A. V. de; EMBOAVA, J. N. **A importância da comunicação interna nas organizações** (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade do Vale do Paraíba, 2015.

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/promocao-da-qualidade>.

NASSAR, P. **O Brasil visto de Fora**. In: CAMARGO, Ricardo Zagallo (org.). Brasil: múltiplas identidades. São Paulo: Alameda, 2014. (P. 165-186). Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002888602.pdf>.

NASSAR, P. **Tudo é Comunicação**. São Paulo: Lazulli, 2005. 128. Disponível em: <https://revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51431>.

NAKASHIMA, S. R. **Retenção de talentos e sua importância na gestão de recursos humanos**. Disponível em:

<https://iesfma.com.br/wpcontent/uploads/2023/05/RETENCAODETALENTOS-e-sua-importancia-na-gestao-derecursos-humanos.-SILVA-Lidia-de-Sousa.-2021.pdf>.

OLIVEIRA, I. E PAULA, C. 2007 São Paulo. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** Disponível

em <https://congresso.pucp.edu.pe/alaic2014/wpcontent/uploads/2014/11/GT2-Oliveira-Paula.pdf>..

SILVA, A., MARCEL, D.; **Endomarketing como missão no engajamento endomarketing**. 2023. Disponível em:

<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3244/2320>.

EDITORA
UNION

ISBN 978-658488546-2



9 786584 885462

